



INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA
Escola Superior de Educação

**Da compreensão à intervenção: Necessidades e especificidades
na formação dos/as Técnicos/as e Forças de Segurança para a
sinalização e intervenção na violência doméstica contra as
pessoas idosas**

Ana Catarina Grácio Sequeira

*Trabalho de Projeto apresentado à Escola Superior de Educação de
Bragança para obtenção do Grau de Mestre em Educação Social-
Educação e Intervenção ao Longo da Vida*

**Orientada por:
Mestre Teresa de Jesus Preto Fernandes**

Bragança,
Dezembro de 2019



ipb

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA
Escola Superior de Educação

**Da compreensão à intervenção: Necessidades e especificidades
na formação dos/as Técnicos/as e Forças de Segurança para a
sinalização e intervenção na violência doméstica contra as
pessoas idosas**

Ana Catarina Grácio Sequeira

*Trabalho de Projeto apresentado à Escola Superior de Educação de
Bragança para obtenção do Grau de Mestre em Educação Social-
Educação e Intervenção ao Longo da Vida*

**Orientada por:
Mestre Teresa de Jesus Preto Fernandes**

Bragança,
Dezembro de 2019

Dedicatória

**A todos que direta ou indiretamente,
contribuíram para que este
projeto se tornasse realidade!**

Agradecimentos

O meu percurso nem sempre foi fácil, foi repleto de altos e baixos, mas, com toda a certeza que seria bem mais difícil se não tivesse tido o apoio e a colaboração de algumas pessoas e instituições. Desse modo, considero que este trabalho de projeto não é, de todo, só meu, mas de todos que deram o seu contributo para que se tornasse realidade. Como tal sinto que devo fazer alguns agradecimentos.

Em primeiro lugar, o meu sincero agradecimento à minha orientadora, Professora Mestre Teresa Fernandes, pela constante preocupação, pelo apoio, pelo incentivo, pela compreensão, pela disponibilidade incondicional, pelos conselhos e ensinamentos, pelas críticas construtivas, pela amabilidade de ver e rever toda a minha documentação mas, sobretudo pela paciência, pela dedicação, pela sua extrema exigência de querer sempre mais e melhor e pelo rigor com que orientou todo o trabalho de projeto. Pois, sem o seu profissionalismo e experiência não era possível chegar até aqui.

À Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança, na pessoa do Dr. Alcídio Castanheira, e mais concretamente ao Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica, pela colaboração, pela dispensa das técnicas de apoio à vítima para ministrar as ações de formação e de todos os recursos logísticos necessários à descentralização daquelas mas sobretudo por terem acreditado no meu projeto desde o primeiro instante.

Ao Comando Geral da Guarda Nacional Republicana, através do Exmo. Comandante do Comando da Doutrina e Formação, Major-General Domingos Luís Dias Pascoal, pela autorização e agilização para a realização do presente projeto, quer na aplicação do questionário de avaliação de necessidades, quer na operacionalização da ação de formação aos militares do Comando Territorial da GNR de Bragança.

Ao Comando Territorial da GNR de Bragança, através do Exmo. Tenente-Coronel Lobo de Carvalho, pela disponibilidade e colaboração na concretização da ação de formação, desde a disponibilização da sala de formação à constituição da turma de formandos e ao acompanhamento dos formandos. Ressalvando um agradecimento especial ao Tenente-Coronel Gonçalves e ao Capitão Hernâni Martins.

Ao Ministério Público da Comarca de Bragança, através do Exmo. Procurador-Coordenador, Dr. José Joaquim Remísio Melhorado e da Exma. Procuradora-Adjunta,

Dra, Cristina Sousa, pela disponibilidade em ministrar a formação aos militares da GNR.

À Escola Superior de Educação de Bragança, mais concretamente ao Professor Doutor Ribeiro Alves pela cedência do espaço e dos meios audiovisuais para ação de formação.

Aos Municípios de Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Mogadouro pelo acolhimento e cedência dos espaços e do equipamento informático necessário às ações de formação.

A todos os/as formandos/as (técnicos/as e Forças de Segurança) que frequentaram as cinco ações de formação que decorreram em Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Mogadouro e Bragança e a todos aqueles que prescindiram do seu tempo para responder ao questionário de avaliação de necessidades, o que permitiu fundamentar este trabalho de projeto e avançar para a sua concretização.

À Dona Olema, por todo o apoio prestado ao longo do meu percurso académico.

À minha parceira da vida académica e de muito mais, Cristiana Sousa, pelo encorajamento nos momentos de algum desânimo e dificuldade, pelo companheirismo, pela amizade e sobretudo pela paciência em aturar-me.

À minha família e particularmente aos meus pais, pelo apoio prestado, pelo esforço que fizeram para me proporcionar esta oportunidade de aprendizagem.

Aos meus amigos, por me terem dado força, apoio e por me terem ajudado a manter o ânimo ao longo deste trabalho.

A todos e a cada um de vós o meu MUITO OBRIGADA.

Índice Geral

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Índice Geral	v
Índice de Tabelas	vii
Acrónimos e siglas	viii
Resumo	ix
Abstract.....	x
Introdução.....	1
Capítulo I – Enquadramento teórico: da definição conceptual à operacionalização da intervenção.....	4
1. Violência Intrafamiliar vs. Violência Doméstica: dois conceitos, uma realidade	4
2. Especificidades e dinâmicas da violência doméstica contra as pessoas idosas	6
3. Tipos de violência – sinais e sintomas apresentados pelas vítimas	10
4. Perfil das vítimas e dos/as agressores/as.....	13
5. Obstáculos à identificação e intervenção na violência doméstica contra as pessoas idosas	15
6. As Redes Sociais Locais como primeira resposta na intervenção com vítimas idosas	19
Capítulo II - Metodologia: da avaliação de necessidades à implementação do trabalho de projeto.....	27
1. Formação de base vs. Formação especializada: a delimitação de um problema	27
2. O trabalho de projeto: um método, duas metodologias	29
3. Calendarização.....	32
4. Avaliação de necessidades.....	32
4.1. Instrumento e procedimentos de recolha de dados.....	35
4.2. Apresentação e Interpretação dos Resultados	37

5. Trabalho de projeto: ação de formação para técnicos/as e Forças de Segurança ...	47
5.1. Objetivo geral.....	47
5.2. Objetivos específicos.....	48
5.3. Referencial de formação: conteúdos e operacionalização.....	48
5.4. Recursos humanos, materiais e financeiros.....	50
5.5. Participantes	51
5.6. Cronograma.....	53
5.7. Instrumento de avaliação do projeto (questionários de satisfação).....	53
Capítulo III – Análise e Reflexão dos Resultados do Projeto	61
1. Avaliação do projeto pelos participantes	61
2. Análise comparativa entre os resultados dos questionários de avaliação de necessidades e dos questionários de satisfação.....	62
3. Reflexões em torno do impacto do projeto na intervenção dos/as técnicos/as com vítimas de violência doméstica contra as pessoas idosas.....	65
Considerações finais	69
Referências Bibliográficas.....	74
ANEXOS	80
Anexo A – Calendarização Trabalho de Projeto	81
Anexo B - Termo de consentimento livre e esclarecido	82
Anexo C – Pedido de Autorização formal para a implementação do projeto.....	83
Anexo D – Questionário de Avaliação de Necessidades	84
Anexo E – Tabelas relativas ao Questionário de Avaliação de Necessidades.....	88
Anexo F – Referencial de Formação	102
Anexo G – Cronograma das Ações de Formação	103
Anexo H – Questionário de Satisfação	104
Anexo I – Tabelas relativas ao Questionário de Satisfação	106

Índice de Tabelas

Tabela 1. Fatores de Risco.....	8
Tabela 2. Perfil dos/as agressores/as e das vítimas	15
Tabela 3. Caracterização da Amostra	38
Tabela 4. Formação contínua.....	39
Tabela 5. Representações sociais dos/as profissionais	40
Tabela 6. Correlação entre a afirmação 2.1.1. e o Tempo de Serviço.....	44
Tabela 7. Motivação para frequentar uma ação de formação no âmbito da violência doméstica contra a pessoa idosa	45
Tabela 8. Horário das ações de formação	46
Tabela 9. Periodicidade das sessões de formação	46
Tabela 10. Duração das sessões de formação.....	47
Tabela 11. Caracterização dos/as formandos/as	52
Tabela 12. Avaliação geral da ação de formação	55
Tabela 13. Avaliação dos/as formandos/as sobre os conhecimentos/conteúdos.....	57
Tabela 14. Apreciação Global	59

Acrónimos e siglas

APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
ASMAB	Associação dos Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança
BPI	Banco Português de Investimento
CLAS	Conselho Local de Ação Social
CP	Código Penal
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
EAPN	Rede Europeia Anti-Pobreza
GIAV	Gabinete de Inserção e Apoio à Vítima de Alfândega da Fé
GNR	Guarda Nacional Republicana
NAV	Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica de Bragança
NE	Núcleo Executivo
NIAVE	Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas
NIC	Núcleo de Investigação Criminal
NIIV	Núcleo Intermunicipal de Intervenção em Vítimas de Alfândega/Moncorvo
PSP	Polícia de Segurança Pública
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RCM	Resolução Conselho de Ministros
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SPS	Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário
TAV	Técnico de Apoio à Vítima
TP	Trabalho de Projeto

Resumo

Sendo transversal ao género, idade, orientação sexual, etnia e estatuto-socioeconómico, e com significativo impacto biopsicossocial nas suas vítimas, a violência doméstica, no geral, e a violência doméstica contra pessoas idosas, em particular, é um dos grandes flagelos na atualidade da sociedade portuguesa.

Impulsionado por uma questão-problema, e contemplando as especificidades das pessoas idosas, as necessidades dos/as técnicos/as de primeira linha e Forças de Segurança, e a informação obtida através da literatura, dados estatísticos e quadros teóricos, legais e de intervenção na violência doméstica, foi criado o presente trabalho de projeto.

Da triangulação destes dados, resultou a elaboração de um referencial de formação específico da violência doméstica contra pessoas idosas, adaptado ao Distrito de Bragança. Este referencial, aplicado em cinco ações de formação (Macedo de Cavaleiros, Mogadouro, Mirandela, Bragança e Comando Territorial da GNR de Bragança), abrangeu 83 técnicos/as / agentes da PSP e 42 militares da GNR que, posteriormente, o avaliaram através de um questionário de satisfação.

A adesão e a motivação dos/as técnicos/as durante o desenvolvimento do projeto, bem como os resultados obtidos no questionário de satisfação, demonstram que os/as profissionais consideram as ações de formação úteis e pertinentes na sua prática profissional, enfatizando a mais-valia e implicação direta que a formação contínua e especializada tem no apoio e proteção às vítimas e conseqüentemente na prevenção e combate à violência doméstica contra pessoas idosas.

Palavras-Chave: Violência doméstica; Pessoas idosas; Formação Especializada; Capacitação; Redes Sociais; Prevenção;

Abstract

Being transversal to gender, age, sexual orientation, ethnicity and socioeconomic status, and having a significant biopsychosocial impact in its victims, domestic violence in general, and domestic violence against the elderly in particular, is one of the major issues affecting the portuguese society nowadays.

The present work of project was driven by a query-issue while contemplating the specificity of the elderly, the needs of first line technicians and the Security Forces, and the information gathered through literature, data and theoretical, legal and interventional frameworks in domestic violence.

From the triangulation of these data resulted the elaboration of a specific training referential about domestic violence against the elderly, adapted to the reality lived in the Bragança District. This referential was applied in 5 training actions (Macedo de Cavaleiros, Mogadouro, Mirandela, Bragança and GNR), embracing 83 technicians and 42 military from the GNR, who subsequently evaluated the referential through a satisfaction questionnaire.

The adhesion and motivation of the participants throughout the development of the project, as well as the result of the satisfaction questionnaire, show that the professionals consider having training as relevant and useful in their daily and professional practice, emphasizing the vantage of continuous and specialized training, and the direct implication it has in the victim support, protection and consequently in preventing and fighting the domestic violence against the elderly.

Keywords: Domestic violence; Elderly; Specialized training; Social networks; Prevention;

Introdução

Antigamente, acreditava-se que a velhice surgia a partir dos 50 anos, pois o processo de declínio físico e psíquico começava a partir dos 35 anos e eram poucos aqueles que conseguiam atingir os 70 anos. Como era muito raro as pessoas atingirem idades avançadas, as pessoas idosas eram supervalorizadas, cuidadas, respeitadas e consideradas anciãs. A pessoa idosa tinha um grande papel e estatuto na sua família e na sociedade. Contudo, ao longo da nossa história, nem sempre foi assim. No século XIII, as pessoas idosas eram consideradas seres inferiores e sem capacidades. No entanto, durante o século XIX e início do século XX, as pessoas idosas voltaram a ser valorizadas, reconhecendo-as como detentoras de sabedoria e consequentemente as patriarcas da família (Rodrigues & Moreira, 2019).

Atualmente, muitas pessoas idosas perderam este estatuto e muitas vezes também a proximidade familiar, física e afetiva, deixando de fazer parte de algumas festas e acontecimentos familiares (APAV, 2010; Rodrigues & Moreira, 2019). Por um lado, esta situação advém do individualismo da sociedade como consequência da implementação de formas de controlo social, quando a família e os laços locais não conseguem dar resposta, como antigamente. Por outro lado, verifica-se que a implementação da reforma resgatou a nova visão acerca da velhice, tomando as pessoas idosas “como que objetos a mudar de posição, sem que possam sequer manifestar uma opinião válida sobre o seu próprio destino” (APAV, 2010, p.12). No entanto, a idade de reforma é considerada como a idade social da velhice, “arrastando consigo toda uma conotação negativa de incapacidade e inutilidade das pessoas idosas, uma vez que não poderão produzir” (p.13), visto que na sociedade contemporânea apenas é valorizado quem tem capacidade de produzir e gerar riqueza, pelo que os que não têm essa capacidade são colocados à margem da sociedade. Consequentemente, esta desvalorização e segregação a par do “ (...) aumento da esperança média de vida, dos avanços médicos e farmacêuticos, das alterações demográficas e sociais não acompanhadas da criação de recursos necessários para dar resposta às novas necessidades que foram surgindo” (pp.43-44) bem como de fatores familiares e individuais, traz inúmeras consequências às pessoas idosas, tornando-as mais vulneráveis e potenciando o risco serem vítimas de várias formas de violência (APAV, 2010).

A violência contra as pessoas idosas só começou a ser reconhecida como um grave problema social a partir da década de 70 do século XX, com as primeiras denúncias por parte dos/as profissionais de saúde e da área social, em particular os assistentes sociais. No entanto, foram necessários 10 anos para que este fenómeno fosse assumido, visto que as “ (...) as atenções, durante muito tempo, estiveram particularmente voltadas para as mulheres e para as crianças” (p.41), sendo estas entendidas como as únicas vítimas, nomeadamente no crime de violência doméstica (APAV, 2010).

Com o objetivo último de continuar a desocultar este fenómeno e contribuir, desta forma, para a sua prevenção e combate, desenvolvemos um projeto de intervenção socioeducativa do qual resultou o presente trabalho intitulado: *Da compreensão à intervenção: Necessidades e especificidades na formação do/as técnicos/as /Forças de Segurança para a sinalização e intervenção na violência doméstica contra pessoas idosas*. Partindo da questão-problema *A formação específica na violência doméstica contra as pessoas idosas é uma necessidade dos/as técnicos/as de primeira linha e das Forças de Segurança e portanto percebida como uma mais-valia na identificação precoce e encaminhamento das vítimas?*, o nosso objetivo geral foi capacitar os/as técnicos/as e Forças de Segurança que exercem funções nas instituições que integram as Redes Sociais Locais de cada concelho do Distrito de Bragança para a identificação e sinalização precoce e eficaz, apoio e encaminhamento de vítimas idosas através de um referencial de formação adaptado às especificidades da problemática e do território. Decorrente deste, foram formulados os seguintes objetivos específicos: 1) auscultar as necessidades formativas dos/as técnicos/as e Forças de Segurança que direta ou indiretamente atendem vítimas ou potenciais vítimas idosas; 2) aprofundar os conhecimentos acerca da violência doméstica contra a pessoa idosa através de um referencial de formação específico ministrado por formadores/as de diferentes áreas científicas; 3) promover competências técnicas nos/as técnicos/as e Forças de Segurança para uma eficaz e precoce identificação e encaminhamento das vítimas idosas, tornando-os atores ativos na prevenção e combate a esta problemática e ainda no apoio e proteção às vítimas.

Quanto à estrutura, o presente trabalho está organizado em três partes. Na primeira, encontra-se o enquadramento teórico, fundamental para compreender a definição e dinâmicas subjacentes ao seu objeto de estudo – violência doméstica contra as pessoas idosas – na maior parte dos casos específicas deste tipo de relação abusiva

(para as quais a formação base dos/as técnicos/as pode não fornecer referenciais teóricos que as permitam interpretar), multidimensionais (uma vez que envolvem diversos tipos de abusos, vulnerabilidades e fatores de risco associados a agressores/as e vítimas e conseqüentemente necessidades cujas respostas psicossociais e jurídicas estão previstas na legislação em vigor pelo que se torna imprescindível conhecer) e ocultas (que dificultam a sinalização/denúncia por parte dos/as técnicos/as e Forças de Segurança, já que se trata de um crime público, sendo determinante dominar os sinais e sintomas) bem como descrever a organização da intervenção psicossocial com as vítimas conduzida pelos/as técnicos/as de primeira e segunda linha e reconhecendo as Redes Sociais Locais como portas de entrada por excelência dos casos de violência doméstica contra idosos.

No segundo capítulo é descrita a conceção e opção metodológica do trabalho de projeto bem como a sua implementação.

No terceiro capítulo são apresentados e discutidos os resultados do projeto tentando-se responder à questão-problema e aos objetivos definidos previamente.

Por fim, são ainda referidas as considerações finais, destacando-se os principais resultados do projeto propondo-se uma análise reflexiva em torno do impacto do projeto no futuro da intervenção dos/as técnicos/as e Forças de Segurança participantes com vítimas idosas avaliando a generalização deste a outros territórios nacionais.

Capítulo I – Enquadramento teórico: da definição conceptual à operacionalização da intervenção

1. Violência Intrafamiliar vs. Violência Doméstica: dois conceitos, uma realidade

De acordo com Novo, Prada, Fernandes & Cerqueira (2016) a violência intrafamiliar contra as pessoas idosas é um fenómeno que, aparentemente é do conhecimento de todos. Contudo, este conceito desencadeia inúmeras tentativas de definição, uma vez que se trata de um problema social (Dias, 2005) para além de ser também uma questão de saúde pública e de direitos humanos (Ferreira-Alves, 2004).

Tendo em conta as diferentes conceptualizações, Dias (2005) refere que a violência intrafamiliar contra as pessoas idosas se trata de “(...) um comportamento destrutivo, dirigido a um adulto idoso, que ocorre num contexto de confiança e cuja frequência (única ou regular) não só provoca sofrimento físico, psicológico e emocional, como representa uma séria violação dos direitos humanos” (p. 262).

De forma muito próxima, o Conselho de Europa (2002 in Dias, 2009)

(...) define este conceito como todo o ato ou omissão cometido contra uma pessoa idosa, no quadro da vida familiar e que atenta contra a sua vida, a segurança económica, a integridade física e psíquica, a sua liberdade ou que comprometa, gravemente, o desenvolvimento da sua personalidade (p. 7).

Um dos aspetos comuns destas duas definições que advém das expressões “contexto de confiança” e “quadro da vida familiar” situa a violência intrafamiliar como aquela que acontece no âmbito das relações entre os membros da comunidade familiar, na casa morada de família ou fora dela, formada por vínculos de parentesco natural (pai, mãe, filha/filho) ou civil (marido/esposa, nora/genro ou outros), por afinidade (por exemplo, o primo ou parente do marido/da esposa) ou afetividade (amigo/a que more na mesma casa ou cuidador/a) (Faleiros, 2007 in Andrade, 2017). Por este motivo, a violência intrafamiliar contra as pessoas idosas encerra em si mesma uma multiplicidade de facetas: desde a violência de género, com uma cíclica história de vitimação e que se prolonga na terceira e quarta idades, até à violência conjugal que implica uma situação nova na dinâmica entre cônjuges, despoletada pela fragilidade e dependência física e/ou psicológica de um dos cônjuges, podendo também assumir a

forma de violência contra ascendentes em que um/a filho/a, neto/a, genro/nora, sobrinho/a assume a responsabilidades de cuidado da pessoa idosa (Novo et al., 2016).

Para além deste, podem ser encontrados outros pressupostos na maioria das definições de violência intrafamiliar

(...) um ato ou conduta, variável de acordo com a sua natureza e tipo, uma consequência que provoca um efeito, traduzido num dano físico e/ou psicológico e uma necessidade de proteção de alguém que se encontra numa situação de vulnerabilidade, fragilidade ou dependência face a outrem, a quem incumbe o cuidado de zelar pela sua saúde, bem-estar e integridade, mas cujo comportamento se apresenta, pelo contrário, violento ou abusivo (Novo et al., 2016, p. 63).

Partindo destas perspetivas e tendo em conta a abrangência de fenómenos e/ou comportamentos envolvidos na violência intrafamiliar contra as pessoas idosas, o objeto de estudo do presente trabalho de projeto é a violência doméstica com um subtipo de maus-tratos dentro da diversidade teórica e legal, especificamente descrita no Artigo 152º do Código Penal (CP) da Lei nº. 112/2009, de 16 de setembro:

Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais (...) d) a pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite (p.1).

Tendo em conta os bens jurídicos protegidos na redação deste Artigo, torna-se essencial defender “(...) a dignidade, a integridade física e psíquica, a liberdade, a autodeterminação, a honra da vítima, bem como a vulnerabilidade e fragilidade” (Albuquerque, 2010 in Andrade, 2017, p. 24), motivo pelo qual o legislador português qualificou este crime de público, o que significa que o procedimento criminal não está dependente de queixa por parte da vítima, bastando uma denúncia ou o conhecimento do crime, para que o Ministério Público promova o processo. Assim o procedimento criminal inicia-se com a notícia do crime, e pode ter lugar através da apresentação de queixa por parte da vítima de crime, ou da denúncia do crime por qualquer pessoa ou

entidade, numa Esquadra da Policia de Segurança Pública (PSP), Posto da Guarda Nacional Republicana (GNR), ou diretamente no Ministério Público.

No mesmo sentido, a Lei n.º 129/2015, de 3 de setembro, terceira alteração da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, veio aprovar o regime jurídico da prevenção da violência doméstica e da proteção e assistência das vítimas, e prevê, na alínea b) do seu artigo 2º, as “vítimas especialmente vulneráveis”, para as vítimas previstas na alínea d) do Artigo 152º do Código Penal.

Fica assim demonstrado, que a violência doméstica contra as pessoas idosas é vista como uma forma de violência intrafamiliar com especificidades e dinâmicas muito próprias, a seguir apresentadas, ainda que esta conceção não deva implicar o seu estudo separado de outras manifestações como a violência de género ou conjugal.

2. Especificidades e dinâmicas da violência doméstica contra as pessoas idosas

A violência doméstica contra as pessoas idosas acompanha toda a história da Humanidade, mas só a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80 é que começou a ser reconhecida como um problema social, sendo que com o decorrer do tempo tem vindo a ganhar alguma visibilidade (Dias, 2005, p. 260). Em Portugal no que concerne à violência doméstica, “(...) o abuso de idosos é um fenómeno ainda mais invisível do que a violência que é perpetrada sobre as crianças e as mulheres” (Dias, 2009, p. 4). Nas palavras de Ferreira-Alves (2005), o fenómeno da violência intrafamiliar contra as pessoas idosas constitui uma realidade, em larga medida, oculta e da qual, possivelmente só se conhece a “ponta do *iceberg*” uma vez que só há conhecimento dos números que chegam ao conhecimento público, às instituições e instâncias formais, o que implica, muito provavelmente, uma subestimação das taxas reais da violência (Bonnie & Wallace, 2003, p.73 in Andrade, 2017). Exemplo disso é o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI), em 2017, cuja maioria das denúncias que se registaram no âmbito da violência doméstica se refere à violência conjugal (53.3%) sendo que a violência contra ascendentes representa apenas 5.2% (Ministério da Administração Interna, 2017), quando um estudo que envolveu oito países da Europa, coordenado por uma equipa da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, constatou que em Portugal, um em cada quatro idosos foi vítima de pelo menos um ato de violência ao longo do último ano e que quatro em cada 10 idosos foram, em algum momento, alvo de maus tratos físicos, psicológicos, sexuais ou financeiros durante a vida (Ferreira-

Alves, 2005) ou dados mais recentes da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) indicam que foram instaurados 3.214 processos de apoio a pessoas idosas nos quais 37,9% das vítimas eram pai/mãe e 4,4% eram avô/avó (APAV, 2016).

A violência doméstica contra as pessoas idosas diverge da violência conjugal, na sua forma e no seu conteúdo, pois as pessoas idosas apresentam diferentes graus de autonomia, estados de saúde mental, recursos económicos e emocionais face às vítimas de violência conjugal. Este tipo de violência ocorre, maioritariamente, em “ (...) contextos relacionais de grande proximidade” e em “ (...) espaços de afeto e de cuidado”, onde é predominante a coabitação entre o/a agressor/a e a vítima idosa (Redondo, Pimentel, Correia & Vicente, 2012, p. 42).

Segundo Andrade (2014), o que diferencia a violência conjugal da violência doméstica contra as pessoas idosas é o facto de o idoso se tornar “ (...) uma vítima fácil por muitas vezes, depender dos familiares em diversos aspetos, seja nos cuidados da saúde, nas relações sociais, na dependência financeira ou até mesmo pela simples convivência familiar” (p.14). Contudo, a situação de dependência encontra-se também presente no/a agressor/a, “ (...) sobretudo nos domínios de habitação/residência, sustento do lar, apoio financeiro e ao nível dos transportes” (Dias, 2005, p.264). Alguns autores vão mais longe ao afirmarem que neste tipo de violência, normalmente é o/a agressor/a que tem maior dependência das vítimas idosas e não o contrário (Wolf & Pillemer in Dias, 2005).

Por outro lado, a violência doméstica contra as pessoas idosas é também influenciada pelo contexto sociocultural onde estão inseridos o/a agressor/a e a vítima idosa, onde “ (...) impera um poder paternalista” e de “(...) submissão face a comportamentos classificados como violentos” (Dias e Manita, 2005 in Andrade, 2014, p.20), levando a que em algumas situações, muitos/as agressores/as sejam ilibados dos seus atos. Portanto, isto significa que certas representações culturais têm um papel predominante na violência contra as pessoas idosas e traduz-se num desrespeito, numa falta de consideração e de proteção face à pessoa idosa. Além disso, outra das especificidades da violência contra as pessoas idosas são os fatores de risco associados à vítima e ao/a agressor/a pois “ (...) na ausência de sinais evidentes de abuso, o conhecimento dos fatores de risco pode ser de grande ajuda para orientar os momentos de exploração” (Ferreira-Alves, 2005, p. 30) mas também desenvolver na prática estratégias de prevenção e intervenção. Segundo os autores Ferreira-Alves (2005) e Dias (2009) sistematizaram-se os fatores de risco na seguinte tabela:

Tabela 1.
Fatores de Risco

Fatores de Risco	
Agressor/a	Pessoa Idosa
- Dependência face à pessoa idosa	- Dependência face ao cuidador
- Problemas no emprego e/ou desemprego	- Personalidade rígida e/ou exigente
- Problemas familiares e/ou financeiros	- Défices cognitivos
- Esgotamento emocional	- Perturbações psiquiátricas/Demências
- Psicopatologia	
- Comportamento controlador e/ou autoritário face ao idoso	
- Isolamento Social	
- Escassez de suporte social	
- Existência de histórias de violência doméstica no seio familiar	
- Coabitação entre o idoso e o cuidador	
- Défice na relação entre cuidador e pessoa idosa	

Fonte: Elaboração própria com base nos autores Dias (2009) e Ferreira-Alves (2005)

Mas não basta enumerar os fatores de risco, para a sua assimilação é necessário compreender como atuam e concorrem na perpetuação de atos violentos. Assim, a existência de histórias de violência doméstica no seio familiar é um dos fatores de risco que tem gerado algumas controvérsias entre os autores, pelo que alguns explicam que as crianças que foram expostas a atos violentos durante a sua infância têm tendência a reproduzir esse tipo de comportamentos no futuro, ou seja, “[...] esta teoria postula que as pessoas que perpetraram abusos sobre os idosos foram educadas em contextos familiares violentos, sendo desta forma perpetuado o “ciclo de violência”] (p.10). Contudo, outros autores defendem que a teoria anterior não tem sustentação empírica, pois nem todos os atos de violência são originados devido a esse fator, ou seja, nem todas os adultos que vivenciaram e/ou foram vítimas de atos de violência durante infância, reproduzem atos de abuso na idade adulta (Dias 2005).

Quando falamos em dependência, podemos falar em dependência mútua, pois não são só as vítimas que dependem dos/as agressores/as, como também alguns/mas agressores/as dependem das vítimas. Este fenómeno surge quando a pessoa idosa à medida que envelhece se torna cada vez mais dependente do/a cuidador/a, a nível físico, emocional e financeiro. O aumento da dependência da pessoa idosa face ao/a cuidador/a

e o *stress* que este vivencia no seu dia-a-dia (ex. desemprego, dificuldades económicas, etc) poderá levar à ocorrência de maus-tratos na pessoa idosa (Dias, Lopes & Lemos, 2019; Steinmetz, 1983 in Dias, 2009). Contudo, os maus tratos podem também decorrer de tensões que se geram quando o/a cuidador/a percebe que à medida que o tempo avança e a pessoa idosa envelhece “(...) os custos desta relação aumentam, diminuem as recompensas e gratificações, passando aquela a ser percebida como injusta, sobretudo no caso de haver mais filhos que possam assumir, de forma partilhada, a prestação de cuidados” (Steinmetz, 1983 in Dias, 2009, p.10). No entanto, a dependência dos/as agressores/as face a pessoa idosa advém sobretudo do apoio financeiro, no que concerne à habitação, à alimentação, aos transportes etc. (Dias, 2005). Este tipo de dependência pode gerar maus-tratos na pessoa idosa, uma vez, que alguns destes indivíduos percebem que “ (...) a pessoa idosa é desprovida de poder” e que estes são superiores e detentores de poder comparativamente com a pessoa idosa (Finkerlhor, 1983 in Dias, 2009, p.10).

Relativamente à escassez de suporte social, considerada um fator de risco propício à violência doméstica contra as pessoas idosas, a literatura refere que o isolamento social e a falta de apoio familiar e/ou comunitário dificultam a denúncia, bem como a solicitação de ajuda, o que leva à perpetuação de violência por parte do/a agressor/a à pessoa idosa, sem que o/a mesmo/a seja identificado/a ou até mesmo descoberto/a. Desta forma, a “existência de uma forte rede de apoio familiar e comunitário é considerada como um meio de reduzir e evitar tais comportamentos” (Dias, 2009, pp. 11-12).

Segundo APAV (2010) “(...) as pessoas idosas que enfrentam um envelhecimento patológico, sobretudo as que sofrem demências; bem como as que sofrem de maior dependência da prestação de cuidados por outro motivo (por exemplo, outras doenças) estão mais vulneráveis” (p.58), pois são as que têm menos capacidade de se defenderem e pedir ajuda para se libertarem da violência doméstica. Um estudo realizado por Cooney e Mortimer (1995 in Ferreira-Alves, 2004) refere que 55% dos 67 cuidadores/as, que tratam ou cuidam de pessoas idosas com demência, admitiram que já praticaram alguns abusos, nomeadamente abusos verbais, abusos físicos e negligência. No mesmo estudo, constatou-se que os/as cuidadores/as que praticaram abusos físicos contra as pessoas idosas teriam problemas psicológicos. Além disso, cuidadores/as que perpetuaram atos psicológicos/verbais e negligência contra as pessoas idosas

mantiveram uma má relação com a pessoa idosa antes de este ser diagnosticado com demência.

Verificou-se, igualmente, que os/as cuidadores/as que prestaram cuidados durante muitos anos, de forma continuada, eram mais suscetíveis a cometer abusos físicos, contrariamente aos que cuidavam das pessoas idosas há menos tempo. Relativamente aos/às cuidadores/as que praticavam abusos psicológicos/verbais constatou-se que se encontravam isolados socialmente comparativamente aos/às cuidadores/as que não praticavam abusos contra as pessoas idosas. (Ferreira-Alves, 2004).

3. Tipos de violência – sinais e sintomas apresentados pelas vítimas

A violência doméstica contra as pessoas idosas é classificada também quanto à sua tipologia em diferentes categorias, nomeadamente o abuso físico, emocional ou psicológico, financeiro ou material e sexual, acrescentando a negligência e o abandono, que já têm igualmente reflexo legal (Novo et al., 2016).

O *abuso físico* é um “(...) conjunto de ações ou agressões que possam vir a causar dor” (Burnett, Achenbaum & Murphy, 2014; Santos & Vieira, 2014; Tortosa, 2004 citados por Novo et al., 2016, p.31), especificamente “(...) lesões físicas, danos psicológicos visíveis com a diminuição da mobilidade, confusão e outras alterações comportamentais” (Dias, 2009, p.7). Apesar de se tratar de um tipo de violência onde, normalmente é usada a força física, eventualmente pode não deixar marcas visíveis na pessoa idosa (APAV, 2010). Desse modo, é deveras importante “(...) que os profissionais prestem especial atenção a relatos da vítima e/ou do familiar que não se correlacionam com o tipo de lesão e / ou sinais físicos e sintomas” (Burnett, Achenbaum & Murphy, 2014; Santos & Vieira, 2014; Tortosa, 2004 citados por Novo et al., 2016, p.31).

Por abuso *emocional ou psicológico* entende-se todos os atos que impliquem agressão verbal ou não-verbal que causam sofrimento, intimidação, humilhação, chantagem emocional, desprezo, privação do poder de decisão, infantilização, manipulação, desvalorização, aflição e/ou angústia. Pode manifestar-se de diferentes formas, nomeadamente através de “(...) atos verbais e atitudes manipulativas mas também através de atos não-verbais como o silêncio, a indiferença e o isolamento social” (Burnett, Achenbaum & Murphy, 2014; Santos & Vieira, 2014; Tortosa, 2004 citados por Novo et al. 2016 p.30)

O *abuso financeiro ou material* define-se “(...) como o uso desautorizado ou abusivo dos recursos financeiros e/ou materiais da própria pessoa idosa”, como por exemplo a apropriação e exploração indevida dos seus bens, propriedades e património financeiro (Burnett, Achenbaum & Murphy, 2014; Santos & Vieira, 2014; Tortosa, 2004 citados por Novo et al, 2016, p.30) resultado de coação, de chantagem ou ameaças para que sejam cedidos os bens ou o dinheiro da pessoa idosa, por meio de testamento, doações, retenção de cartão, entre outros (Andrade, 2017).

O *abuso sexual* refere-se a envolvimento não consentido em práticas sexuais (exposição a conteúdos pornográficos, manipulação de órgãos sexuais, atos sexuais com ou sem penetração) que visem a satisfação do/a agressor/a, que se encontra numa posição de poder ou autoridade face à pessoa idosa (Andrade, 2017). Este tipo de violência pode manifestar-se, concomitantemente, com violência física ou ameaças.

A *negligência* trata-se de qualquer comportamento que implique a “(...) recusa ou inadequação, intencional ou não, de prestação de cuidados sociais e/ou saúde imprescindíveis para satisfazer as necessidades da pessoa idosa” (Burnett, Achenbaum & Murphy, 2014; Santos & Vieira, 2014; Tortosa, 2004 citados por Novo et al., 2016 p.30). Estes comportamentos podem ser a recusa de alimentação, de cuidados de higiene, de condições habitacionais, de segurança, de cuidados médicos e de administração desajustada de medicação (APAV, 2010).

O *abandono* é semelhante à negligência, porém resulta numa ausência de ajuda ou de socorro por parte do familiar ou cuidador/a contra a pessoa idosa que necessite de cuidados e de proteção (Andrade, 2017).

Apesar do abuso físico ser o mais fácil de identificar e quantificar (Gonçalves, 2006), a forma mais frequente de abuso é a negligência (Dias, 2009). Esta pode ser perpetuada de duas formas distintas: ativa ou passiva. A negligência ativa, por um lado, compreende a rejeição ou o “ (...) fracasso intencional ao nível da prestação de cuidados” (p.7). Por outro lado, a negligência passiva não se manifesta conscientemente ou intencionalmente estando mais associada ao desconhecimento das necessidades da pessoa idosa ou às limitações físicas e/ou cognitivas do/a agressor/a em prestar os cuidados (Dias, 2009).

Os diferentes tipos de violência originam impactos significativos ao nível da saúde e do bem-estar da pessoa idosa (Novo et al. 2016), sendo que os mesmos acarretam “ (...) sofrimento, dor ou lesão desnecessários, perda ou violação dos direitos humanos e diminuição da qualidade de vida da pessoa idosa” (Gaio, 2013 - 2014, p.12).

Especificamente, a violência física pode causar, por exemplo, a diminuição da mobilidade, lesões físicas ou alterações comportamentais e ainda distúrbios psicológicos, como sejam: *stress*, crenças errôneas, confusão mental, estado depressivo, ansiedade, fobias ou estados de pânico, uma baixa autoestima, decréscimo da confiança e diminui a dignidade individual (Dias, 2009). A violência sexual pode, por exemplo, provocar sentimentos de revolta e frustração, distúrbios cognitivos, alterações de comportamento e distúrbios na personalidade da pessoa idosa, num contexto em que as vítimas tendem a desculpabilizar e encobrir o/a agressor/a (Ferreira-Alves 2005). A violência financeira comporta várias consequências materiais e simbólicas para as pessoas idosas, como a fragilidade económica, dependência física e financeira, insegurança, mau estar e debilidade, enquanto a negligência pode provocar mau estar, debilidade física e um maior risco de doença (Dias, 2009). Contudo, na maioria das vezes em que ocorre violência doméstica contra a pessoa idosa, verifica-se que os diferentes tipos de violência não aparecem isoladamente, ou seja, “ (...) uma pessoa idosa quando é vitimada nunca o é apenas num dos tipos de violência, mas na combinação de um, dois, três ou todos os tipos de violência” (APAV, 2010, p. 45)

Tendo em conta as especificidades da violência doméstica contra as pessoas idosas, os/as profissionais que atendem direta ou indiretamente vítimas devem possuir conhecimentos acerca dos sinais e dos indicadores referentes aos diferentes tipos de violência, com vista a identificar, sinalizar, encaminhar mas também apoiar e prestar um melhor serviço à pessoa idosa. Mas, para que isso aconteça eficazmente é necessário que estes/as profissionais tenham formação específica neste âmbito (Hoover & Polson, 2014 in Novo et al. 2016), considerando que não se deve “ (...) descurar que todos os tipos de violência têm múltiplos indicadores, sinais e sintomas” (p. 31). É necessário interpretar de forma correta e sistemática os indicadores de cada abuso, pois perante determinados tipos de violência nem todas as pessoas idosas apresentam “(...) todos os indicadores”. Assim, perante o abuso físico os/as profissionais devem estar atentos aos “ (...) hematomas, lesões, feridas infetadas, queimaduras, perda inexplicável de peso, fraturas inexplicadas”, histórias de repetição de quedas e inexplicável deterioração no estado de saúde físico e/ou mental (p.32), e, devem-se ter em conta “ (...) queixas somáticas como cefaleias, palpitações, dor crónica e queixas gastrointestinais” (Novo et al., p.32)

Face ao abuso psicológico os sinais/ indicadores observados na pessoa idosa são apatia, anedonia, alterações de sono, ansiedade, medo, evitamento do contacto com a

família ou amigos, confusão mental e/ou desorientação, agitação, relatos sobre ter sido abusada verbal ou emocionalmente, comportamentos auto-mutilatórios, ideais suicidas, sentimentos de desamparo e desespero (Novo et al., 2016).

A negligência pode ser identificada perante sinais de higiene deficitária, desnutrição desidratação, roupa desapropriada para as condições climatéricas, úlceras de pressão não tratadas ou em localizações pouco habituais, ausência de óculos, uso de bengala ou andarilho, assistência médica tardia, ausência de um/a cuidador/a que supervisione a toma de medicação quando necessário, estar sozinho/a e abandono (no hospital, em instituições ou em estruturas residenciais) (Novo et al., 2016).

Perante o abuso sexual, os/as profissionais devem estar alerta “ (...) face à presença de sangramento vaginal ou anal ou algum tipo de dor sem etiologia esclarecida, hemorragias e/ou infeções genitais ou doenças venéreas inexplicáveis” (p. 33) Além disso, neste tipo de abuso é frequente que as pessoas idosas apresentem a roupa interior rasgada e/ou manchada, que tenham dificuldades em movimentar-se ou estarem sentados e demonstrem ansiedade perante a pessoa que realiza a sua higiene pessoal (Novo et al., 2016).

Tendo em conta o abuso financeiro ou material, os/as profissionais devem estar atentos a “ (...) mudanças bruscas no testamento e/ou em documentos financeiros, movimentos sem o seu consentimento ou perante coação financeira bem como a subtração de objetos sem a permissão da pessoa idosa” (Novo et al., 2016 p.33).

Não obstante, é importante realçar que a presença de indicadores não é sinónimo de violência, ou seja, uma pessoa idosa pode apresentar alguns hematomas decorrentes de várias quedas e no entanto não significa que sofreu algum tipo de violência, apesar dos hematomas serem um sinal de abuso físico Outro exemplo, a considerar é a delapidação dos bens móveis e imóveis da pessoa idosa associado à violência financeira, mas também à incapacidade de gestão do património fruto de quadros demenciais (Novo et al., 2016).

4. Perfil das vítimas e dos/as agressores/as

Segundo os dados estatísticos da APAV, entre 2013 e 2017, registaram-se 8.561 casos de violência doméstica contra a pessoa idosa, correspondendo a 79.7% dos atendimentos de pessoas com mais de 65 anos (APAV, 2018a), sendo que destes 7.076 são casos de violência doméstica filio-parental (APAV, 2018b). Especificamente neste tipo de crime, e nos anos supramencionados, verificou-se que cerca de 48% das vítimas

de violência doméstica contra pessoas idosas tinham mais de 65 ou mais anos, na sua maioria mulheres (79.43%), sobretudo viúvas (28,2%) e que faziam parte de uma família nuclear com filhos (30,5%) (APAV,2018b). Outro perfil significativo diz respeito a vítimas entre os 65 e 69 anos (28%), casadas (42%) e os atos violentos eram perpetuados maioritariamente pelos/as filhos/as (37.4%) (APAV,2018a).

De acordo com o Manual Títono (APAV, 2010), as vítimas, normalmente estão em situações débeis no que diz respeito à saúde física e mental, estando por vezes deprimidas ou emocionalmente vulneráveis. Outra das características apontadas é a “ (...) vulnerabilidade que lhes vem do consumo de substâncias aditivas, como o álcool” (p. 61). Além disso, vivem em situações de dependência e socialmente isoladas conduzindo a que a vítima conviva, no seu dia-a-dia, unicamente com o/a agressor/a.

No entanto, para Minayo (2005 in Redondo et al., 2012.) “ (...) em ambos os sexos, os idosos mais vulneráveis são dependentes dos/as agressores/as a nível físico e psicológico” sobretudo “ (...) quando apresentam problemas do foro mental, de locomoção, e de incontinência (p.62). Deste modo, tornam-se mais vulneráveis quando necessitam “ (...) de cuidados intensivos” (p.62) nas tarefas do seu quotidiano. Porém, não são só as pessoas idosas vulneráveis e com as características supramencionadas que podem ser vítimas de violência doméstica, as pessoas idosas saudáveis também o podem ser (APAV, 2010).

No que se refere ao perfil do/a agressor/a as estatísticas da APAV entre 2013 e 2017 indicaram que “mais de 68% das situações o autor do crime é do sexo masculino” e em 17,7% tem idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos (APAV, 2018b, p. 4). Por conseguinte, a maior parte dos/as agressores/as são descendentes diretos das vítimas ou então alguém (familiar ou não) que coabite com estas e lhe preste cuidados necessários à sua sobrevivência. Normalmente os/as agressores/as são também suscetíveis a comportamentos aditivos, tais como álcool e drogas, para além disso, apresentam muitas vezes problemas mentais e do foro psiquiátrico (Andrade, 2014; APAV, 2010;).

O facto de os/as agressores/as terem sofrido ou terem presenciado atos de violência doméstica no passado pelas atuais vítimas ou por outros familiares com quem residiam, pode conduzir a que no futuro possam reproduzir estes modelos agressivos. Também a sobrecarga de responsabilidades e de stress que são vivenciadas por estes, leva a que estejam “ (...) propensos a tornarem-se agressores/as” (APAV, 2010, p.65), pois a maioria das mulheres que são cuidadoras prestam “ (...) cuidados a diferentes

gerações”, nomeadamente “ (...) aos pais ou sogros (ou mesmo aos seus avós ou avós do seu marido) ” e ainda aos seus filhos pequenos ou adolescentes (p.65).

Por um lado, os/as agressores/as têm falta de formação e experiência no que se refere à “prestação de cuidados” (p.64), por outro lado demonstram “ (...) relutância em assumir a responsabilidade de prestar cuidados aos seus familiares mais velhos” (APAV, 2010, p.64).

Para melhor compreensão das características associadas a agressores/as e vítimas, a tabela 2 sintetiza ambos os perfis.

Tabela 2.

Perfil dos/as agressores/as e das vítimas

Agressores/as	Vítimas
- São maioritariamente homens	- São maioritariamente mulheres
- Têm falta de formação/experiência na prestação de cuidados.	- Têm entre 65 e 69 anos
- Têm falta de apoio.	- São maioritariamente casadas e viúvas
- São descendentes diretos das vítimas	- Pertencem a famílias nucleares com filhos
- Têm tendência a ficar sobrecarregados de responsabilidades e de <i>stress</i> .	-São vulneráveis
- Vivem dependentes das vítimas	- Vivem dependentes dos/as agressores/as ao nível físico e psicológico
- Têm problemas mentais e do foro psiquiátrico	-São débeis ao nível da saúde física e mental
- São suscetíveis a comportamentos aditivos	-São suscetíveis a comportamentos aditivos.

Fonte: Elaboração própria com base no Manual Títono (APAV, 2010)

5. Obstáculos à identificação e intervenção na violência doméstica contra as pessoas idosas

Segundo Gil (2014) “ (...) apenas 35% das pessoas com mais de 60 anos, (...) vítimas de violência doméstica em Portugal denunciou ou apresentou queixa sobre a situação de violência que vivenciou” (p.56). Desse modo, é imprescindível a identificação deste tipo de abuso, por parte dos/as técnicos/as e das Forças de Segurança, uma vez que são estes que lidam diariamente com as pessoas idosas nas instituições de cariz social e de saúde e, tratando-se de um crime público, podem denunciar às entidades judiciárias ou policiais.

Tendo em conta o código ético e deontológico dos/as profissionais da área da saúde (médicos/as e enfermeiros/as) e da área social (psicólogos/as, assistentes sociais e educadores/as sociais) é um dever moral destes denunciar e “ (...) notificar os casos de violência doméstica” do qual tenham conhecimento, pois têm como obrigação “zelar pela saúde” e pela “dignidade” dos seus utentes (Ribeiro, Carvalho, Pagliaro, Santos, Bonato & Aparecida, 2014, p. 196). Para além de ser uma obrigação legal, no caso dos funcionários públicos, a identificação da violência doméstica contra a pessoa idosa é um procedimento fundamental para intervir terminando o ciclo da violência e proteger a integridade física e psíquica da vítima e, conseqüentemente, prevenir novos atos violentos, uma vez que, a intervenção só pode ser feita após a identificação do problema (Ribeiro et al., 2014). Contudo, a identificação desta problemática é complexa e difícil, já que a violência doméstica contra a pessoa idosa continua a ser um fenómeno oculto na nossa sociedade. Normalmente é ocultada pelas vítimas e pelos/as agressores/as (APAV, 2010). Para além disso, surgem algumas barreiras impostas pelas vítimas, pelos/as agressores/as, pela legislação e pelos/as profissionais que lidam diariamente com as pessoas idosas e com os/as agressores/as.

Quanto às pessoas idosas, os principais obstáculos na identificação da violência doméstica vão desde o medo de possíveis represálias, ameaças à integridade física e chantagens emocionais por parte do/a agressor/a, dúvidas relativas à intervenção dos/as profissionais e do sistema, sentimentos de vergonha face ao sucedido, medo de que o problema seja exposto publicamente e que a intervenção seja realizada exteriormente, receio que não acreditem na sua palavra, normalização dos atos de violência, ou seja, as pessoas idosas entendem a violência como parte do processo de envelhecimento, negação e/ou não reconhecimento de que foram vítimas de violência doméstica. Além disso, o facto de estas poderem apresentar incapacidade ou debilidade física e/ou psicológica, leva a que tenham dificuldades em denunciar os atos de que sofreram. Também o facto de algumas vítimas possuírem crenças erradas sobre a violência doméstica, como negação, minimização e tendência de culpabilização leva a dificuldades no processo de identificação. Acrescentando, a pessoa idosa ao sentir-se culpada pelos atos que são perpetuados pelo/a agressor/a, uma vez que, este é um membro da sua família, leva-a a pensar que a violência perpetuada é uma consequência das suas falhas parentais ou familiares (Novo et al, 2016). Por último, quando a vítima recusa o atendimento e oclua/nega o sucedido torna muito mais difícil o processo de identificação (Wonderbroock & Moré, 2013).

Tal como as vítimas, alguns dos/as agressores/as também se encontram em negação e, conseqüentemente, não reconhecem os atos violentos que por eles são perpetuados. Além disso, alguns dos/as agressores/as sentem vergonha pelo seu comportamento, pois têm medo que o nome da família seja manchado (Novo et al. 2016). Ainda, alguns evitam qualquer tipo de interação da vítima com outros indivíduos, impedindo assim que esta tenha conversas a sós com terceiros, nomeadamente profissionais de instituições sociais, de saúde e/ou de apoio à vítima (APAV, 2010).

Do mesmo modo, alguns dos/as profissionais contribuem para as dificuldades no processo de identificação, quer devido a questões intrínsecas, quer devido a questões externas. A nível intrínseco verificamos que os obstáculos podem ir desde a desvalorização e a desacreditação da pessoa idosa quando esta se apresenta queixosa, às suas representações acerca do envelhecimento, o medo de perder o controlo da situação ao ser invasivo e ofensivo, pois, estes têm receio que a suspeita de abuso não se verifique, podendo estar a cometer injustiças com a pessoa idosa, o receio de trabalhar com esta problemática (Wonderbroocke & Moré 2013), crenças pré-concebidas erradas acerca da violência intrafamiliar, falta de informação e consciencialização acerca dos direitos das pessoas idosas, bem como, a manifestação de indiferença relativamente à violência e à denúncia. Mais, alguns dos/as profissionais desconhecem os sinais, os indicadores e os procedimentos burocráticos necessários para intervirem e efetuarem a denúncia (Novo et al., 2016). Os fatores externos considerados como entrave à identificação por parte dos/as profissionais vão desde o facto de as vítimas poderem omitir muita informação o processo de investigação (Wonderbroocke & Moré, 2013), a inexistência de protocolos e procedimentos de detenção, avaliação e intervenção na violência doméstica, bem como um enquadramento normativo desadequado para esta problemática, quer a nível das necessidades das vítimas, quer dos serviços (APAV, 2010; Novo et al., 2016).

Apesar de todos os constrangimentos, a identificação da violência doméstica contra a pessoa idosa é possível basta que haja uma “ (...) responsabilidade profissional”, isto é, “os profissionais têm a obrigação de tentar vencer as dificuldades que encontram e de detetar algum indício de que determinada pessoa tenha sido ou possa estar a ser vitimada” (APAV, 2010, p. 76). Por outro lado, para que o processo de identificação seja facilitado e menos complexo é necessária uma maior consciencialização sobre esta problemática e “ (...) que os profissionais estejam

devidamente qualificados” (Ribeiro et al., 2014, p. 197) para a identificação e intervenção no âmbito da violência doméstica contra a pessoa idosa.

Depois de efetuada a identificação da violência doméstica, é necessário planejar a intervenção com o objetivo de criar com a vítima um projeto de vida afastado da violência, protegendo-a de possíveis represálias e potenciando apoios psicossociais para fazer face as suas necessidades / dependências.

No entanto do mesmo modo que existem entraves na identificação, também existem dificuldades na intervenção que dificultam o trabalho dos/as técnicos/as. Segundo Redondo et al. (2012) é indispensável que durante a intervenção o técnico tenha consciência dos estereótipos e pré-conceitos relativamente à violência doméstica contra a pessoa idosa, tendo em conta as suas representações face ao género, à raça, à cultura, à idade e à orientação sexual das pessoas idosas vitimizadas. Outro dos problemas de intervenção é o facto de as vítimas pedirem ajuda apenas para aliviar os sintomas decorrentes do abuso, ou seja, pretenderem apenas acabar com a violência, mas não com a relação que têm com o/a agressor/a ou que este ou a própria vítima saiam da casa morada de família. Nas palavras de Ferreira-Alves, Lima & Bogalho (2012) é difícil intervir e alterar a situação de abuso, se a vítima não alterar a sua perspetiva face ao mesmo.

Outras dificuldades apontadas por Novo et al. (2016) estão relacionadas com o desconhecimento por parte dos/as profissionais dos recursos disponíveis, a pressão exercida para uma avaliação apropriada, tendo em conta o fator tempo, o medo de fracassar durante a intervenção, o facto de não se vir a provar/confirmar a existência de atos violentos, perante a desconfiança dos/as profissionais, bem como, os comportamentos desajustados face as pessoas idosas, tendo em conta o processo de envelhecimento. Além disso Wonderbroocke e Moré (2013) referem que por vezes os/as profissionais sentem-se impotentes quando estão inseguros e não se sentem capazes de lidar com esta problemática.

Contudo, a intervenção também fica comprometida quando as pessoas idosas se encontram isolados socialmente e geograficamente, dependem do/a agressor/a e nutrem por ele/ela um sentimento de perda, têm perturbações de personalidade e dependências de substâncias (Novo et al., 2016), quando não se manifestam colaborativos na investigação clínica (Gonçalves, 2016) ou então quando pedem sigilo profissional aos/às técnicos/as, estando estes impedidos de intervir (Wonderbroocke & Moré,2013).

Pelo exposto, Ferreira-Alves et al. (2012) menciona que durante a intervenção é necessário um envolvimento e uma entrega por parte dos/as profissionais, enquanto pessoas, e é imprescindível que estes estejam continuamente a adquirir competências de modo a que se “ (...) tornem mais capazes de estar atentos à experiência, à relação (o que esta pessoa em particular precisa para continuar o seu caminho) e não tanto ao ‘dever/ter que fazer’” (p.479).

6. As Redes Sociais Locais como primeira resposta na intervenção com vítimas idosas

As constantes mudanças económicas e políticas ao longo dos tempos conduziram a transformações sociais e a diferentes necessidades individuais emergentes levando a que as organizações se reagrupassem com vista à afirmação de políticas sociais ativas de inclusão social e à superação do paradigma assistencialista (Lopes, Gemito & Pinheiro, 2013). Neste contexto, surge em Portugal, em 1997, o Programa Rede Social, através da Resolução do Conselho de Ministros nº. 197/97, de 18 novembro, que levou à criação de estruturas de parceria alargadas de âmbito concelhio e de freguesia, constituindo uma rede social de “malha apertada”, suscetível de sinalizar e resolver com os recursos locais, ou em caso de impossibilidade, de encaminhar os casos de ação social. Mais recentemente, o Decreto-Lei nº. 115/2006, de 14 de junho, estabeleceu os princípios, finalidades e objetivos da rede social, bem como a constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos. Decorre deste diploma que a Rede Social Local pretende constituir

(...) um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas, atuando nos mesmos territórios, baseada na igualdade entre os parceiros, no respeito pelo conhecimento, pela identidade, potencialidades e valores intrínsecos de cada um, na partilha, participação e colaboração, com vista à consensualização de objetivos, à concertação das ações desenvolvidas pelos diferentes agentes locais e à otimização dos recursos endógenos e exógenos ao território (p. 4276).

Nesta lógica, o princípio de subsidiariedade, é fulcral no conceito de intervenção prática já que institui a necessidade de adequação das soluções aos problemas, a

tentativa primordial de resolução dos problemas sinalizados com os recursos existentes localmente e a criação de mecanismos de encaminhamento dos problemas para níveis de resolução mais abrangentes (concelhios, regionais ou nacionais), apenas quando se constata a impossibilidade de os resolver, com os meios disponíveis no local (Castro & Gonçalves, 2002).

São objetivos gerais da Rede Social Local

desenvolver uma parceria efetiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes locais, promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos de nível local, garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais nos concelhos e freguesias (RCM n.º. 197/97, p. 6254),

dos quais decorrem alguns objetivos específicos como

(...) induzir o planeamento participado, em matéria de intervenção social, promover a coordenação de intervenções territorialidades, nos níveis concelhio e de freguesia, encontrar soluções específicas para os problemas específicos das famílias e indivíduos em situação de pobreza e exclusão social, promover a formação de agentes de desenvolvimento local, contribuir para uma adequada cobertura, dos concelhos, em serviços e equipamentos e promover a divulgação do conhecimento sobre as realidades concelhias (p.6254).

O que significa que as Redes Sociais podem ser instrumentos fundamentais nos processos de desenvolvimento local, quer pelo planeamento estratégico territorializado e participado, contante dos Diagnósticos Sociais elaborados periodicamente, quer através de intervenções sociais que se pretendem cada vez mais integradas e eficazes plasmadas nos Planos de Desenvolvimento Social, quer ainda como incubadoras de medidas de política social que respondam à multidimensionalidade dos problemas existentes (Castro & Gonçalves, 2002).

A implementação e consolidação do Programa Rede Social, alavancadas pelos diplomas legais supramencionados, implicou e continua a implicar uma forte aposta no trabalho em parceria, na qual as autarquias assumem um papel de dinamização fulcral.

Esta noção de parceria “ (...) remete para a ideia de ação coletiva – o trabalho em rede, que implica uma forte dimensão relacional e comunicacional, assente em objetivos comuns consensualizados, partilhados e que sejam fulcrais ao nível local; sentido de co-responsabilização e respeito pela democracia participativa” (Castro & Gonçalves, 2002, p.76).

De facto, o Programa Rede Social torna-se, em cada concelho, um projeto comum das parcerias institucionais que se constituem para o viabilizar. São sempre compostas por entidades públicas e privadas sem fins lucrativos com intervenção social relevante, nas duas estruturas de parceria que corporizam os projetos de Rede nos diferentes concelhos do Continente: o Conselho Local de Ação Social (CLAS) e as Comissões Sociais de Freguesia. Embora funcionando de formas diversas (de acordo com os respetivos Regulamentos Internos) o CLAS possui alguns denominadores comuns: a) Núcleo Executivo (NE), composto por técnicos/as de diferentes instituições (entre cinco e oito elementos), e que é responsável pela realização dos documentos como os Diagnósticos Sociais Concelhios e os Planos de Desenvolvimento Social; b) Plenário (ou parceria alargada), composto pelos decisores de instituições/entidades (ou respetivos representantes, com capacidade de decisão), que reúne mais esporadicamente (entre duas e quatro vezes por ano), para discutir as propostas dos/as técnicos/as, consensualizar orientações, decisões e emitir pareceres sobre a construção de novos equipamentos, criação de valências e/ou projetos na área social, de acordo com as necessidades prioritizadas (definidas nos diagnósticos) e as estratégias consensualizadas, inscritas nos respetivos Planos de Desenvolvimento Social; c) grupos de trabalho temáticos (só existem em alguns concelhos, predominando os que intervêm nas problemáticas que atingem as pessoas idosas, indivíduos portadores de deficiência, menores em risco, a toxicodependência, entre outros) ou grupos de trabalho sectoriais (incidindo sobre a saúde, a educação, proteção civil, etc) (IESE, 2013).

Quanto às Comissões Sociais de Freguesia e Comissões Sociais Inter-Freguesias, importa referir que assentam num

(...) funcionamento simples, centrado na resolução de problemas locais e abranger uma variedade de entidades locais interessadas, tais como clubes desportivos, associações culturais e recreativas, associações e grupos representativos da população, em particular as mais vulneráveis e até empresas

locais com vontade de contribuir para o desenvolvimento social (RCM nº. 197/97, p. 6256).

Isto significa afirmar o importante papel desempenhado por estas estruturas de parceria ao nível local, pela proximidade e (re) conhecimento dos problemas de pobreza e exclusão social, pelo que as famílias e os indivíduos em tais situações, “ (...) são mais do que um número somado a outro número e diluído na abstração das estatísticas, possuem nomes e trajetórias facilmente reconhecíveis e têm problemas e necessidades reais para resolver” (Castro & Gonçalves, 2002, p. 78).

Fica assim demonstrado, que as redes formais e informais fazem parte da sociedade apresentando um carácter adaptativo por estarem sujeitas a contínuas mudanças, além de que podem ser construídas, reconstruídas, reproduzidas e modificadas consoante os intervenientes que dela fazem parte, bem como através das mudanças que a sociedade vai sofrendo (Silva & Calvosa, 2008 in Lopes et al., 2013.). Dessa forma, para que as redes de intervenção funcionem é necessário considerar as dinâmicas sociais locais e nacionais, quer informais quer formais que a sociedade possui, além disso devem ser adaptadas e construídas tendo em conta o território “(...) de intervenção, às suas características e recursos disponíveis. Por exemplo, os contextos urbanos oferecem um conjunto de respostas que em contextos rurais não existem” (AMCV, 2013 p. 86).

Estes tipos de redes têm como principais características a horizontalidade, a multiliderança, objetivos comuns e a facilidade de comunicação (Martinho, s.d. in Lopes et al., 2013) O facto da estrutura organizacional ser de cariz horizontal pressupõem que todos os elementos que dela fazem parte (profissionais e instituições) têm o mesmo poder de decisão, ou seja, cada profissional ou instituição toma decisões consoante a sua missão e área de intervenção e não sobre o trabalho dos outros. Portanto, neste tipo de redes não existe liderança, isto é, não existe hierarquia de poder, ninguém exerce poder sobre o outro, todos têm a mesma responsabilidade (Whitaker, sd. in Lopes et al., 2013.).

A intervenção no âmbito da violência doméstica contra a pessoa idosa, como já foi referido anteriormente, é complexa, difícil e multifacetada. Desse modo, estamos perante um fenómeno que carece de respostas muito distintas e, como tal, exige uma intervenção multidisciplinar e em rede (CIG, 2016).

Segundo Lopes et al. (2013) existem duas formas de criar uma rede social para a intervenção no âmbito da violência doméstica contra a pessoa idosa. A forma mais tradicional e clássica seria a criação, de “raiz”, de uma organização específica que trabalhasse exclusivamente nesta área. A outra forma passaria por organizar, articular e cooperar com vários profissionais, de diversas áreas de formação, com as suas especificidades, bem como, de diferentes instituições locais (privadas e descentralizadas do Estado), nomeadamente serviços de saúde, educação, segurança social, Forças de Segurança, justiça, entre outras (CIG, 2016; Lopes et al., 2013). Esta última modalidade é a mais aplicada, sendo exemplos disso Évora, Sintra, Bragança.

No caso de Évora, o trabalho em rede é desenvolvido por diversas instituições e “atores” que compõem o concelho, nomeadamente o Ministério Público, GNR e PSP, Agrupamentos de Escolas, Estruturas de Atendimento às vítimas de violência doméstica, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), Serviços Prisionais e de Reinserção Social e Autarquia. Sendo que cada organismo tem o seu papel diferenciado perante a violência doméstica. Além disso, a rede é composta por equipas específicas e especializadas que agem perante situações de alto risco. Para que estas equipas funcionassem eficaz e eficientemente foi necessário desenvolver procedimentos e criar fluxogramas para todos os/as técnicos/as e/ou profissionais que dela fazem parte (AMCV, 2013).

Também Sintra desenvolveu parcerias locais com vista “ (...) a aumentar a eficácia e eficiência das respostas”, tendo cada “parceiro” a missão de desempenhar “ (...) tendo em conta a sua especialidade, funções diferenciadas, ainda que articuladas entre si” (p.34). Relativamente à intervenção, o Distrito de Sintra operacionaliza-se tendo em conta níveis de atendimento, ou seja, as instituições locais são divididas em primeira linha, segunda linha ou atendimento específico e pelas respostas de retaguarda (RIVS, 2013)¹. O atendimento de primeira linha tem como principal objetivo a triagem e o encaminhamento das vítimas para o patamar seguinte (estruturas de segunda linha), uma vez que estes não intervêm diretamente no âmbito da violência doméstica nem dispõem de meios especializados para efetuar este tipo de atendimento às vítimas. Por seu lado, o atendimento de segunda linha “ocorre por iniciativa da vítima ou por encaminhamento (primeira linha / atendimento específico). Este é sempre realizado por um/a técnico/a de apoio à vítima de violência doméstica devidamente habilitado/a”

¹ Todos os esquemas com os níveis de atendimento encontram-se explanados no livro RIVS (2013)

(p.37). Trata-se, portanto, de um atendimento específico e especializado por técnicos/as com formação TAV (Técnicos de Apoio à Vítima) (RIVS, 2011).

Já no que concerne à intervenção, esta assenta na parceria entre as instituições que compõem a primeira e a segunda linha pois durante este processo os/as técnicos/as de segunda linha podem necessitar de apoios psicossociais prestados pelas instituições que compõem a primeira linha, nomeadamente apoio psicológico, apoio jurídico, apoio social e apoio psicossocial, de forma a que a vítima tenha um acompanhamento continuado a nível local e os apoios se encontrem o mais próximo possível de si (CIG, 2016; RIVS, 2011).

As respostas de retaguarda dizem respeito aos Centros de Acolhimento de Emergência e às Casas Abrigo (RIVS, 2011). A articulação entre os diferentes profissionais não deve ser intrusiva nem revitimizadora (Wanderbroocke & Moré, 2013) pelo que o processo de cooperação implica uma responsabilização onde se supõe a partilha de informações de modo a que se promova o princípio da Intervenção Mínima (CIG, 2016; RIVS, 2011).

No Distrito de Bragança, o atendimento de segunda linha é realizado pelo Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica (NAV) sito na Associação dos Socorros Mútuos dos Artistas (ASMAB) de Bragança, sendo as instituições de primeira linha a Unidade Local de Saúde do Nordeste que engloba os três hospitais e os 14 centros de saúde, a GNR, a PSP, o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.) e a resposta de retaguarda a Santa Casa da Misericórdia de Bragança (Fernandes & César, 2011).

Com isto, são múltiplas as portas de entrada que a vítima tem ao seu dispor para recorrer e solicitar apoio, desde as instituições que compõem o atendimento primeira linha até às estruturas especializadas que compõem o atendimento de segunda linha. Desse modo, todos/as os/as profissionais que fazem parte das instituições de primeira linha ao contactarem com as pessoas idosas podem identificar precocemente aqueles que são vítimas de violência doméstica, para posteriormente encaminharem para os/as técnicos/as de segunda linha (AMCV, 2013).

Segundo APAV (s.d.) quando as vítimas decidem procurar ajuda, 20.7% recorre as Forças de Segurança (PSP e GNR) e 4,5% recorre aos/às profissionais de saúde pois, como refere Gaio (2013-2014), os/as médicos/as dos centros de saúde e dos hospitais prestam diariamente cuidados de saúde à pessoa idosa por isso “ (...) encontram-se numa posição privilegiada para o rastreio, deteção, tratamento e referenciação de

vítimas de abuso e negligência, podendo o médico ser o único elemento exterior à família/prestador de cuidados que tem contacto com o idoso regularmente” (p.24). Portanto, compete a todos profissionais/técnicos/as que se encontram no atendimento de primeira linha “ (...) facilitar e dar apoio na exposição de queixas às instâncias judiciais, sublinhando que a violência doméstica é um crime público e que a denúncia pode ser efetuada por terceiros” (Ferreira-Alves, et al., 2012, p.488). Contudo, nem sempre estes/as profissionais notificam, reportam e identificam as vítimas. Tendo em conta as estatísticas apresentadas por Gaio (2013-2014) só 2% dos casos de abuso são denunciados por estes/as profissionais, facto explicado pela escassez de conhecimentos específicos relativos à violência doméstica contra a pessoa idosa que prejudica a interpretação os sinais e sintomas decorrentes do (s) abuso (s) (Fonseca, Gomes, Faria & Gil, 2012; Gaio, 2013-2014).

A formação específica e contínua neste âmbito é essencial para os/as profissionais de primeira linha, não só porque é necessário que estes estejam preparados para identificar e recolher informações relevantes com a vítima logo desde o primeiro contacto, mas também porque o primeiro contacto que a vítima tem com o profissional e a forma como o atendimento é conduzido é determinante, já que aquela se encontra fragilizada e, normalmente, sem saber o apoio que lhe vão prestar (AMCV, 2013; Fernandes & César, 2011). Assim, é importante que estes/as profissionais adquiram conhecimentos ao nível da legislação no âmbito da violência doméstica contra as pessoas idosas, estatuto de vítima especialmente vulneráveis, proteção e assistência às vítimas com os diversos apoios psicossociais e jurídicos previstos, dinâmicas específicas de violência doméstica contra as pessoas idosas e fatores de risco, sinais e sintomas e funcionamento cognitivo das vítimas. Além disso, devem ainda ter ainda conhecimentos acerca da rede nacional de apoio às vítimas e de todos os recursos e resposta de atendimento, acolhimento de emergência e casas abrigo existentes a nível nacional, regional e local (APAV, s.d.; CIG, 2016).

Ao longo deste primeiro capítulo, foram apresentadas, com base na literatura, as especificidades e dificuldades na compreensão, identificação e intervenção na violência doméstica contra as pessoas idosas pelo que é de admitir que a formação específica e contínua dos/as técnicos/as que integram as Redes Sociais Locais e que fazem parte da primeira linha de intervenção nesta problemática terá um impacto positivo na aquisição de competências e recursos que tornam mais célere e eficaz a sinalização e encaminhamento das vítimas. Desta forma, o enquadramento teórico que agora se

conclui fundamenta o trabalho de projeto a seguir descrito do ponto de vista metodológico, onde serão apresentados os métodos e instrumentos utilizados na avaliação de necessidades e tratamento dos resultados, no desenho do projeto, na sua implementação e avaliação.

Capítulo II - Metodologia: da avaliação de necessidades à implementação do trabalho de projeto

1. Formação de base vs. Formação especializada: a delimitação de um problema

O envelhecimento populacional em Portugal e os casos de violência doméstica contra a pessoa idosa estão a aumentar, pelo que é necessário intervir neste âmbito através da “ (...) correta educação/formação dos/as profissionais de saúde, prestadores de cuidados formais e informais, família e o próprio idoso, relativamente aos direitos da vítima (...) com vista a uma melhor prevenção do crime” (APAV, s.d. p.4). Num estudo realizado por Wanderbroock e Moré (2013), a profissionais de saúde, estes referiram que existe uma grande distância entre o saber teórico e o saber prático, pois associado ao saber prático existem muitas dificuldades e barreiras na identificação desta problemática.

Como a violência doméstica contra a pessoa idosa apresenta dinâmicas específicas dentro da violência intrafamiliar, é necessário especializar os/as técnicos/as que nela intervém, pois como refere a APAV “Para prevenir, é preciso conhecer a realidade. Para intervir, é necessário reconhecer os sinais de abuso e violência” (APAV, s.d., p.5). Assim procurou-se apurar o número, tipo, conteúdos e público-alvo das ações de formação ministradas nos últimos anos em Portugal sobre esta problemática pelas entidades que constituem a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, conforme art.53º da Lei nº129/2015 de 3 de setembro, da qual fazem parte a ASMAB, Núcleo Intermunicipal de Intervenção em Vítimas de Alandega da Fé (NIIV) e APAV.

A ASMAB, através do seu Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica, tem vindo a desenvolver algumas formações no Distrito de Bragança: em 2016 e 2017 foram realizadas seis ações dirigidas a auxiliares do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) das várias Santas Casas da Misericórdia e Centros Sociais e Paroquiais do Distrito que tinham como objetivo de capacitar estes/as profissionais para identificar sinais e sintomas de violência doméstica contra pessoas idosas, utentes diários desde serviço, tendo a duração de três horas cada ação. Nesse mesmo período, foram ainda realizadas três ações de formação para técnicos/as com a duração de sete horas com o objetivo principal de os/as capacitar com conhecimentos teóricos e práticos para a sinalização e o encaminhamento dos casos de violência doméstica contra as

peças idosas. Todas estas ações de formação foram gratuitas para os participantes uma vez que os custos associados foram imputados ao Projeto do Banco Português de Investimento (BPI) Sêniores.

Em 2018, a ASMAB desenvolveu dois cursos para TAV, também gratuitos para os/as formandos/as uma vez que foram financiados pelo Programa Portugal 2020, com a duração de 90 horas, abrangendo um total de 48 técnicos/as. Também no decorrente ano, o NIIV realizou em Torre de Moncorvo uma ação de formação dirigida essencialmente a profissionais, que de forma direta ou indireta, atuem ou possam atuar no domínio da violência doméstica e de género, tendo apenas a duração de cinco horas.

Ao longo dos últimos anos, a APAV tem vindo a promover diversas formações sendo que em 2018 ministrou duas ações, de 14 horas e com um custo associado, dirigidas a estudantes do ensino superior e profissionais das ciências sociais e humanas interessados em adquirir conhecimentos específicos neste âmbito. A primeira ação de formação foi realizada em E-Learning e a segunda presencialmente em Lisboa. Nesta mesma cidade, foi ainda realizada uma formação intitulada “Violência Doméstica. Intervenção com vítimas vulneráveis”, gratuita, com duração de quarenta e oito horas (APAV, 2017). Formações para TAV realizaram duas, uma no Porto e outra em Lisboa, ambas com 18 vagas e com um custo associado e foram ainda ministradas oito formações intituladas “Formação de profissionais na área da violência doméstica”, com uma carga horária total de 30 horas. Estas formações tinham como destinatários os/as profissionais que trabalham de forma direta ou indireta com vítimas de violência doméstica, sem que nenhuma fosse apenas e de forma aprofundada a violência contra pessoas idosas. As cidades onde decorreram estas formações foram: Vila Real (18 vagas), Paços de Ferreira (18 vagas), Évora (18 vagas), Portalegre (18 vagas), Celorico da Beira (sete vagas), Guimarães (oito vagas) e duas no Porto (18 vagas cada) (APAV, 2017).

Apesar do trabalho que ASMAB têm vindo a desenvolver no Distrito de Bragança, as formações realizadas não vão ao encontro das necessidades dos/as técnicos/as, já que os conteúdos dos referenciais de formação, cronograma e metodologia de formação não foram definidos por estes/as. Por outro lado, a APAV ministrou duas ações de formação no corrente ano, uma decorreu em Lisboa e outra via E-Learning. Tendo em conta que Bragança fica a 484 Km de Lisboa, a solução viável para adquirirem este tipo de formação seria através da formação E-Learning, ministrada numa plataforma digital de gestão *online*, que facilita o acesso por parte dos/as

participantes. Porém, este modo de formação acarreta também algumas desvantagens, nomeadamente, o difícil acesso aos conteúdos e o excesso de informação que pode levar à desmotivação e confusão dos/as formandos/as. Além disso, não proporciona interação entre formando/as e formador/a o que dificulta a partilha de experiências, esclarecimento de dúvidas ou a análise de casos práticos. Por outro lado, para se poder frequentar este tipo de formações são necessários alguns conhecimentos informáticos para utilizar as tecnologias que lhe estão associadas (Vidal, 2002).

Tendo em conta as estatísticas apresentadas no RASI 2017 e pela APAV e os inúmeros técnicos/as a trabalhar nas entidades públicas, descentralizadas do Estado e privadas, é possível aferir a existência de escassas formações no âmbito da violência doméstica contra as pessoas idosas, existindo sobretudo ações mais abrangentes na área da violência doméstica ou de género, bem como um número reduzido de vagas em cada ação de formação, o que condiciona a abrangência do público-alvo. Assim e partindo da questão-problema definida para este trabalho projeto - *A formação específica na violência doméstica contra as pessoas idosas é uma necessidade dos técnicos/as e das Forças de Segurança e portanto percecionada como uma mais-valia na identificação precoce e encaminhamento das vítimas?* – foi realizado um questionário de avaliação de necessidades a 89 técnicos/as e Forças de Segurança que se encontram a trabalhar nas Redes Sociais Locais do Distrito de Bragança para aferir as suas funções e experiência na intervenção com vítimas de violência doméstica contra pessoas idosas, necessidades formativas e motivações e a partir daí construiu-se um referencial de formação específico e adaptado, com um cronograma e metodologia de formação.

2. O trabalho de projeto: um método, duas metodologias

Na primeira parte do trabalho foi realizado o enquadramento teórico que fundamenta o nosso projeto chegando o momento de descrever os métodos e técnicas utilizadas na avaliação de necessidades, no desenho do projeto e na sua implementação.

O motivo pelo qual escolhemos o projeto como opção metodológica resulta da intenção de intervir com a população-alvo, identificando as suas necessidades e dando-lhes resposta. Isto porque como diz Mateus (2011) “O trabalho de projeto é uma metodologia investigativa centrada na resolução de problemas pertinentes e reais, realizáveis com o tempo, as pessoas, os recursos disponíveis ou acessíveis e com ligação à sociedade” (p.3).

Segundo a autora supramencionada o trabalho de projeto apresenta-se como bastante dinâmico pois é “ (...) flexível, aberto, sujeito a reajustamentos de conteúdos, de metodologias, calendários” (p.5). Além disso, Barbier (1994 in Mateus, 2011) define-o também como um trabalho de equipa que procura respostas e soluções através do trabalho que é desenvolvido no terreno com os atores envolvidos que por sua vez dão voz ao projeto. Este é também a ponte entre a teoria e a prática, pois permite que todos os intervenientes aprendam e adquiram conhecimentos acerca da problemática em questão através de um processo aberto.

Assim através da teoria é possível adquirir novos conhecimentos e experiências e/ou aprofundar os já existentes, através da componente prática “ (...) humaniza-se e socializa-se o saber” (Barbier 1994 in Mateus, 2011p. 7).

Inicialmente, no processo de elaboração do projeto deve ter-se em consideração as necessidades dos intervenientes bem como as especificidades da problemática em causa, pois trata-se de um problema social com participantes cujas necessidades são distintas, pelo que a planificação do projeto é flexível e ajustável em qualquer momento de modo a ir ao encontro das necessidades dos participantes.

Assim e após a formulação da questão-problema, o passo seguinte foi a avaliação de necessidades da população-alvo do trabalho de projeto – técnicos/as das Redes Sociais Locais e Forças de Segurança a exercer funções no Distrito de Bragança – realizado através de um questionário *online* que seguidamente será apresentado. Ou seja, a escolha do trabalho de projeto adveio da necessidade de aprofundar uma problemática social e colmatar as necessidades identificadas por quem nela trabalha partindo do pressuposto de que “ (...) não podemos olhar para a realidade como um conjunto de " desgrças", mas antes uma realidade que apresenta vulnerabilidades, mas também potencial de desenvolvimento” (Guerra, 2006 in Ferreira, 2013 p.6). Para isso foi necessário primeiro conhecer a realidade e “(...) responder a questões: Quem? O quê? Quando? Estas questões são orientadoras para a planificação do projeto” (Ferreira, 2013, p.4). Desse modo, a avaliação de necessidades permitiu-nos criar um projeto com base nos quesitos reais dos participantes (que resultaram das respostas à questão 3.4 do questionário de avaliação de necessidades e que se encontram esplanadas na tabela 22 do anexo, E) sendo eles os principais responsáveis pelo diagnóstico já que como refere Cembranos et al. (2001 in Ferreira, 2013) a participação do público-alvo é imprescindível para que possa haver transformação social, sendo que também é

necessário que a intervenção seja “ (...) o mais criativa e dinâmica possível de forma a permitir a transformação da realidade, a evolução social a longo alcance” (p. 6).

No entanto, para o tratamento de dados decorrentes da avaliação de necessidades, foi necessário servirmo-nos de duas perspectivas metodológicas, a quantitativa e a qualitativa, recorrendo aos métodos de ambas ainda que sem cumprir todas as suas características, uma vez que estas duas grandezas se complementam, oferecendo perspectivas diferentes. Por um lado, o método quantitativo “ (...) ocupa-se de ordens, grandezas e as suas relações e o qualitativo formula um quadro de interpretações para medidas ou a compreensão para o que não é quantificável” (Gunther, 2006 in Silva, 2010, p.7). Segundo Gunther (2006 in Silva 2010), a metodologia quantitativa apresenta algumas características que permite ao investigador ter um maior controlo sobre o contexto, interagir com o objeto de estudo com neutralidade e com objetividade e analisar os dados através da linguagem matemática a fim de explicar os fenómenos (através de análises estatísticas e teorias de probabilidade) pois através dela é possível “ (...) descrever, representar ou interpretar a multidiversidade de seres vivos e as suas inter-relações” (Minayo & Sanches, 1993 in Silva 2010, p.5) obedecendo a critérios de cientificidade, nomeadamente, “ (...) validade, confiabilidade, generalização e transferibilidade dos resultados” (Silva, 2010, p.6). No que concerne à metodologia qualitativa, esta foca-se no “ (...) trabalho com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Ela aprofunda a complexidade de fenómenos, fatos e processos; passa pelo observável e vai além dele ao estabelecer inferências e atribuir significados ao comportamento” (Silva, 2010, p.6).

Especificamente, neste trabalho de projeto, a metodologia quantitativa foi operacionalizada através da análise estatística descritiva simples, que se caracteriza pela recolha, organização, classificação e interpretação de dados através de gráficos e tabelas que permitem calcular dados para descrever um fenómeno (Silvestre, 2007) e a metodologia qualitativa através da análise de conteúdo com categorias emergentes, ou seja, criadas com base nas respostas dadas pelos inquiridos. Segundo Gomes (2002) as categorias servem para determinar classificações, ou seja, na prática, estas servem para agrupar aspetos, elementos, ideias e/ou expressões com características comuns em volta de um conceito e podem “ (...) ser estabelecidas antes do trabalho de campo, na fase exploratória de pesquisa ou a partir da coleta de dados” (p.70), sendo que as primeiras são conceitos mais gerais e abstratos e as últimas (estabelecidas após a recolha de dados) são mais específicas e concretas.

3. Calendarização

Uma vez demarcada a questão-problema com a delimitação dos conceitos de formação base e formação especializada, tornou-se claro que a opção metodológica seria a investigação-ação, através do trabalho de projeto. Pelo que, depois de clarificar a metodologia consideramos necessário definir também a moldura temporal da sua operacionalização, delimitando as diferentes etapas. Desse modo, o presente trabalho decorreu durante o ano letivo 2018 /2019, segundo o diagrama de Gantt que se encontra no Anexo A. Assim sendo, o diagnóstico do trabalho de projeto (TP) foi a fase mais demorada, decorrendo de setembro de 2018 a março de 2019. No que concerne à planificação do TP, esta decorreu de dezembro de 2018 a abril de 2019 seguindo-se a execução da ação de formação especializada na violência doméstica contra pessoas idosas durante os meses de maio, junho e julho. Por último, a avaliação do projeto teve início com a finalização da componente prática e decorreu entre os meses de julho e setembro.

4. Avaliação de necessidades

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna, a nível nacional, as denúncias de violência contra a pessoa idosa têm vindo a diminuir ligeiramente, sendo que em 2016 se registaram 1009, correspondendo em média a 19 queixas-crime por semana e em 2017 registaram-se 944, ou seja, 18 por semana (Ministério da Administração Interna, 2017). Já em 2018 foram apresentadas 926 queixas, menos 18 que no ano anterior (Ministério da Administração Interna, 2018).

Relativamente ao Distrito de Bragança, o NAV, em 2016 acompanhou 39 casos de violência doméstica contra as pessoas idosas, que correspondiam a 33 mulheres e seis homens, com uma relação de filiação com o/a agressor/a. Em 2017 registaram-se 16 casos igualmente no âmbito de uma relação de filiação com o/a agressor/a (12 mulheres e quatro homens). Já em 2018 foram sinalizados ao NAV e ao GIAV (Gabinete de Inserção e Apoio à Vítima de Alfândega da Fé) 12 casos de violência doméstica contra as pessoas idosas, sendo eles oito mulheres e quatro homens.

Através da análise dos dados existentes, podemos constatar que durante os últimos três anos houve uma diminuição do número de denúncias de violência doméstica contra as pessoas idosas. Contudo importa refletir se o decréscimo de denúncias corresponde a uma diminuição efetiva de casos já que as estatísticas oficiais comportam muitas cifras negras relativamente à realidade desta problemática uma vez

que existem muitos casos ocultos de violência doméstica contra as pessoas idosas que, devido às suas especificidades e características, sejam difíceis de identificar e denunciar pelas próprias vítimas ou por qualquer cidadão, incluindo os/as profissionais das Redes Sociais e as Forças de Segurança, já que se trata de um crime público.

Como já foi explorado no enquadramento teórico, a Rede Social é um programa destinado “a conjugar esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local” (ISS, IP.,p.4), tendo como finalidade o trabalho em equipa e em parceria. Assim, cada Rede Social implementada nas diferentes autarquias deve ter uma visão partilhada dos problemas sociais que existem nessa área, definindo em conjunto objetivos, prioridades, estratégias e ações e utilizando de forma mais racional os recursos disponíveis (ISS, IP.,2014), sendo que os seus objetivos estratégicos assentam em “(...) desenvolver uma parceria efetiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes locais; promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias e competências e recursos a nível local e garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais nos concelhos e freguesias” (CM Mirandela, 2015)

O Distrito de Bragança tem 12 Redes Sociais Locais distribuídas pelos diferentes concelhos: Bragança, Vinhais, Miranda do Douro, Mogadouro, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Alfândega da Fé, Vila Flor, Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta. Cada uma das Redes Sociais é composta pelo Núcleo Executivo (NE), considerado a modalidade mais restrita que funciona como um órgão operativo, normalmente constituído pela Câmara Municipal, Centro Distrital de Segurança Social de Bragança e por uma ou mais entidades sem fins lucrativos com intervenção social no concelho, e pelo plenário. A título exemplificativo serão apresentadas a seguir duas Redes Sociais Locais:

- Na Rede Social Local/CLAS de Bragança, o NE é constituído pela Câmara Municipal de Bragança, pelo Centro Distrital de Segurança Social de Bragança e por nove entidades eleitas pelo plenário que representam as diversas áreas de intervenção do concelho, nomeadamente o Núcleo Distrital de Bragança da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN), Santa Casa da Misericórdia de Bragança, Centro de Saúde de Bragança, Centro Social e Paroquial de Santo António (Freguesia de Coelhoso), Centro Social e Paroquial de Santo Condestável (Bragança); Fundação Betânia – Centro Apostólico de Acolhimento e Formação, ASMAB, Núcleo Local de Inserção e a

Associação Reaprender a Viver. Além disso, do plenário (modalidade mais alargada da rede) fazem parte 60 entidades quer públicas quer privadas ” (CM Bragança, 2014).

- No que concerne ao NE da Rede Social Local de Torre de Moncorvo, este é constituído pela Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, Centro Distrital de Segurança Social de Bragança – Serviço Local de Torre de Moncorvo, GNR, Santa Casa da Misericórdia de Torre de Moncorvo, Agrupamento de Escolas do Concelho de Torre de Moncorvo e Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo. Por seu lado, do plenário fazem parte as nove Uniões/Juntas de Freguesia do Concelho de Torre de Moncorvo, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Torre de Moncorvo, três Centros Paroquiais do concelho e seis associações culturais e recreativas (CM, Torre Moncorvo, s.d.).

O NE das Redes Sociais Locais/CLAS tem como competências elaborar as normas internas, executar as decisões definidas, propor e elaborar o plano de atividades anual, impulsionar/estimular os diferentes grupos de trabalho, e por fim, certificar/assegurar a coordenação técnica das ações realizadas no âmbito da Rede Social. Especificamente deve “elaborar o diagnóstico social, o plano de desenvolvimento social e os respetivos planos de ação anuais” bem como facilitar a comunicação e a transmissão de informação entre os parceiros e a população, fazem parte das competências do NE. Tem ainda as competências de “colaborar na implementação do sistema de informação nacional” promover ações de formação para os parceiros, de acordo com as necessidades existentes”, e “emitir pareceres sobre a criação de serviços e equipamentos sociais, tendo em vista a cobertura equitativa e adequada no concelho, assim como o impacto das respostas em matéria de igualdade de género, designadamente na conciliação da vida familiar e da vida profissional” (Decreto-Lei nº115/2006 14 de Junho, artigo 28º).

Assim sendo, de modo a compreender a pertinência do presente trabalho de projeto procedeu-se à aplicação de um questionário de avaliação de necessidades (Anexo D), para que se pudesse averiguar as lacunas dos/as técnicos/as e Forças de Segurança das Redes Sociais Locais relativamente à formação específica nesta área. Assim, juntamente com o questionário foi enviado para as instituições das Redes Sociais Locais do Distrito de Bragança o consentimento livre e informado (Anexo B) e um pedido de autorização formal para a implementação do projeto (Anexo C).

4.1. Instrumento e procedimentos de recolha de dados

Para a avaliação de necessidades relativas à formação específica por parte dos/as técnicos/as e Forças de Segurança das Redes Sociais Locais que sustentasse um referencial de formação adequado às especificidades e domínios de intervenção na problemática da violência doméstica contra as pessoas idosas, foi elaborado um questionário com vista a fazer um diagnóstico mais rigoroso da perceção e atuação destes/as profissionais na identificação e intervenção na violência doméstica contra as pessoas idosas. Esta fase decorreu durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2019, sendo que o questionário foi aplicado via *online* já que a distância entre cada instituição dos diferentes concelhos do Distrito tornava inexecutável o contacto presencial, pretendendo-se auscultar o maior número de técnicos/as que compõem a primeira linha de intervenção nesta problemática neste território. Considerámos ainda que o facto de este ser aplicado *online* permitiu que a recolha dos dados fosse breve.

Contudo, estamos cientes que este método de aplicação traz vantagens e desvantagens. No que diz respeito às vantagens, permite um maior controlo sobre as respostas, uma maior abrangência de amostras, custos reduzidos na sua implementação e alguma flexibilidade e variedade na elaboração das questões (Evans e Mathur, 2005 in Vasconcellos & Guedes, s.d.). Além disso, permite aos/as inquiridos/as responder apenas quando tiverem disponibilidade, pois, o facto de ser *online*, permite mais tempo para o preenchimento do mesmo, e além disso leva a que se exerça uma menor pressão sobre o/a inquirido/a, o que consequentemente conduz a que este responda com mais qualidade informacional (Vieira, Castro & Júnior, 2010). Por outro lado, torna possível ao investigador controlar o preenchimento do questionário através da obrigatoriedade de resposta às questões, uma vez que o/a inquirido/a só consegue avançar para a questão seguinte se responder a todas as questões anteriores. Do mesmo modo, facilita ao investigador apurar, interpretar e analisar os dados recolhidos, uma vez que as respostas são introduzidas diretamente no servidor do programa utilizado. “Essa característica torna também inteiramente confiável a tabulação, reduzindo a zero a possibilidade de erro (a menos, é claro, de um erro sistemático na elaboração das estatísticas) ” (Vasconcellos & Guedes, s.d.). De entre as principais desvantagens destacamos a dificuldade em criar incentivos para o envio do mesmo, menores índices de resposta face aos outros métodos de aplicação existentes e menor confiabilidade nas respostas, uma vez que os participantes podem falsificar informações (Evans & Mathur, 2005 in Vasconcellos & Guedes, s.d.). Pese embora as desvantagens inerentes à aplicação do

questionário *online*, com o avanço da tecnologia e a expansão dos utilizadores da Internet, no futuro este método irá tornar-se cada vez mais usual e fiável (Vieira et al., 2010). Em colaboração com NAV de Bragança distribuíram-se os questionários através dos *e-mails* das Redes Sociais Locais dos 12 concelhos do Distrito de Bragança.

Especificamente, no que concerne ao questionário, este era de cariz misto já que era constituído por questões abertas e fechadas. A nível estrutural apresentava uma parte introdutória sobre o trabalho de projeto onde se inseria este instrumento, apresentando de seguida um termo de consentimento tendo o/a inquirido/a o direito de não responder a questões que considerasse ser de âmbito mais pessoal e encontrava-se dividido em três partes: a primeira referia-se aos dados sociodemográficos dos/as inquiridos/as, composta maioritariamente por questões fechadas de resposta única. A segunda pretendeu recolher as representações sociais dos/as profissionais face às dinâmicas e especificidades da violência doméstica contra pessoas idosas, sendo constituída por algumas questões de escala, correspondendo a um tipo de questões fechadas, onde se pretende “ (...) medir aspetos como atitudes ou opiniões do público-alvo” (Sousa & Baptista, 2011, p. 95). A escala utilizada no questionário é a de *Likert* com cinco níveis de resposta, especificamente discordo totalmente, discordo, nem concordo nem discordo, concordo e concordo totalmente. No fim da segunda parte era apresentada uma questão fechada de resposta única “Estaria disponível para frequentar uma ação de formação no âmbito da violência doméstica contra a pessoa idosa, tendo em conta as suas necessidades formativas e as especificidades do território onde exerce funções?”, que fazia a ponte com a terceira parte, pois quem respondesse “não” a essa pergunta não poderia seguir para a terceira parte do questionário. Por fim, a terceira parte dizia respeito à ação de formação que seria desenvolvida pelo projeto com base nas necessidades formativas identificadas pelos/as profissionais, sendo constituída por três questões fechadas de resposta única e por uma questão aberta, na qual se pretendia que aqueles/as indicassem os módulos/temas que considerassem de maior pertinência para o desenvolvimento da ação de formação.

De forma a verificar a legibilidade de cada pergunta, a imparcialidade e o rigor técnico na sua formulação e a adequação de cada pergunta aos objetivos do questionário foi realizado um pré-teste junto de três Técnicas de Apoio à Vítima do NAV de Bragança que serviu para validar a sua estrutura e conteúdo bem como incluir as alterações sugeridas. Isto porque o pré-teste pode, além de possibilitar ajustes e deteção de incoerências, aumentar a validade do instrumento já que abrange não somente a

apreensão dos itens, mas também a compreensão das respostas da escala, a dificuldade de responder as questões e as instruções do questionário (Vasconcellos & Guedes, s.d.). Após a fase do pré-teste, o questionário foi aplicado por administração direta, conforme previamente descrito e os resultados obtidos apresentados seguidamente.

4.2. Apresentação e Interpretação dos Resultados

Tendo em conta a natureza dos dados, foi utilizada a análise estatística descritiva simples através do cálculo das frequências, percentagens, médias, desvios-padrão e medianas, tratadas com recurso aos *softwares Microsoft Excel 2010* e ao aplicativo *Statistical Package for Social Sciences (SPSS, Versão 20)*. Para a análise do desvio-padrão considerámos uma dispersão fraca, quando este era inferior a 15% da média, moderada quando se encontrava entre os 15% e os 30% e forte quando o desvio-padrão era superior a 30% da média (D'Hainaut, 1990).

De forma a inferir sobre os resultados obtidos para as variáveis categóricas recorremos ao seu cruzamento através de tabelas de cruzamento e aplicaram-se os testes de independência. Preferencialmente pretendíamos utilizar o teste de independência do qui-quadrado, que pressupõe amostras de pelo menos vinte elementos e no máximo 20% das células com frequência esperada inferior a 5. Na impossibilidade deste, por falta de verificação dos pressupostos de aplicação do teste do qui-quadrado, recorreu-se ao teste exato de Fisher (Maroco, 2007). Desse modo, estabelecemos o grau de significância (α) em 0,05 (5%), sendo que nos casos em que o p-valor era inferior a 0,05 (5%), considerámos que a associação era significativa e quando o p-valor era igual ou superior a 0,05 (5%) assumimos a independência entre as variáveis em análise.

De salientar que dada a escassa frequência de respostas na opção Discordo Totalmente se optou por juntar esta opção com o Discordo. Não se procedeu do mesmo modo com o Concordo e o Concordo Totalmente porque nestas opções de resposta havia variabilidade e era do interesse do trabalho analisar as diferentes frequências.

No que concerne à amostra, o questionário de avaliação de necessidades foi aplicado a 89 indivíduos (40 técnicos/as e 49 agentes das Forças de Segurança) que pertencem às 12 Redes Sociais Locais do Distrito de Bragança que direta ou indiretamente atendem vítimas ou potenciais vítimas idosas de violência doméstica, tornando-se, portanto, representativa da população-alvo.

Tabela 3.
Caracterização da Amostra

			n	%
Sexo	Técnicos/as	Feminino	34	85
		Masculino	6	15
	Forças de Segurança	Feminino	3	6,1
		Masculino	46	93,9
Idade	Técnicos/as	25 aos 30 anos	7	17,5
		31 aos 35 anos	8	20
		36 aos 40 anos	13	32,5
		41 aos 45 anos	6	15
		46 aos 50 anos	4	10
		mais de 50 anos	2	5
	Forças de Segurança	25 aos 30 anos	5	10,2
		31 aos 35 anos	11	22,4
		36 aos 40 anos	13	26,5
		41 aos 45 anos	10	20,4
		46 aos 50 anos	7	14,3
		mais de 50 anos	3	6,12
Tempo de Serviço	Técnicos/as	até 10 anos	21	52,5
		11 a 20 anos	15	37,5
		mais 25 anos	4	10
	Forças de Segurança	até 10 anos	11	22,4
		11 a 20 anos	23	46,9
		mais 25 anos	15	30,6
Concelho	Alfândega da Fé	3	3,4	
	Bragança	19	21,3	
	Carrazeda de Ansiães	2	2,2	
	Freixo de Espada à Cinta	7	7,9	
	Macedo Cavaleiros	9	10,1	
	Miranda do Douro	9	10,1	
	Mirandela	20	22,5	
	Mogadouro	3	3,4	
	Vila Flor	2	2,2	
	Vimioso	4	4,5	
	Vinhais	1	1,1	
	Torre de Moncorvo	10	11,2	

A amostra é constituída por 37 indivíduos do sexo feminino (41,6%; n=37) (34 técnicas e três agentes das Forças de Segurança) e 52 indivíduos do sexo masculino (58,4%; n=52) (seis técnicos/as e 46 agentes das Forças de Segurança), com idades compreendidas entre os 25 anos e os 58 anos, sendo que a maioria se situa entre os 31 e os 45 anos. Especificamente, 12 indivíduos (13,5%, n=12) tinham idades compreendidas entre os 25 e os 30 anos (sete técnicos/as e cinco agentes das Forças de Segurança), 19 (21,3%; n=19) entre 31 e 35 anos (oito técnicos/as e 11 agentes das

Forças de Segurança), 26 (29,2%; n=26) entre 36 e 40 anos (13 técnicos/as e 13 agentes das Forças de Segurança), 16 (18%; n=16) entre 41 e 45 anos (seis técnicos/as e 10 agentes das Forças de Segurança), 11 (12,4%; n=11) indivíduos tinham entre 46 e 50 anos (quatro técnicos/as e sete agentes das Forças de Segurança) e cinco (5,6%; n=5) tinham mais de 50 anos (dois técnicos/as e cinco Forças de Segurança).

No que diz respeito aos anos de tempo de serviço, 36% (n=32) dos/as inquiridos/as (21 técnicos/as e 11 agentes das Forças de Segurança) tinham até 10 anos de serviço, 42,7% (n=38) (15 técnicos/as e 23 agentes das Forças de Segurança) entre 11 e 20 anos de serviço e 21,3% (n=19) dos/as inquiridos/as (quatro técnicos/as e 15 agentes das Forças de Segurança) mais de 25 anos de serviço.

Relativamente à formação contínua, 86,5% (n=77) dos/as inquiridos/as (39 técnicos/as e 38 Forças de Segurança) costumam frequentar a ações de formação enquanto 13,5% (n=12) (um técnico/a e 11 agentes das Forças de Segurança) não costumam frequentar.

Tabela 4.
Formação contínua

			n	%	
1.8. Costumam frequentar ações de formação?	SIM	Técnicos/as	39	77	86,5
		Forças de Segurança	38		
	NÃO	Técnicos/as	1	12	13,5
		Forças de Segurança	11		

Os resultados obtidos no grupo dois do questionário de avaliação de necessidades, relativamente às representações sociais dos/as profissionais face às dinâmicas e especificidades da violência doméstica contra pessoas idosas, encontram sistematizados na tabela seguinte.

Tabela 5.
Representações sociais dos/as profissionais

	DT	D	NC ND	C	CT	Média (desvio padrão)	Mediana
2.1.1. A violência doméstica contra a pessoa idosa é um fenómeno ainda oculto em relação à violência doméstica conjugal e aos maus tratos contra crianças.	3 (3,4%)	14 (15,7%)	16 (18%)	49 (55,1%)	7 (7,9%)	3,48 (0,96)	4
2.1.2. As dinâmicas relacionais entre o/a agressor/a e vítima e tipologias da violência doméstica contra a pessoa idosa são específicas e diferentes da violência doméstica conjugal.	1 (1,1%)	11 (12,4%)	17 (19,1%)	48 (53,9%)	12 (13,5%)	3,66 (0,90)	4
2.1.3. A identificação e sinalização adequadas são imprescindíveis para a desocultação dos casos e consequente intervenção, terminando o ciclo da violência no sentido de proteger a integridade física e psíquica da vítima e, consequentemente, prevenir novos atos violentos.	-	-	3 (3,4%)	36 (40,4%)	50 (56,2%)	4,53 (0,56)	5
2.1.4. A violência doméstica contra a pessoa idosa é um crime público e como tal deve ser denunciado por todas as pessoas, quer sejam entidades judiciais e/ou policiais ou outros/as profissionais, que direta ou indiretamente atendem as vítimas ou potenciais vítimas idosas.	-	-	2 (2,2%)	13 (14,6%)	74 (83,2%)	4,81 (0,45)	5
2.1.5. É um dever ético e deontológico de todos os/as profissionais denunciar e notificar os casos de violência doméstica que tenham conhecimento.	-	-	1 (1,1%)	12 (13,5%)	76 (85,4%)	4,84 (0,39)	5
2.1.6. A identificação e a intervenção na violência doméstica contra a pessoa idosa são complexas e multifacetadas tendo em conta as suas especificidades e dinâmicas.	-	2 (2,2%)	7 (7,9%)	49 (55,1%)	31 (34,8%)	4,22 (0,68)	4
2.1.7. A violência doméstica contra a pessoa idosa carece de respostas distintas e urgentes e, como tal, exige uma intervenção multidisciplinar e em rede sobretudo em casos de especial vulnerabilidade tendo em conta a idade, estado de saúde e grau de dependência.	-	-	2 (2,2%)	30 (33,7%)	57 (64,0%)	4,62 (0,53)	5
2.1.8. A formação específica e contínua neste âmbito é uma mais-valia e essencial para os/as profissionais que direta ou indiretamente atendem as vítimas ou potenciais vítimas idosas no sentido da sua capacitação em termos de legislação, procedimentos de encaminhamento, respostas sociais e da comunidade.	-	-	1 (1,1%)	30 (33,7%)	58 (65,2%)	4,64 (0,50)	5
2.1.9. A formação específica e contínua, com um referencial adaptado às reais necessidades dos/as profissionais e ao território onde exercem funções é uma mais-valia na identificação precoce e no encaminhamento das vítimas.	-	-	1 (1,1%)	40 (44,9%)	48 (53,9%)	4,53 (0,52)	5
2.1.10. No âmbito da violência doméstica contra a pessoa idosa existem escassas formações, sendo que as ações existentes se direcionam sobretudo na área da violência doméstica ou de género	-	4 (4,5%)	10 (11,2%)	41 (46,1%)	34 (38,2%)	4,18 (0,80)	4
2.1.11. As ações de formação tendo em conta as necessidades dos/as profissionais e as especificidades desta problemática são um instrumento de qualidade para o exercício das funções dos mesmos, no seu posto de trabalho.	1 (1,1%)	1 (1,1%)	2 (2,2%)	43 (48,3%)	42 (47,2%)	4,39 (0,70)	4

Legenda: DT- Discordo Totalmente; D- Discordo; NCND- Nem Concordo, Nem Discordo; C- Concordo; CT- Concordo Totalmente

No que concerne à afirmação 2.1.1. “*A violência doméstica contra as pessoas idosas é um fenómeno ainda oculto em relação à violência conjugal e aos maus tratos contra crianças*”, a maioria dos/as inquiridos/as (55,1%; n=49) concorda com a afirmação, motivo pelo qual a mediana é igual a 4. No entanto, a grande dispersão de respostas nos vários níveis da escala de *Likert* usada neste questionário fez descer a média para 3,48, situando-se entre o Não Concordo, Nem Discordo e o Concordo. Esta evidência foi também demonstrada pelo desvio-padrão, cujo valor foi de 0,96, o que significa um nível significativamente moderado (28%) de dispersão de respostas relativamente à média, pelo que esta afirmação gera dúvidas nas representações sociais que os/as técnicos/as e Forças de Segurança apresentam relativamente à prevalência da violência doméstica contra a pessoa idosa. Perante estes dados percebemos que existe uma dissonância entre a prática e a literatura já que a afirmação resulta de alguns estudos efetuados por dois autores apresentados no enquadramento teórico (Dias, 2009 e Ferreira-Alves, 2005) e seria espectável que a média das respostas se situasse entre o Concordo e o Concordo Totalmente, com um desvio-padrão inferior a 0,5, o que não se verifica.

Na afirmação 2.1.2 – “*As dinâmicas relacionais entre o /a agressor e vítima e tipologias da violência doméstica contra a pessoa idosa são específicas e diferentes da violência doméstica conjugal*” – a maioria dos/as inquiridos/as (53,9%; n=48), tal como na anterior, concorda com esta afirmação, sendo por isso a mediana igual a 4 mas a média das respostas é de 3,66, ou seja entre o Não Concordo, Nem Discordo e o Concordo. Mais uma vez a dispersão relativamente à média é significativamente moderada (DP= 0,90), o que demonstra a ambivalência no posicionamento dos/as inquiridos/as relativamente às especificidades da violência doméstica contra as pessoas idosas.

Na afirmação 2.1.3 – “*A identificação e sinalização adequadas são imprescindíveis para a desocultação dos casos e consequente intervenção, terminando o ciclo da violência no sentido de proteger a integridade física e psíquica da vítima e, consequentemente, prevenir novos atos violentos*” – a média das respostas situa-se entre Concordo e Concordo Totalmente (M=4,53), sendo a dispersão das respostas de apenas de 0,56.

As afirmações 2.1.4 (“*A violência doméstica contra a pessoa idosa é um crime público e como tal deve ser denunciado por todas as pessoas, quer sejam entidades*”

judiciárias e/ou policiais ou outros/as profissionais, que direta ou indiretamente atendem as vítimas ou potenciais vítimas idosas) e 2.1.5 (*“É um dever ético e deontológico de todos os/as profissionais denunciar e notificar os casos de violência doméstica que tenham conhecimento”*) apresentam os resultados menos dispersos de todo o grupo dois (DP=0,45 e DP=0,39, respetivamente) e como tal mais consonantes relativamente ao dever de denúncia de crimes, em geral, e crimes públicos em particular. Especificamente na primeira, 83,2% (n=74) dos/as inquiridos/as Concorda Totalmente com a denúncia da violência doméstica contra a pessoa idosa situando-se a média das respostas muito próximo do Concordo Totalmente (M=4,81), aumentando ainda mais essa proximidade na segunda afirmação (M=4,84) quando os/as inquiridos/as assumem que é um dever ético e deontológico denunciar todos os casos de que tenham conhecimento no exercício das suas funções.

Na afirmação 2.1.6. – *“A identificação e a intervenção na violência doméstica contra a pessoa idosa são complexas e multifacetadas tendo em conta as suas especificidades e dinâmicas”* – a maioria dos/as inquiridos/as, correspondendo a 55,10% (n=49), concordou com a afirmação, seguidos de 34,80% (n=31) que concordaram totalmente, sendo a média de 4,22 e a mediana de 4, ou seja, Concordo. Comparando esta afirmação com a 2.1.2., já que a intervenção nesta problemática se pode tornar mais complexa em comparação com a violência doméstica conjugal, devido às especificidades de perpetuação e de identificação por parte das vítimas, num contexto relacional significativamente afetivo, verificámos que as representações sociais dos/as profissionais embora consonantes na diferença entre violência doméstica contra pessoas idosas e violência doméstica conjugal estão significativamente mais estruturadas para a intervenção do que para a compreensão das dinâmicas relacionais entre agressor/a e vítima, já que a dispersão de respostas na afirmação 2.1.6. (16%; DP= 0,68) é inferior à dispersão à dispersão na afirmação 2.1.2. (24,5%; DP=0,90).

No mesmo sentido de respostas relativamente à intervenção na violência doméstica contra a pessoa idosa, 64% (n=57) dos/as inquiridos/as concorda totalmente com a afirmação 2.1.7 – *“A violência doméstica contra a pessoa idosa carece de respostas distintas e urgentes e, como tal, exige uma intervenção multidisciplinar e em rede sobretudo em casos de especial vulnerabilidade tendo em conta a idade, estado de saúde e grau de dependência”*, sendo a média das respostas de 4,62 e o desvio-padrão de 0,63.

No que diz respeito à afirmação 2.1.8. – “*A formação específica e contínua neste âmbito é uma mais-valia e essencial para os/as profissionais que direta ou indiretamente atendem as vítimas ou potenciais vítimas idosas no sentido da sua capacitação em termos de legislação, procedimentos de encaminhamento, respostas sociais e da comunidade*” – a maioria dos/as inquiridos/as (65,2%; n=58) concorda totalmente com a afirmação, seguidos de 33,70% (n=30) que concorda. Mais uma vez verifica-se a coerência nas respostas dos/as inquiridos/as às suas últimas afirmações, uma vez que a média das respostas é 4,62 e 4,64, respetivamente. O que significa que, para a maioria dos/as inquiridos/as, a problemática em questão exige uma intervenção multidisciplinar e adequada às especificidades, pelo que a formação específica é uma mais-valia e essencial para a sua prática profissional e assim não é de admirar que na afirmação 2.1.9. – “*A formação específica e contínua, com um referencial adaptado às reais necessidades dos/as profissionais e ao território onde exercem funções é uma mais-valia na identificação precoce e no encaminhamento das vítimas*” – também a maioria dos/as inquiridos/as 53,93% (n=48) concorda totalmente e 44,94% (n=40) concorda. Face a estes resultados e aos baixos desvios-padrão (DP= 0,50 e DP=0,52 respetivamente) concluímos que a formação específica e adaptada desenvolvida no âmbito do presente projeto foi considerada uma necessidade e uma mais-valia para os/as técnicos/as e Forças de Segurança.

Na afirmação 2.1.10 – “*No âmbito da violência doméstica contra a pessoa idosa existem escassas formações, sendo que as ações existentes se direcionam sobretudo na área da violência doméstica ou de género*” – a grande maioria dos/as inquiridos/as concordam (46,1%; n=41) e concordam totalmente (38,2%; n=34) que as ações de formação nesta problemática específica são escassas, pese embora a moderada dispersão em relação à média (19,1%; DP=0,80) não torne claro que para todos os/as inquiridos/as a violência doméstica contra a pessoa idosa é diferente da violência doméstica conjugal, o que poderá decorrer da ausência de conhecimentos específicos nesta área, lacuna que o presente projeto pretendeu colmatar.

Outra das afirmações que sustentou a pertinência deste projeto é a 2.1.11. – “*As ações de formação tendo em conta as necessidades dos/as profissionais e as especificidades desta problemática são um instrumento de qualidade para o exercício das funções dos mesmos, no seu posto de trabalho*”, em que 48,30% (n=43) dos/as inquiridos/as concordam e 47,2% (n=42) concordam totalmente situando-se a média das

respostas em 4,39 e a mediana em 4, baixando o desvio-padrão em relação anterior (DP=0,70).

Fazendo uma apreciação geral dos dados, sem relacionar variáveis e cingindo-nos apenas aos totais e às representações sociais dos/as inquiridos/as perante as afirmações apresentadas, obtivemos os resultados descritos anteriormente. No entanto, sentiu-se a necessidade de fazer uma análise descritiva mais específica de modo a perceber se existe correlação entre as respostas, o tempo de serviço e a frequência em ações de formação. Para tal, recorreu-se à aplicação do teste exato de Fisher concluindo-se que as representações sociais dos/as profissionais sobre esta problemática eram estatisticamente independentes do tempo de serviço, já que em todas as afirmações, excetuando a 2.1.1., o nível de significância se encontra acima de 0,05 (5%) (tabelas 1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9 e 10, Anexo E). Ou seja, no que concerne aos anos de serviço, a variável experiência não é relevante para o posicionamento dos/as inquiridos/as nos níveis de resposta da escala de Likert. Não obstante, existe uma exceção para a afirmação 2.1.1., em que o nível de significância é de 0,031 (inferior a 0,05) o que revela que a opinião dos/as profissionais estava estatisticamente associada com o tempo de serviço.

Tabela 6.

Correlação entre a afirmação 2.1.1. e o Tempo de Serviço

Tempo de Serviço (anos)	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Até 10	3(17,6%)	10(62,5%)	18(36,7%)	1(14,3%)	32(36,0%)	
De 11 a 20	12(70,6%)	4(25,0%)	17(34,7%)	5(71,4%)	38(42,7%)	13.009 (0,031)
Mais de 20	2(11,8%)	2(12,5%)	14(28,6%)	1(14,3%)	19(21,3%)	
Total	17(100%)	16(100%)	49(100%)	7(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Considerando que não existe um impacto significativo do tempo de serviço, quisemos também analisar o posicionamento dos/as inquiridos/as nas afirmações do questionário de avaliação de necessidades em função da sua participação em ações de formação anteriores onde pudessem ter adquirido conhecimentos sobre a problemática da violência doméstica contra as pessoas idosas. Da observação dos resultados ressalta que as respostas são independentes da frequência prévia em ações de formação, não

específicas sobre violência doméstica contra pessoas idosas, já que o nível de significância é superior 0,05 (5%) em todas as afirmações, não existindo por isso correlação entre estas duas variáveis (tabelas 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21, Anexo E). Por este motivo a formação específica, adaptada e com um referencial elaborado a partir das necessidades identificadas pelos/as inquiridos/as no questionário foi percebida como uma mais-valia na identificação precoce e no encaminhamento das vítimas (afirmações 2.1.8, 2.1.9 e 2.1.11, Tabela 5) e desta forma 91% dos/as inquiridos/as (38 técnicos/as e 43 Forças de Segurança) responderam que desejariam frequentar uma ação de formação com estas características, conforme tabela infra. Dos/das oito inquiridos/as que responderam não pretender frequentar a ação de formação proposta, três normalmente não fazem ações de formação, desconhecendo-se os motivos pelos quais os restantes cinco não manifestaram vontade em frequentar. Paralelamente, um técnico e de oito Forças de Segurança que habitualmente não frequentam ações de formação, demonstraram interesse nesta em específico para a sua atividade profissional.

Tabela 7.

Motivação para frequentar uma ação de formação no âmbito da violência doméstica contra a pessoa idosa

					n	%
2.12. Estaria disponível para frequentar uma ação de formação no âmbito da violência doméstica contra a pessoa idosa	SIM	Costumam frequentar ações de formação	Técnicos/as	37	81	91
			Forças de Segurança	35		
		Não costumam frequentar ações de formação	Técnicos/as	1		
			Forças de Segurança	8		
	NÃO	Costumam frequentar ações de formação	Técnicos/as	2	8	9
			Forças de Segurança	3		
Não costumam frequentar ações de formação		Técnicos/as	0			
		Forças de Segurança	3			

Relativamente ao grupo três do questionário de avaliação de necessidades, a nossa amostra é menor, uma vez que só avançaria no seu preenchimento quem estivesse disponível para frequentar uma ação de formação no âmbito da violência doméstica contra a pessoa idosa. Desse modo, responderam 81 inquiridos/as, menos oito do que na amostra inicial. Na questão 3.1. – *“Qual o horário que considera mais adequado para a realização das ações de formação?”*, a maioria dos/as técnicos/as (39,5%; n=15)

preferia que a formação se realizasse em horário pós-laboral, contrariamente às Forças de Segurança que manifestaram interesse no horário laboral (55,8%;n=24).

Tabela 8.
Horário das ações de formação

			n	%
3.1- Qual o horário que considera mais adequado para a realização das ações de formação?	Técnicos/as	Sábado	4	10,5
		Laboral	7	18,4
		Pós-Laboral	15	39,5
		Misto	6	15,8
		Sem preferência	6	15,8
	Forças de Segurança	Sábado	1	2,3
		Laboral	24	55,8
		Pós-Laboral	7	16,3
		Misto	1	2,3
		Sem preferência	10	23,3

Na questão 3.2. – “*Quantas vezes por semana considera exequível que a ação de formação se desenvolva?*”, 60,5% (n=23) dos/as técnicos/as e 60,5% (n=26) Forças de Segurança considerava exequível a ação de formação uma vez por semana. Em alternativa 39,5% (n=15) dos/as técnicos/as preferiu que a ação de formação se desenrole duas vezes por semana.

Tabela 9.
Periodicidade das sessões de formação

			n	%
3.2. Quantas vezes por semana considera exequível que a ação de formação se desenvolva?	Técnicos/as	Uma vez por semana	23	60,5
		Duas vezes por semana	15	39,5
		Três vezes por semana	-	-
	Forças de Segurança	Uma vez por semana	26	60,5
		Duas vezes por semana	13	30,2
		Três vezes por semana	4	9,3

Na questão 3.3. – “*Quantas horas por semana deveria ter a ação de formação?*”, a maioria dos/as técnicos/as (68,4%; n=26) e a maioria dos elementos das Forças de

Segurança (51,2%; n=22) considera que cada sessão da ação de formação deveria ter a duração máxima de três horas.

Tabela 10.
Duração das sessões de formação

			n	%
3.3.Quantas horas por semana deveria ter a ação de formação?	Técnicos/as	Duas horas	7	18,4
		Três horas	26	68,4
		Se for aos sábados seis horas	5	13,2
	Forças de Segurança	Duas horas	18	41,9
		Três horas	22	51,2
		Se for aos sábados seis horas	3	6,9

5. Trabalho de projeto: ação de formação para técnicos/as e Forças de Segurança

Partindo da questão-problema do presente trabalho *A formação específica na violência doméstica contra as pessoas idosas é uma necessidade dos/as técnicos/as de primeira linha e das Forças de Segurança e portanto percecionada como uma mais-valia na identificação precoce e encaminhamento das vítimas?*, a análise dos resultados do questionário de avaliação de necessidades confirmou a importância de desenvolver uma ação de formação dirigida a este público-alvo, assente em dois objetivos gerais e cinco objetivos específicos.

5.1. Objetivo geral

O objetivo geral, tal como referem Sousa e Baptista (2011), corresponde essencialmente “(...) ao produto final que o projeto quer atingir” (p. 26) ou seja é o que pretendemos alcançar a longo prazo, sem ser, necessariamente, com o final do TP, pois, “o projeto não pode ser visto como um fim em si mesmo, mas como um meio para alcançar um fim maior” (p.26). Assim sendo, definimos o seguinte objetivo geral: capacitar os/as técnicos/as e Forças de Segurança que exercem funções nas instituições que integram as Redes Sociais Locais de cada concelho do Distrito de Bragança para a identificação e sinalização precoce e eficaz, apoio e encaminhamento de vítimas idosas

através de um referencial de formação adaptado às especificidades da problemática e do território.

5.2. Objetivos específicos

No que concerne aos objetivos específicos, Sousa e Baptista (2011) referem que estes “permitem o acesso gradual e progressivo aos resultados finais (...)”, contudo, podem ser obtidos a curto prazo contrariamente aos objetivos gerais. Desse modo, elaboramos e definimos os seguintes objetivos específicos: 1) auscultar as necessidades formativas dos/as técnicos/as e Forças de Segurança que direta ou indiretamente atendem vítimas ou potenciais vítimas idosas; 2) aprofundar os conhecimentos acerca da violência doméstica contra a pessoa idosa através de um referencial de formação específico ministrado por formadores/as de diferentes áreas científicas; 3) promover competências técnicas nos/as técnicos/as e Forças de Segurança para uma eficaz e precoce identificação e encaminhamento das vítimas idosas, tornando-os atores ativos na prevenção e combate a esta problemática e ainda no apoio e proteção às vítimas.

5.3. Referencial de formação: conteúdos e operacionalização

Através das respostas à pergunta 3.4. do questionário de avaliação de necessidades – *“Indique os módulos/ temas que considera de maior interesse para o desenvolvimento da ação de formação, tendo em conta as suas necessidades e as funções/atividades”*, foi elaborado um referencial de formação específico e adaptado aos/as inquiridos/as, à problemática e ao território onde exercem funções como agentes de primeira linha na intervenção no âmbito da violência doméstica contra as pessoas idosas.

Para a elaboração do referencial, abaixo apresentado, usámos a metodologia de análise de conteúdo, que “consiste no desmembramento do texto em categorias agrupadas analogicamente” (Bardin, 2011 in Silva & Fossá, 2015, p. 8). Esta traduziu-se como sendo a melhor opção, visto que permite “(...) estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, através de dados qualitativos” (p. 8). Segundo Bardin (1977), a categorização assenta na classificação, diferenciação e reagrupamento de elementos que constituem um conjunto, sendo que a escolha da categorização não apriorística se deveu ao facto da elaboração das categorias emergir totalmente do contexto das respostas dos/as inquiridos/as, sendo estas seleccionadas através da opinião dos mesmos. Para

Campos (2004) “(...) não existem fórmulas mágicas que possam orientar o pesquisador na categorização, nem é aconselhável o estabelecimento de passos norteadores” (p. 614) pelo que não existem regras para a escolha das categorias nem para o número das mesmas. Nas palavras de Silva e Fossá (2015) “(...) estas questões ficam contingentes à quantidade do *corpus* de dados coletados anteriormente” (p.8).

Numa primeira fase procedemos à pré-análise das respostas, de forma a organizar o material, através da leitura fluente das respostas obtidas. Numa segunda fase, definimos as categorias e as subcategorias das respostas emergentes do questionário de avaliação de necessidades e por último, procedemos ao tratamento dos resultados, através de uma análise reflexiva e crítica.

Como resultado do processo de categorização (Tabela 22, Anexo E), o referencial de formação dividiu-se em seis módulos.

1) *Enquadramento Legal da Violência Doméstica Contra Pessoas Idosas* (4h) – engloba toda a legislação em vigor em termos de tipificação dos diferentes crimes e artigos do Código Penal onde estão previstos, crime público e denúncia, Estatuto de Vítima Particularmente Vulnerável, medidas de proteção à vítima e de coação para o/a agressor/a bem como outros processos legais associados à pessoa idosa, como o estatuto do Maior Acompanhado. Desta forma, as competências adquiridas neste módulo assentam na clarificação de conceitos legais e procedimentos processuais essenciais para a denúncia e encaminhamento das vítimas.

2) *Tipologias de violência, Fatores de Risco e Indicadores de Abuso* (4h) – abarca as diferentes formas de violência perpetradas sobre as pessoas idosas, as dinâmicas da violência doméstica, os fatores de risco e indicadores de abuso, as consequências e o impacto da vitimização, as características da vítima e do/a agressor/a, e, por último, os obstáculos à identificação e à intervenção. Neste módulo, os/as profissionais adquirem conhecimentos teóricos para a identificação das diferentes formas de violência e com sequência denúncia e o risco associado às circunstâncias de perpetuação bem como às particularidades de cada vítima e do/a agressor/a que tornam cada caso urgente ou emergente.

3) *Instrumentos de Rastreamento/Identificação* (4h) – abrange o papel dos/as profissionais no atendimento e acompanhamento das vítimas, as competências e estilos de comunicação, as especificidades no atendimento face a face e por último escalas de avaliação de risco e do impacto de vitimização, com o objetivo

de capacitar os/as profissionais com recursos técnicos de entrevista para a recolha e sistematização da informação essencial para caracterizar e descrever cada caso nomeadamente na elaboração de relatórios de encaminhamento e instrumentos de quantificação do risco de reincidência e risco para a integridade física e psíquica da vítima que norteiam a aplicação de medidas de proteção e coação por parte das entidades judiciais.

4) *Respostas Nacionais e Locais na intervenção com vítimas idosas* (4h) – identifica as entidades que compõem a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica e o seu papel em cada momento da intervenção bem como a nível distrital e concelhio as respostas existentes em matéria de atendimento e acolhimento no sentido dos/as profissionais melhor aconselharem as vítimas num processo de tomada de decisão consciente e informada e encaminharem para essas respostas.

5) *Modos de atuação na prevenção* (4h) – nos seus três níveis: primária, secundária e terciária com o objetivo de munir os/as profissionais com estratégias e projetos de prevenção que podem implementar a nível concelhio com vários públicos-alvo no sentido último da erradicação do fenómeno.

6) *Análise e discussão de casos práticos* (5h) – em pequeno e grande grupo, com a aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo das 25h de formação e o treino de instrumentos de articulação interinstitucional e canais de comunicação em cada Rede Social Local (Anexo F).

Após a elaboração do referencial de formação e tendo em conta a dispersão geográfica do Distrito de Bragança, foi necessário descentralizar a ação de formação por quatro concelhos: Bragança, Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Mogadouro, para além da ação de formação aos militares da GNR que decorreu no Comando Territorial da GNR de Bragança, em horário de expediente.

5.4. Recursos humanos, materiais e financeiros

Para a operacionalização das cinco ações de formação, em matéria de recursos humanos, materiais e financeiros, foi necessário estabelecer parcerias com a ASMAB através do seu Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica de Bragança, com o Comando Geral da GNR através do Comando Territorial da GNR de Bragança,

com o Ministério Público da Comarca de Bragança, com a Escola Superior de Educação e com as Câmaras Municipais de Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Mogadouro.

No que concerne aos recursos humanos, estas parcerias permitiram obter um grupo de formadores/as para ministrar os diferentes módulos do referencial, nomeadamente duas Técnicas de Apoio à Vítima a exercer funções no NAV de Bragança, o Procurador-Coordenador do Ministério Público da Comarca Judicial de Bragança e a Procuradora-Adjunta, para além da mestranda responsável pela execução do presente trabalho de projeto.

Por sua vez os recursos financeiros que permitiram custear as deslocações para os diferentes locais de formação bem como os materiais de apoio distribuídos aos/às formandos/as foram assumidos pela ASMAB. Os restantes materiais foram assegurados com recursos próprios da mestranda, nomeadamente, certificados, folhas de presença, questionários de satisfação, entre outros.

Relativamente aos recursos materiais (salas, materiais audiovisuais, computador, etc) foram providenciados pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança na ação de formação realizada em Bragança, pelos Municípios onde ocorreram as restantes ações e pelo Comando Territorial da GNR de Bragança, na ação de formação dos militares daquela Força de Segurança.

5.5. Participantes

De acordo com os objetivos do TP, a ação de formação foi frequentada por 125 formandos/as, 42 militares da GNR (33,6%; n= 42), oito do sexo feminino (19%; n=8) e 34 do sexo masculino (81%; n=34), e 83 técnicos/as e agentes da PSP (66,4%; n= 83) 71 do sexo feminino (85,5%; n=71), 12 do sexo masculino (14,5%; n=12), agrupados por locais da sua preferência da ação de formação, A participação dos/as técnicos/as e Forças de Segurança, resultou da sua vontade, dada a necessidade de inscrição prévia para participação na ação de formação. Apesar da formação apenas ser ministrada no Distrito de Bragança, foram aceites três formandos/as do Distrito de Vila Real devido ao interesse demonstrado em frequentar.

Tabela 11.
Caracterização do/as Formandos/as

			n	%
Bragança	Feminino	23 (79,3%)	29	23,2
	Masculino	6 (20,7%)		
Mirandela	Feminino	18 (81,8%)	22	17,6
	Masculino	4 (18,2%)		
Macedo de Cavaleiros	Feminino	13 (86,7%)	15	12
	Masculino	2 (13,3%)		
Mogadouro	Feminino	17 (100%)	17	13,6
	Masculino	-		
Militares	Feminino	8 (19,0%)	42	33,6
	Masculino	34 (81,0%)		

Desse modo, a ação de formação de Bragança contou com a participação de 29 técnicos/as e agentes da PSP (23,2%; n=29) (23 do sexo feminino (79,3%; n=23) e seis do sexo masculino (20,7%; n=6)) das diferentes áreas profissionais. Especificamente, um advogado/a (3,4%; n=1), um/a jurista (3,4%; n=1), dois PSP (6,9%; n=2), três animadores/as socioculturais (10,3%; n=3), três assistentes sociais (10,3%; n=3), três diretores/as técnicos/as (10,3%; n=3), cinco educadores/as sociais (17,2%; n=5), dois enfermeiros/as (6,9%; n=2), cinco gerontólogos/as (17,2%; n=5), um/a magistrado/a (3,4%; n=1), dois psicólogos/as (6,9%; n=2) e um/a sociólogo/a (3,4%; n=1) (Tabela 1, Anexo I).

Por sua vez, o grupo de Mirandela era constituído por 22 técnicos/as e agentes da PSP (17,6%; n=22) (18 do sexo feminino (81,8%; n=18) e quatro do sexo masculino (18,2%; n=4)), mais concretamente quatro agentes PSP (18,2%; n=4), sete assistentes sociais (31,8%; n=7), um/a diretor/a técnico/a (4,5%; n=1), um/a educador/a social (4,5%; n=1), um/a enfermeiro/a (4,5%; n=1), dois gerontólogos/as (9,1%; n=2), três psicólogos/as (13,6%; n=3) e três elementos da ação social da Câmara Municipal de Mirandela (13,6%; n=3) (Tabela 1, Anexo I).

No que concerne ao grupo de Macedo de Cavaleiros, frequentaram 15 formandos/as (12%; n=15) (13 do sexo feminino (86,7%; n=13) e dois do sexo masculino (13,3%; n=2)): um/a assistente social (6,7%; n=1), um/a diretor/a técnico/a (6,7%; n=1), sete educadores/as sociais (46,7%; n=7), dois enfermeiros/as (13,3%; n=2), um/a fisioterapeuta (6,7%; n=1), um/a psicomotricista (6,7%; n=1) e um/a técnico que não revelou a sua área profissional (6,7%; n=1) (Tabela 1, Anexo I).

Por último, integraram o grupo de Mogadouro 17 formandos/as (13,6%; n=17) (todas do sexo feminino (100%; n=17)), mais concretamente três assistentes sociais (17,6%; n=3), uma assistente técnica (5,9%; n=1), duas educadores/as sociais (11,8%; n=2), três diretoras técnicas de IPSS (17,6%; n=3), três enfermeiras (17,6%; n=3), quatro psicólogas (23,5%; n=4) e uma terapeuta da fala (5,9%; n=1) (Tabela 1, Anexo I).

O grupo de formandos/as da GNR, cuja ação de formação decorreu nas instalações do Comando Territorial da GNR de Bragança, era constituído por 8 elementos do sexo feminino (19%; n=8) e 34 do sexo masculino (81%; n=34). Em relação as funções desempenhadas 13 militares fazem parte das Seções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPC) (30,9%; n=13), quatro do Núcleo de Investigação Criminal (NIC) (9,5%; n=4), um do Patrulhamento (PT) (2,4%; n=1), três do Núcleo de Investigação e de Apoio a Vitimas Especificas (NIAVE) (7,1%; n=3) e por 21 da Secção de Inquéritos (50%; n=21) (Tabela 2, Anexo I).

5.6. Cronograma

Considerando a disponibilidade dos/as formadores/as, técnicos/as e Forças de Segurança bem como as preferências manifestadas no questionário de avaliação de necessidades, as ações de formação foram planificadas para os meses de maio, junho e primeira quinzena de julho, conforme o cronograma em anexo (Anexo G).

5.7. Instrumento de avaliação do projeto (questionários de satisfação)

Para a avaliação da ação de formação implementada no âmbito do presente projeto, foi elaborado um questionário de satisfação, anónimo, com vista a recolher e analisar a opinião dos/as formandos/as relativamente aos conteúdos ministrados e consequentes conhecimentos adquiridos, metodologia utilizada, recursos materiais, desempenho dos/as formadores/as e também ao impacto da ação de formação nas suas

práticas profissionais futuras. Tendo em conta a natureza quantitativa dos dados, foi realizada uma análise estatística descritiva simples (frequências, das percentagens, da média, do desvio-padrão e da mediana) com recurso ao *software Microsoft Excel 2010*. Para a análise do desvio-padrão considerámos uma dispersão fraca, quando este era inferior a 15% da média, moderada quando se encontrava entre os 15% e os 30% e forte quando o desvio-padrão era superior a 30% da média (D`Hainaut, 1990).

A aplicação do questionário decorreu no final de cada ação de formação, tendo respondido 94 formandos/as. Apesar de terem frequentado 125 formandos/as, aquando da aplicação dos questionários de satisfação, 31 formandos/as ou faltaram à última sessão apesar de concluírem a formação (22 formandos/as) ou não concluíram a ação de formação por excesso de faltas (nove formandos/as). Por conseguinte, não responderam ao questionário de avaliação. O facto de ser aplicado no último dia de formação permitiu aos/as formandos/as responder com consciência e com base na globalidade da formação. Contudo, estamos cientes que o facto de ser aplicado apenas na última sessão levou a que os/as formandos/as que não puderam comparecer à última sessão não respondessem ao mesmo.

A nível estrutural, o questionário apresentava uma parte introdutória onde explicava os objetivos e a finalidade do mesmo e dividia-se em três partes: a primeira assentava na avaliação geral da ação de formação e era composta por questões fechadas avaliadas por uma escala de satisfação com cinco níveis de resposta (nada satisfeito, pouco satisfeito, satisfeito, muito satisfeito e totalmente satisfeito); a segunda parte referia-se à avaliação dos/as formandos/as relativamente aos conhecimentos adquiridos e tal como a primeira era composta por questões fechadas de escala; a terceira parte versava a opinião global relativamente à ação de formação e continha apenas duas questões sendo que a primeira era de resposta fechada através de uma escala de satisfação com cinco níveis e a última questão era aberta na qual se pretendia que os/as formandos/as manifestassem a sua opinião e algumas observações acerca da ação de formação (Anexo H).

Os dados obtidos na primeira parte encontram-se plasmados na tabela seguinte.

Tabela 12.
Avaliação geral da ação de formação

	NS	PS	S	MS	TS	Média (desvio padrão)	Median a
1.1.Os objetivos propostos na planificação da formação foram cumpridos.	-	3 (3,2%)	4 (4,3%)	33 (35,1%)	54 (57,4%)	4,47 (0,72)	5
1.2.A metodologia utilizada na formação foi adequada ao público-alvo.	-	3 (3,2%)	6 (6,4%)	24 (25,5%)	61 (64,9%)	4,52 (0,75)	5
1.3.A duração da formação foi adequada aos conteúdos e aos objetivos definidos no questionário de necessidades.	-	4 (4,3%)	14 (14,9%)	31 (33%)	45 (47,9%)	4,24 (0,86)	4
1.4.O equipamento informático foi adequado.	-	4 (4,3%)	8 (8,5%)	39 (41,5%)	43 (45,7%)	4,29 (0,79)	4
1.5.A ação de formação foi ao encontro das minhas necessidades de formação	1 (1,1%)	4 (4,3%)	10 (10,6%)	28 (29,8%)	51 (54,3%)	4,32 (0,90)	5
1.6.Após a formação irei utilizar as competências adquiridas na minha prática profissional	-	4 (4,3%)	7 (7,4%)	31 (33%)	52 (55,3%)	4,39 (0,80)	5

Legenda: NS- Nada Satisfeito; PS- Pouco Satisfeito; S- Satisfeito; MS- Muito Satisfeito; TS- Totalmente Satisfeito.

Na questão 1.1 – “*Os objetivos propostos na planificação da formação foram cumpridos*” – 57,9% (n=54) dos/as formandos/as respondeu totalmente satisfeito e 35,1% (n=33) muito satisfeito, situando-se a média das respostas entre estes dois níveis (M=4,47) e a mediana no Totalmente Satisfeito (5), sendo a dispersão das resposta moderada (DP=0.72; 16,1%).

Na questão 1.2. – “*A metodologia utilizada na formação foi adequada ao público-alvo*” – 64,9% (n=61) dos/as formandos/as manifestaram estar totalmente satisfeitos, seguidos de 25,5% (n=24) que demonstraram estar muito satisfeitos, sendo a mediana de 5. Pudemos também verificar esta conclusão através de uma resposta dada à questão 3.1. onde era solicitado a opinião e observações dos/as formandos/as perante a ação de formação “*Muito boa pela partilha de situações reais, para a compreensão dos conteúdos*”.

Na afirmação 1.3. – “*A duração da formação foi adequada aos conteúdos e aos objetivos definidos no questionário de necessidades*”, 47,9% (n=45) dos/as formandos/as considerou estar totalmente satisfeito, 33% (n=31) revelou estar muito satisfeito, 14,9% (n=14) satisfeito e 4,3% (n=4) pouco satisfeito, verificando-se a média

mais baixa deste grupo de respostas (M=4,24) e uma dispersão moderada nas respostas (DP=0,86; 20,3%). Alguns dos/as formandos/as menos satisfeitos expressaram a sua opinião na questão 3.1. (ex: “*Demasiado tempo de formação (...)*” (F13); “*Da maneira que o tempo evolui esta formação deveria ser mais longa para tirar ainda mais partido da mesma*” (F84).

Relativamente ao parâmetro 1.4. que se refere à adequação do equipamento informático, 45,7% (n=43) dos/as formandos/as demonstrou estar totalmente satisfeitos, 41,5% (n=39) muito satisfeitos.

Na questão 1.5. – “*A ação de formação foi ao encontro das minhas necessidades de formação*”, 54,3% (n=51) dos/as formandos/as consideraram estar totalmente satisfeitos, 29,8% (n=28) muito satisfeitos, 10,6% satisfeitos (n=10), 4,3% (n=4) pouco satisfeitos e 1,1% (n=1) nada satisfeitos, verificando-se a maior dispersão nas respostas (DP=0,90; 20,8%), embora a mediana se situe no nível Totalmente Satisfeito (5). Relativamente a estes últimos que manifestaram que esta ação de formação não foi totalmente ao encontro das suas expectativas podemos refletir se a sua formação de base e/ou as funções desempenhadas atualmente nas instituições ao não se relacionarem diretamente com a violência doméstica estes/as formandos/as sentiram que as suas necessidades de formação não seriam apenas as que foram abordadas na ação de formação. Através da questão 3.1. podemos verificar algumas opiniões dos/as formandos/as que exemplificam estes níveis de avaliação: “*Excelente ação de formação! Recomendo! Excelente Ideia! Excedeu as minhas expectativas!*” (F6); “*Formação muito interessante e pertinente*” (F23); “*Considero que é um tipo de formação pertinente e com bastante pertinência. De todo adequada às situações diárias que se apresentam durante o dia a dia*” (F51); “*É muito positivo e muito bom estas ações para poder tirar dúvidas no caso do dia-a-dia, que cada vez mais complicadas*” (F72); “*No geral a ação de formação foi ao encontro às minhas expectativas, a formadora capta a nossa atenção para o tema aplicado; Os casos práticos foram uma mais-valia para compreender o tema*” (F89).

Por último, a questão 1.6. referia-se à utilização das competências adquiridas ao longo da formação para a prática profissional, sendo que 55,3% (n=52) dos/as formandos/as demonstraram estar totalmente satisfeitos, 33% (n=31) muito satisfeitos, 7,4% satisfeitos (n=7), 4,3% (n=4) pouco satisfeitos, sendo a média das respostas de 4,39, a mediana de 5 e o desvio-padrão de 0,80. Assim concluímos, que a grande maioria, correspondendo a 88,3% (n=83), irá utilizar as competências adquiridas na sua

prática profissional, o que demonstra a qualidade e pertinência da ação de formação. Tal como nos parâmetros anteriores, através da questão 3.1. podemos verificar a opinião dos/as formandos/as: “*Muito clara, Adquiri competências que vou utilizar na minha vida profissional*” (F26); “*Recomendo esta formação, foi muito útil (...)*” (F42); “*Achei a formação muito interessante, importante para o meu trabalho e enriquecedora*” (F62); “*Em geral foi muito bom, as competências adquiridas serão uteis para por em prática no dia-a-dia profissional*” (F66).

Em suma, através da primeira parte do questionário de satisfação, é possível concluir que o facto do objetivo geral e os objetivos específicos da ação de formação terem ido ao encontro ao questionário de avaliação de necessidades e o facto da maioria dos/as formandos/as utilizarem as competências adquiridas na sua prática profissional futura, permitem afirmar a operacionalização do presente Trabalho de Projeto.

No que resulta da parte dois do questionário de satisfação foi elaborada a tabela seguinte cujas médias de resposta se situa entre 4,22 e 4,71, ou seja, entre o Muito Satisfeito e Totalmente Satisfeito, sendo a mediana de 5, à exceção do item 2.5. que foi 4, e um desvio-padrão entre 0,65 e 0,92, o que representa uma dispersão moderada de respostas em relação à média, exceto no item 2.4. que se apresenta fraca.

Tabela 13.
Avaliação dos/as formandos/as sobre os conhecimentos/conteúdos

	NS	PS	S	MS	TS	Média (desvio padrão)	Mediana
2.1. Os conteúdos foram adequados aos objetivos gerais e específicos da formação	-	2 (2,1%)	4 (4,3%)	27 (28,7%)	61 (64,9%)	4,56 (0,68)	5
2.2. Os conteúdos foram explorados e aprofundados ao longo das sessões	1 (1,1%)	-	4 (4,3%)	26 (27,7%)	63 (67%)	4,60 (0,67)	5
2.3. A articulação dos diferentes conteúdos temáticos foi concretizada	1 (1,1%)	1 (1,1%)	5 (5,3%)	30 (31,9%)	57 (60,6%)	4,50 (0,74)	5
2.4. O/A formador/a motivou a atenção e interesse dos/as formandos/as	-	2 (2,1%)	4 (4,3%)	13 (13,8%)	75 (79,8%)	4,71 (0,65)	5
2.5. A quantidade de informação/tempo de trabalho foram adequadas	1 (1,1%)	6 (6,4%)	8 (8,5%)	35 (37,2%)	44 (46,8%)	4,22 (0,92)	4

Legenda: NS- Nada Satisfeito; PS- Pouco Satisfeito; S- Satisfeito; MS- Muito Satisfeito; TS- Totalmente Satisfeito.

No parâmetro 2.1., que tinha como finalidade avaliar se os conteúdos tinham sido adequados ao objetivo geral e objetivos específicos da formação, 64,9% (n=61) considerou estar totalmente satisfeito, 28,7% (n=27) muito satisfeito, 4,3% (n=4) satisfeito e 2,1% (n=2) pouco satisfeito, ou seja, 94% considerou que os conteúdos ministrados na ação de formação foram adequados aqui exemplificada pela opinião de dois formandos/as: *“Formação muito bem elaborada, ajudou a esclarecer dúvidas sobre formas de atuação em situações de violência doméstica”* (F44); *“É fundamental estas ações, sobretudo efetuadas por quem trabalha nestas problemáticas e domina as diversas estratégias de trabalho, nas diversas vertentes. De realçar os casos práticos”* (F80) (Tabela 3, Anexo I).

No que diz respeito aos parâmetros de avaliação 2.2. e 2.3. que tinham como objetivos avaliar a exploração e a articulação dos diferentes conteúdos temáticos da ação de formação, verificamos que a maioria dos/as formandos/as (67,0%; n=63 e 60,6%; n=57) demonstrou estar totalmente satisfeitos, seguidos de 27,7% (n=26) e 31,9% (n=30) muito satisfeitos.

No que diz respeito ao parâmetro 2.4. que avaliava se os/as formadores/as motivaram a atenção e o interesse do/as formandos/as ao longo das sessões da ação de formação, verificamos que 79,8% (n= 75) manifestou estar totalmente satisfeito e 13,8% (n= 13) muito satisfeito, resultados exemplificados aqui por algumas opiniões: *“Uma muita agradável surpresa pelos conhecimentos jurídicos e a enorme capacidade de exposição e transmissão de conhecimentos. Excelente!”* (F11); *“A formação foi motivadora, pois foram utilizados exemplos o que ajudou a captar a nossa atenção no tema apresentado (...)”* (F12); *“Excelente exposição de conteúdos pela formadora, com grande capacidade de captar a atenção dos formandos”* (F15); *“Excelente conhecimento teórico/prático foi notório, fazendo com que a interpretação (...) tema chegasse aos formandos de forma mais consciente, para futuras práticas no terreno”* (F75); *“Para além de ser um tema muito pertinente as formadoras conseguiram cativar a nossa atenção”* (F93). (Tabela 3, Anexo I).

Por último, na questão 2.5. que avaliava a adequação entre a quantidade de informação, verifica-se a maior variância nas respostas (DP 0,92) e a média mais baixa situada no Muito Satisfeito, ainda que 46,8% (n= 44) dos/as formandos/as demonstrou estar totalmente satisfeito, 37,2% (n= 35) muito satisfeito, assim, aferimos que para a grande maioria dos/as formandos/as (84%) a quantidade de informação/ tempo de trabalho foi adequada, embora não seja tácito para todos os/as formandos/as por

motivos diferentes: “*Demasiado tempo de formação (...)*” (F13); “*Da maneira que o tempo evolui esta formação deveria ser mais longa para tirar ainda mais partido da mesma*” (F84) (Tabela 3, Anexo I).

No que concerne ao terceiro grupo, o parâmetro três, fazia referência à apreciação global dos/as formandos/as acerca da ação de formação, verificando que 53,2% (n=50) considerou que a ação de formação foi totalmente satisfatória, 39,4% (n=37) muito satisfatória, sendo a mediana de 5 e a dispersão de respostas em relação a média moderada (16,3%).

Tabela 14.
Apreciação Global

	NS	PS	S	MS	TS	Média (desvio padrão)	Mediana
Apreciação global	-	3 (3,2%)	4 (4,3%)	37 (39,4%)	50 (53,2%)	4,43 (0,72)	5

Legenda: NS- Nada Satisfeito; PS- Pouco Satisfeito; S- Satisfeito; MS- Muito Satisfeito; TS- Totalmente Satisfeito.

Perante apreciação dos/as formandos/as face a globalidade da ação de formação, consideramos que o facto de 92,6% (n=87) dos/as formandos/as terem demonstrado estar totalmente satisfeitos e muito satisfeitos, leva-nos a concluir que a ação de formação na sua globalidade foi muito satisfatória (M= 4,43), fundamentando com as respostas à questão 3.1.: “*Muito pertinente e atual o tema. Deveriam existir mais no futuro*” (F30); “*Tema muito interessante, e muito bem explorado*” (F40); “*Foi uma formação muito produtiva, parabéns pela iniciativa. Devem continuar com este tipo de formações*” (F58); “*Formação muito abrangente ao nível do serviço efetuado pelo SPC, nomeadamente no que diz respeito a idosos e crianças*” (F59); “*A formação foi bastante completa e global*” (F63); “*A ação foi bastante satisfatória e esclarecedora. É minha opinião que este tipo de ações devem ser ministradas mais vezes*” (F71) (Tabela 3, Anexo I).

Relativamente ao parâmetro de avaliação 3.1. que solicitava a opinião e observações dos/as formandos/as, estas podem ser consultadas na Tabela 3 do Anexo I. Contudo, ao longo da análise, de modo a enriquecer e complementar os diferentes

parâmetros de avaliação, já foram demonstrados alguns exemplos das diferentes opiniões /observações.

Em suma, o questionário de satisfação permitiu-nos obter algumas conclusões no que concerne aos objetivos delineados anteriormente. Portanto, de acordo com a avaliação realizada pelos/as formandos/as face ao TP, concluiu-se que a formação foi planeada e estruturada tendo em conta as necessidades identificadas no questionário de avaliação de necessidades e que por isso teve uma apreciação muito positiva pelos/as formandos/as. Como tal prova-se que um trabalho de projeto bem planeado e adequados às reais necessidades do público-alvo cumpre os objetivos a que se propõe e alcança resultados positivos, neste caso, a capacitação de técnicos/as e Forças de Segurança na sinalização e intervenção com vítimas de violência doméstica contra pessoas idosas.

Capítulo III – Análise e Reflexão dos Resultados do Projeto

1. Avaliação do projeto pelos participantes

Neste capítulo pretendeu-se fazer uma reflexão dos resultados obtidos na implementação do projeto, através da avaliação dos/as participantes e da análise comparativa entre os resultados dos questionários de avaliação de necessidades e de satisfação, bem como qualificar o impacto do projeto na capacitação dos/as técnicos/as e Forças de Segurança, com o conseqüente reflexo no apoio e proteção das vítimas idosas. No que concerne à avaliação global por parte dos/as formandos/as verificou-se, através do questionário de satisfação, que 92,6% considerou a ação de formação Muito Satisfatória e Totalmente Satisfatória, fundamentada posteriormente nas respostas que constam na questão 3.1., nomeadamente *“Excelente ação de formação! Recomendo! Excelente Ideia! Excedeu as minhas expectativas!”* (F6); *Muito clara, Adquiri competências que vou utilizar na minha vida profissional* (F26); *“Formação muito bem elaborada, ajudou a esclarecer dúvidas sobre formas de atuação em situações de violência doméstica”* (F44); *“A formação foi bastante completa e global”* (F63); *“No geral a ação de formação foi ao encontro às minhas expectativas, a formadora captou a nossa atenção para o tema aplicado; Os casos práticos foram uma mais-valia para compreender o tema”* (F89), entre outras (Tabela 3, Anexo I). De um modo geral, podemos concluir que perante os resultados positivos e satisfatórios, os/as formandos/as consideraram a formação muito completa e enriquecedora para a sua prática profissional o que cumpre dois dos objetivos específicos previamente formulado: 2) *aprofundar os conhecimentos acerca da violência doméstica contra a pessoa idosa através de um referencial de formação específico ministrado por formadores/as de diferentes áreas científicas* e 3) *promover competências técnicas nos/as técnicos/as e Forças de Segurança para uma eficaz e precoce identificação e encaminhamento das vítimas idosas, tornando-os atores ativos na prevenção e combate a esta problemática e ainda no apoio e proteção às vítimas.*

Segundo as Nações Unidas (2003), todos os/as profissionais necessitam de formação contínua, ao longo do seu percurso profissional, por conseguinte as ações de formação adequadas são imprescindíveis para a desocultação desta problemática, pois para alguns/mas profissionais esta é uma área nova e desconhecida ou complexa e de difícil identificação e intervenção. Como tal, as ações de formação capacitaram os/as

técnicos/as e as Forças de Segurança para a intervenção nesta problemática uma vez que estes desenvolveram uma consciência sobre a dimensão do problema e as consequências biopsicossociais da violência para as vítimas particularmente vulneráveis, ganharam responsabilidades profissionais nesta área por se tratar de um crime público e de investigação e intervenção urgentes, adquiriram conhecimentos acerca dos procedimentos e instrumentos de avaliação de risco e de encaminhamento e das respostas apoios sociais para intervir.

Assim, os conteúdos ministrados ao longo da formação, relativamente ao enquadramento legal e tipificação dos diversos crimes associados à violência doméstica contra as pessoas idosas, os fatores de risco e de proteção das vítimas especialmente vulneráveis, sinais e indicadores dos diferentes tipos de violências, os instrumentos de avaliação de risco, diagnóstico psicossocial e pedidos de apoio apresentados e dissecados para os/as profissionais se familiarizarem com a sua aplicação e cotação e os procedimentos de denúncia e encaminhamento para as instituições de segunda linha (incluindo as judiciárias) tornando mais célere e eficaz a articulação da Rede Social e consequentemente o apoio à vítima culminando na aplicação desses conhecimentos na análise de casos práticos, posicionou os/as profissionais num papel proactivo na intervenção e capacitou-os com saberes teórico-práticos e ferramentas com impacto direto na proteção das vítimas.

2. Análise comparativa entre os resultados dos questionários de avaliação de necessidades e dos questionários de satisfação

No que concerne aos instrumentos aplicados – questionário de avaliação de necessidades e o questionário de satisfação – estes cumpriram os seus objetivos de sistematizar as representações sociais que os/as profissionais da primeira linha de intervenção a exercer funções no Distrito de Bragança apresentam relativamente à prevalência da violência doméstica contra as pessoas idosas, dinâmicas de perpetuação, fatores de risco e de proteção das vítimas idosas e relação entre vítima idosa e agressor/a-cuidador/a, bem como identificar as lacunas formativas nesta matéria e avaliar a satisfação das ações de formação desenvolvidas para colmatar aquelas mesma lacunas e capacitar os/as profissionais para a intervenção com vítimas particularmente vulneráveis.

Apesar de eficaz no seu papel avaliativo, o questionário de satisfação poderia ter sido mais eficiente no seu papel exploratório se fosse constituído por mais questões abertas potenciando a argumentação de algumas respostas por parte dos/as formandos/as, uma vez que através das questões fechadas de escala os resultados apresentam-se apenas através de níveis o que pode ser insipiente do ponto de vista da interpretação de algumas médias e desvio-padrão. Segundo Sousa e Baptista (2011), os questionários com questões abertas facultam respostas mais abrangentes e assim permitem analisar com mais profundidade. Além disso permitem aos/às inquiridos/as manifestar a sua real opinião, dando-lhes a oportunidade de fazer diferenciações e mais liberdade nas respostas. Do mesmo modo, possibilita que o/a inquirido/a não seja influenciado pela formulação das questões (Sudman e Braudburn 1982 in Gunther & Júnior, s.d.). Em suma, apesar de ter sido uma opção metodológica adequada às variáveis/constrangimentos associados à sua aplicação e interpretação descritos no Capítulo II, somos conscientes que este instrumento poderia ser melhorado numa futura investigação.

Tendo em conta a análise do questionário de avaliação de necessidades e o questionário de satisfação da ação de formação, podemos afirmar que o presente projeto, através das ações desenvolvidas, colmatou as lacunas formativas identificadas pelos/as profissionais já que se deu resposta a todas as sugestões feitas pelos/as inquiridos/as no questionário de avaliação de necessidades, nomeadamente o tempo de cada sessão, a duração, o horário, ainda que com alguns ajustes pois o cronograma do projeto previa apenas dois meses para a execução das ações de formação, e os temas/módulos a ministrar. Para esta conclusão baseamo-nos nas respostas à questão 1.5. do questionário de satisfação em que 84,1% de formandos/as que consideram que a ação de formação foi ao encontro das suas necessidades de formação (Tabela 12) e nos 88,3% (questão 1.6.) que asseguraram a utilização das competências adquiridas na formação na prática profissional futura. (Tabela 12).

No entanto, pensamos que a formação poderia ter sido ainda mais enriquecedora se o módulo referente aos casos práticos fosse mais extenso e interativo, ou seja, era necessário uma maior carga horária para que se pudesse enriquecer o módulo seis, uma vez que através da observação direta, dos comentários e das partilhas dos/as formandos/as constatamos a pertinência de mais horas práticas para que pudessem aplicar e praticar os conhecimentos adquiridos ao longo de toda a ação de formação. Consideramos que a prática é um processo essencial de aprendizagem e aquisição de

saberes na medida em que “o treino de técnicas pode ajudar os/as profissionais a desempenhar melhor as suas funções” (Nações Unidas, 2003, p.84). Também alguns/mas formandos/as manifestaram essa mesma opinião na questão 3.1 do questionário de satisfação: “*Deveria inserir-se mais em prática não tanto em teórico (...)*” (F14); “*Foi uma ação muito útil, só faltou mais situações práticas (...)*” (F64) (Tabela 3, Anexo I).

Outro aspeto positivo foi a sistematização e o encadeamento dos diferentes módulos do referencial pois, tendo em conta a carga horária disponível de 25h, construiu-se um referencial baseado nas reais necessidades dos/as técnicos/as e Forças de Segurança tentando abranger todas as temáticas associadas à violência doméstica contra a pessoa idosa e complementando-as com a discussão de casos, quer pelos/as formadores/as quer pelos/as formandos/as de modo a explorar as especificidades e dinâmicas desta problemática. Assim, consideramos que o referencial foi bastante completo do ponto de vista da compreensão da problemática e da aquisição de estratégias e instrumentos de intervenção, baseando-nos nas respostas à questão 2.1. do questionário de satisfação em que 93,6% dos/as formandos/as considerou que os conteúdos programáticos foram adequados aos objetivos gerais e específicos da formação (Tabela 13).

Contudo não esteve isento de críticas já que por exemplo um/a dos/as formandos/as, na questão 3.1, afirmou que o referencial devia “*Integrar um módulo de atendimento/aconselhamento a vítimas no âmbito da capacitação dos técnicos*” (F4); (Tabela 3, Anexo I). Uma alternativa de dar resposta às aspirações dos/as formandos/as seria aumentar a carga horária das ações de formação de 25h para 90h aprofundando mais os casos práticos e incluindo mais um ou dois módulos referentes às competências de atendimento e à relação profissional-vítima. Porém, tornar-se-ia inexecutável ministrar cinco ações de formação de 90h cada, descentralizadas, no tempo útil de execução deste projeto e sem recursos económicos para custear deslocações e formadores. Em sentido oposto, alguns/mas formandos/as já consideraram que 25h era uma duração excessiva para a ação de formação “*Demasiado tempo de formação (...)*” (F13); “*(...)Muitas horas de formação e muito maçada*” (F14) (Tabela 3, Anexo I). No entanto, para ministrar de forma rigorosa e relativamente aprofundada todos os módulos sugeridos em sede de questionário de avaliação de necessidades não poderíamos diminuir o número de horas de formação sob pena de poder comprometer a qualidade da mesma e não cumprir objetivo de capacitar os/as profissionais da primeira linha de

intervenção para a identificação e intervenção nesta problemática. Pese embora estas sugestões, importa realçar que 80,9% dos/as formandos/as afirmaram que a duração da formação foi adequada aos conteúdos e objetivos e 84% dos/as formandos/as referiram que a quantidade de informação / tempo de trabalho foram adequadas (Questão 1.3. e 2.5., Tabela 12 e 13).

3. Reflexões em torno do impacto do projeto na intervenção dos/as técnicos/as com vítimas de violência doméstica contra as pessoas idosas

Ao longo das diferentes sessões, foi notória a evolução, o interesse e a motivação dos/as formandos/as, pese embora com dinâmicas distintas em cada grupo já que a heterogeneidade de técnicos/as e as especificidades do funcionamento da Rede Social de cada concelho conduziram a diferenças na relação formando-formando e formando-formador. No entanto, é de realçar que nos cinco grupos havia técnicos/as a intervir diariamente com pessoas idosas dentro do âmbito das suas instituições e que portanto partiram para esta formação com alguns conhecimentos sobre a violência doméstica, fomentando a partilha de experiências e o questionamento específico de algumas dinâmicas da relação vítima-agressor, da tipificação deste crime e a mais recente legislação publicada, dos recursos e respostas atuais no apoio às vítimas e sobretudo da forma como as Redes Sociais enquanto parcerias poderiam potenciar a sua articulação em matéria de sinalização e encaminhamento nesta matéria à luz do que poderia ser uma Comissão de Proteção de Idosos. Por conseguinte, encontravam-se a frequentar estas ações de formação para aprofundar os conhecimentos e a articulação interinstitucional, na ótica da reciclagem e não só da aquisição de novos saberes, o que é sintomático da motivação em melhorar o seu saber-fazer e as parcerias no sentido da proteção das vítimas e da denúncia de novos casos contribuindo para a desocultação de uma problemática ainda tão escondida, desde logo pelas próprias vítimas, como descrito no enquadramento teórico deste trabalho.

É também de salientar o aprofundado conhecimento que os militares da GNR detinham especificamente sobre este crime, não só no registo do auto de denúncia ou de notícia, da elaboração do expediente e das subsequentes diligências processuais, que faz parte das suas funções, e que é um reflexo da aposta na formação destes/as profissionais em resultado de uma maior consciência para a dimensão deste crime, a gravidade das consequências biopsicossociais para as vítimas e o papel desta Força de Segurança na prevenção e combate à violência doméstica, mas também de algumas respostas de apoio

psicossocial às vítimas e das instituições públicas e privadas que os atribuem. No entanto, ao longo das sessões percebemos que “a máquina está montada mas não está oleada” porque apesar do mais completo quadro legal que prevê todas as tipologias de violência, todos os contextos relacionais incluídos na violência doméstica, as medidas de proteção e coação, as injunções e penas condenatórias, o Estatuto de Vítima e de Vítima Particularmente Vulnerável falta a operacionalização célere e eficiente da lei por parte das entidades judiciais e a articulação próxima entre a GNR e as entidades de apoio à vítima, que exercem funções no âmbito geográfico de um Comando Territorial, através de canais de comunicação diretos entre os Postos Territoriais (atendimento, patrulhamento e inquéritos), Destacamentos Territoriais (programas especiais e policiamento de proximidade), NIAVE e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS’s) e/ou Organizações Não Governamentais (ONG’s) responsáveis pelo atendimento e acolhimento para que imediatamente após a denúncia ou a notícia do crime todas as vítimas possam ser acompanhadas potenciando a proteção e o apoio e prevenindo a reincidência. Estas e outras conclusões estão plasmadas na mais recente Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/2019, de 19 de Agosto.

Ainda no campo da articulação interinstitucional, ficou demonstrada, tanto no enquadramento teórico como na avaliação de necessidades, a importância da intervenção em rede e o papel que o CLAS de cada concelho pode assumir na prevenção e combate à violência doméstica contra as pessoas idosas. Assim e de modo a operacionalizar a articulação entre as instituições representadas nos concelhos onde ministrámos as ações de formação, cada grupo de formandos/as, no módulo seis – *Análise e Discussão de Casos Práticos* – desenhou estratégias e canais de comunicação, procedimentos internos e externos de sinalização e encaminhamento, interlocutores, atividades e mais ações de formação para promover a articulação da Rede Social Local (Bragança e Macedo de Cavaleiros) ou potenciar as sinergias já existentes (Miranda do Douro, Mogadouro e Mirandela). Desse modo, consideramos que um ponto forte deste TP foi a heterogeneidade de formandos/as a exercer funções nas diferentes instituições públicas e privadas da primeira linha de intervenção que atuam nos diversos territórios que permitiu um maior conhecimento e entrosamento do trabalho de cada uma entre si e com outros níveis de atuação.

Assim, com base na avaliação dos/as formandos/as, na correspondência entre as necessidades identificadas e o grau de satisfação consideramos que o projeto foi ao encontro ao objetivo definido no momento da conceção – *Capacitar os técnicos/as e*

Forças de Segurança para a sinalização precoce e eficaz, o apoio psicossocial e encaminhamento de vítimas idosas tornando o sistema de apoio e proteção mais célere e eficiente através de uma ação de formação desenvolvida através de um referencial de formação específico e adaptado às suas necessidades mas também às especificidades da problemática da violência doméstica contra as pessoas idosas. Por conseguinte, este trabalho de projeto teve grande impacto quer a nível individual, na aquisição de novos saberes teóricos e práticos na identificação e intervenção, quer a nível grupal, na articulação das Redes Sociais/CLAS para o encaminhamento dos casos pois acreditamos que cada formando/a irá, localmente, colocar em prática os conhecimentos adquiridos, uma vez que 88,3% afirmou utilizar as competências adquiridas na ação de formação na sua prática profissional futura dando assim uma resposta inequívoca à necessidade da intervenção multidisciplinar e em rede alicerçada neste TP e no papel de mediador de um/a Educador Social.

Em suma, enquanto Educadora Social, formadora e executora do projeto considero que este projeto foi um enorme desafio, tendo em conta a problemática em questão e os objetivos a que nos propusemos. Apesar de termos aspetos a melhorar e a corrigir, consideramos que, para um projeto-piloto, os resultados foram bastante positivos porque cumpriram os objetivos previamente definidos e a possibilidade da replicação do mesmo no futuro e noutros contextos define o seu carácter transversal e profícuo na prevenção e combate à violência doméstica contra pessoas idosas.

Delinear e concretizar um projeto desta natureza revela-se uma experiência profissional gratificante, enriquecedora, e um desafio constante de aprendizagens, pelo mesmo modo que ser Educador/a Social, no exercício das suas funções, traduz-se por facilitar o trabalho de competências sociais, pessoais e profissionais do meio onde se insere. Além disso, tem como finalidade capacitar todas as pessoas através do reconhecimento e do fortalecimento das suas competências (Pereira, 2016). Do mesmo modo, é “ (...) um agente promotor de mudanças e de aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis, quer a nível local, quer a nível regional” (p. 61) para que através dos seus conhecimentos teóricos e práticos oriente as problemáticas sociais no qual intercede (Mateus, 2012). Portanto, os seus objetivos centram-se em obter

(...) a participação de todos os membros do grupo com o fim de transformar a realidade supõe a criação de um processo de ensino – aprendizagem de uma série de valores, atitudes e estratégias que estejam de acordo com o espírito

crítico, a participação ativa, a transformação social, etc. (Noguero & Solís, 2003 in Mateus p.61)

Por conseguinte, consideramos que do ponto de vista das funções do/a Educador/a Social, o presente projeto teve um impacto significativamente positivo quer na capacitação dos/as técnicos/as e agentes das Forças de Segurança, quer na dinamização e articulação das Redes Sociais Locais, quer para as próprias vítimas que com uma sinalização, intervenção, apoio e encaminhamento mais céleres e eficazes por parte das instituições de primeira linha e as instituições de segunda linha poderão aumentar a sua proteção, supressão dos fatores de risco, interrupção do ciclo de violência e elaboração de um novo projeto de vida afastado da violência.

Considerações finais

Neste momento de integração e reflexão global de todo o trabalho aqui apresentado, importa começar por dizer que a violência doméstica contra as pessoas idosas tem na sua etiologia, para além das questões intrínsecas ao indivíduo que a perpetra, as mudanças e transformações sociais que o estatuto da pessoa idosa foi sofrendo ao longo do tempo. Se antigamente ser idoso era sinónimo de pertença a uma idade de ouro, onde era reconhecido a nível familiar e a nível social, como ser detentor de conhecimento, poder e experiência, garantindo a transmissão das tradições e de conhecimentos, segundo Gonçalves (2006) “nas últimas décadas, as alterações na estrutura social, no contexto família, nas atitudes e nos valores, estão provavelmente na génese do problema” (p. 739). Por outro lado, considera-se que o aumento da esperança média de vida, os avanços tecnológicos, as mudanças nos fatores culturais, familiares e individuais estão também diretamente ligados à origem desta problemática. E por conseguinte, qualquer pessoa, independentemente, da idade, da etnia, da religião, do *status* socioeconómico pode ser vítima de violência doméstica. Por conseguinte, o facto da temática da violência doméstica contra as pessoas idosas ser igualmente um objeto de estudo mais recente, em comparação com a violência perpetrada sobre as mulheres e crianças, leva a que haja ainda um grande desconhecimento sobre as dinâmicas e especificidades desta problemática com reflexo na compreensão e instrumentos e estratégias de intervenção, sobretudo por parte dos/as profissionais que diária e localmente trabalham com as pessoas idosas, em geral, e vítimas, em particular.

Apesar do número de denúncias oficiais diminuir ligeiramente desde 2016, a APAV refere que a violência doméstica contra as pessoas idosas tem vindo a aumentar e que há ainda muitas cifras negras nesta problemática. Também a Sra. Secretária do Estado para a Cidadania e Igualdade, Rosa Monteiro, numa entrevista recente à Rádio Onda livre refere que o facto de se registar menos denúncias “(...) obviamente não significa que haja menos violência, significa que há menos denúncias e isso não é positivo. Queremos que haja mais denúncias porque só assim podemos atuar (...)” (p. 1). Por esse mesmo motivo, consideramos que um dos pontos fortes do nosso TP foi contribuir para a desocultação deste fenómeno através da capacitação dos/as técnicos/as e Forças de Segurança que prestam apoio e proteção às vítimas já que, tratando-se de um crime público, qualquer profissional, no âmbito das suas funções, tem a obrigação legal de denunciar.

Partindo da questão-problema, *A formação específica na violência doméstica contra as pessoas idosas é uma necessidade dos/as técnicos/as de primeira linha e das Forças de Segurança e portanto percebida como uma mais-valia na identificação precoce e encaminhamento das vítimas?*, demos resposta ao primeiro objetivo específico – *auscultar as necessidades formativas dos/as técnicos/as e Forças de Segurança que direta ou indiretamente atendem vítimas ou potenciais vítimas idosas* através de um questionário de avaliação de necessidades que nos conduziu à elaboração de um referencial de formação específico e adaptado à problemática e ao contexto. Isto porque a formação específica é imprescindível para a atuação dos/as profissionais, quer na identificação, quer na intervenção e ainda no encaminhamento das vítimas para as instituições de segunda linha. Como estamos perante um fenómeno recente, específico e complexo, nem todos/as os/as profissionais têm na sua formação base ferramentas para intervir nesta problemática, pelo que as ações de formação ministradas no âmbito deste TP foram percebidas pelos/as formandos/as como uma mais-valia para a sua atuação respondendo desta forma aos objetivos específicos de 2) *aprofundar os conhecimentos acerca da violência doméstica contra a pessoa idosa através de um referencial de formação específico ministrado por formadores/as de diferentes áreas científicas*; 3) *promover competências técnicas nos/as técnicos/as e Forças de Segurança para uma eficaz e precoce identificação e encaminhamento das vítimas idosas, tornando-os atores ativos na prevenção e combate a esta problemática e ainda no apoio e proteção às vítimas*.

Tratando-se de um projeto-piloto, importa refletir também sobre os seus pontos fracos. Uma das limitações identificadas foi o tempo disponível para a elaboração de todo o projeto, pois algumas fases, nomeadamente, a avaliação de necessidades, o estabelecimento de protocolos e a fase de divulgação e inscrições para as ações de formação demoraram mais tempo do que o previsto inicialmente, o que conduziu a que as ações de formação começassem apenas no início do mês de maio. Desse modo, muitas sessões de formação foram ministradas em simultâneo na mesma semana em sítios diferentes, e em algumas semanas ocorreram três sessões para o mesmo grupo de formandos/as (quando o sugerido foram duas sessões) já que até meados do mês de julho todas as ações tinham de estar concluídas para não colidir com os períodos de férias dos/as profissionais, o que tornou aumentou o esforço de todos os intervenientes neste projeto. Outro constrangimento foi os encargos financeiros associados à execução do projeto, porque a descentralização das ações de formação, que não estava

inicialmente prevista mas que se revelou um importante recurso na disseminação e territorialização desde projeto por outros contextos além do Concelho de Bragança, incrementou as despesas de deslocação e de alimentação e as despesas com os materiais de divulgação, mesmo com o apoio logístico e financeiro da ASMAB.

Com mais tempo de execução e financiamento público ou do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), consideramos, com base nos resultados alcançados, que uma das maiores oportunidades geradas por este TP é a sua replicação a nível nacional como uma importante estratégia de prevenção e combate à violência doméstica contra as pessoas idosas como de resto foi posteriormente aprovado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/2019, de 19 de Agosto:

(...) sensibilizar e formar os profissionais que contactam com pessoas especialmente vulneráveis, para que a deteção de situações de violência ocorra o mais precocemente possível e a sinalização possa ser feita. E, perante uma situação de violência, é preciso agir rapidamente, assistindo a vítima no tratamento imediato de que necessita, providenciando apoio psicológico e interagindo com as respostas existentes para que o ciclo de violência seja interrompido (p. 75).

(...) elaboração conjunta pelas áreas governativas da cidadania e igualdade, da administração interna, da justiça, da educação, do trabalho, solidariedade e segurança social, e da saúde, em articulação com a PGR, sob coordenação da área governativa da cidadania e igualdade, de um plano anual de formação que inclua, designadamente, a uniformização de conceitos, a definição de conteúdos e metodologias formativas baseadas na análise de casos concretos e a identificação de uma bolsa de formadores, destinado aos profissionais das áreas governativas envolvidas que atuam na área da violência contra as mulheres e a violência doméstica (p. 77).

O facto de se auscultar as necessidades dos/as profissionais, de ter em conta as especificidades dos territórios (ruralidade, baixa taxa de alfabetização, poucos recursos financeiros, ausência ou baixa literacia jurídica, elevada taxa de envelhecimento, poucas respostas na área da saúde mental e consumo de substâncias psicoactivas (Fernandes & César, 2011), onde desempenham as suas funções bem como as instituições que fazem

parte das Redes Sociais Locais e ainda envolver o poder autárquico que preside ao CLAS para a elaboração do referencial de formação, cumprindo o primeiro objetivo deste trabalho, permitiu que os/as formandos/as se identificassem e o apropriassem, com reflexo na motivação intrínseca e logo na aprendizagem de saberes teóricos e futura implementação de boas práticas, plasmadas no seu grau de satisfação em relação à ação de formação. Como foi referido no enquadramento teórico, a maioria das entidades formadoras nesta área desenvolvem referenciais generalizados, abrangentes e por isso mais teóricos e ministram as ações de formação maioritariamente nos grandes centros urbanos, o que desmotiva os/as profissionais a investirem na formação contínua. Ainda que os quadros teóricos e legal sejam os mesmos a nível nacional, os recursos disponíveis, a organização e funcionamento das Redes Sociais Locais, a população residente e as suas problemáticas variam, o que coloca desafios na implementação dos quadros normativos, pelo que as necessárias adaptações potenciam a qualidade da intervenção. Para operacionalizar este *modus operandi* de ministrar formação, seria necessário que as entidades formadoras ou outras se associassem às instituições de apoio à vítima que operam em cada território porque têm o *know-how* e a experiência de trabalho em parceria com as Redes Sociais Locais que seriam o público-alvo das ações de formação.

Face ao tempo disponível, aos constrangimentos financeiros e à natureza de um projeto-piloto não foi possível abranger mais profissionais e descentralizá-lo aos restantes concelhos do Distrito de Bragança. Mas é preciso mais e como propostas futuras sugerimos alargar o público-alvo aos auxiliares do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) das IPSS's, uma vez que estes/as profissionais têm uma interação direta, próxima e diária com as pessoas idosas pelo que podem ser os primeiros a identificar sinais de violência e a todos os militares e agentes das Forças de Segurança que exercem funções de atendimento, patrulhamento, programas especiais e inquéritos, ministrando a formação em cada Destacamento Territorial da GNR ou Esquadra da PSP.

Em suma, se a pretensão última do projeto desenvolvido era contribuir para a desocultação deste problemática bem como servir de catalisador para o futuro da prevenção e combate à violência doméstica contra as pessoas idosas, plasmada no objetivo definido, no início deste trabalho, de *capacitar os/as técnicos/as e Forças de Segurança para a sinalização precoce e eficaz, o apoio psicossocial e encaminhamento de vítimas idosas tornando o sistema de apoio e proteção mais célere e eficiente,*

acreditamos que o conseguimos fazer reforçando o papel do Educador Social como agente promotor de mudanças.

Referências Bibliográficas

- AMCV (2013). *Avaliação e Gestão de Risco em Rede. Manual para Profissionais*. Associação de Mulheres Contra a Violência. Disponível em:
http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/1436798180_gestao_risco_emar.pdf
- Andrade, B.F.S. (2014). *Pessoas Idosas Vítimas de Violência Intrafamiliar: Avaliação de Risco*. Trabalho de Licenciatura, Universidade Fernando Pessoa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas do Porto.
- Andrade, B.F.S. (2017). *Pessoas Idosas Vítimas de Violência Intrafamiliar: Avaliação de Risco*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas do Porto.
- APAV (2010). *Manual Título - Apoio a Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência*. Lisboa: APAV.
- APAV (2016). *Estatísticas APAV. Pessoas idosas vítimas de crime e de violência- (2013-2015)*. Lisboa: APAV. Disponível em:
http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/EstatisticasAPAV_PIVCV_2013-15.pdf
- APAV. (2017). Formação APAV. Acedido em 18 de dezembro de 2018 em:
<http://apav.pt/formacao/index.php?start=36>
- APAV. (2018a). *Estatísticas APAV. Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência (2013-2017)*. Lisboa: APAV. Disponível em:
https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Pessoas_Idosas_2013_2017.pdf
- APAV. (2018b). *Estatísticas APAV. Crimes de Violência Doméstica Filioparental (2013-2017)*. Lisboa: APAV. Disponível em:
https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_VD_Violencia_Filioparental_2013_2017.PDF
- APAV. (s.d.). 1º Contributo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima para a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025. Acedido em 20 de Dezembro de 2018 em:
https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/ENEAS_APAV_Abril_2017.pdf
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4295794/mod_resource/content/1/BARDIN%20L.%20%281977%29.%20An%C3%A1lise%20de%20conte%C3%BAdo.%20Lisboa_%20edi%C3%A7%C3%B5es%202070%202025..pdf

- Campos, C.J.G. (2004). Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Rev. Bras. Enferm.*, 57 (5), 611-614.
- Castro, J. L. & Gonçalves, A. T. (2002). A Rede Social e o Desenvolvimento Local-Parcerias Sociais e Planeamento Participado. *Cidades- Comunidades e Territórios*, X(4), 71-82.
- CIG (2016). Guia de requisitos mínimos de intervenção em situações de violência doméstica e violência de género. Disponível em:
<https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2016/09/Guia-de-requisitos-m%C3%ADnimos-de-interven%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%B5es-de-viol%C3%Aancia-dom%C3%A9stica-e-viol%C3%Aancia-de-g%C3%A9nero.pdf>
- CM Bragança. (2014). Rede Social. Acedido em 5 de fevereiro de 2019 em <https://www.cm-braganca.pt/pages/205>
- CM Mirandela. (2015). Rede Social. Acedido em 5 de fevereiro de 2019 em <https://www.cm-mirandela.pt/pages/587>
- CM Torre de Moncorvo. (s.d.). Rede Social. Acedido em 5 de fevereiro de 2019 em <http://www.cm-moncorvo.pt/rede-social>
- Decreto-Lei nº48/95 de 15 de Março. *Diário da República nº 63 – I série A*. Ministério da Justiça.
- Decreto-Lei nº115/2006 de 14 de Junho. *Diário da República nº114 - I série A*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade e da Segurança Social.
- D'Hainaut, L. (1990). *Conceitos e Métodos da Estatística – Volume I Uma variável a uma dimensão*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dias, I. (2005). Envelhecimento e violência contra os idosos. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia I série*, 15, 249-274.
- Dias, I. (2009). Os maus-tratos aos idosos: Abordagem Conceptual e Intervenção Social. Porto: FLUP.
- Dias, I., Lopes, A. & Lemos, R. (2019). O Abuso de Pessoas Idosas: Definições e Controvérsias. In M. Paulino & D. Costa (Eds.), *Maus-Tratos a Pessoas Idosas* (pp.19-37). PACTOR- Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Fernandes, T. & César, A.P. (2011). *Itinerários... Guia de Recursos e Percursos no Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica*. Bragança: ASMAB.

- Ferreira-Alves, J. (2004). Factores de risco e Indicadores de Abuso e Negligência de Pessoas Idosas. *Polícia e Justiça: Revista do Instituto Superior de polícia judiciária e Ciências Criminais*, III série, número especial temático, 133-151.
- Ferreira-Alves, J. (2005). Avaliação do Abuso e Negligência de Pessoas Idosas: Contributos para a sistematização de uma visão forense dos maus-tratos. In R. Abrunhosa & C. Machado (Eds.), *Psicologia Forense* (pp.319-342). Coimbra: Quarteto.
- Ferreira- Alves, J., Lima, M.P.& Bogalho, O. (2012). Procedimentos de despiste do abuso e negligência a pessoas idosas: algumas reflexões. In J. Redondo, I. Pimentel & A. Correia. (Eds.) *Manual SARAR – Sinalizar, Apoiar, Registrar, Avaliar, Referenciar: Uma proposta de Manual para profissionais de saúde na área da violência familiar / entre parceiros íntimos* (pp.471-503). Coimbra: Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra. Hospital Sobral Cid Serviço de Violência Familiar.
- Ferreira, T. I. L. (2013). Heróis de palmo e meio. *A Intervenção Psicossocial e a relação de ajuda no acolhimento institucional*. Projeto de Mestrado, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.
- Fonseca, R., Gomes, I., Faria, P. L. & Gil, A.P. (2012). Perspetivas atuais sobre a proteção jurídica da pessoa idosa vítima de violência familiar: contributo para uma investigação em saúde pública. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 3 0 (2), 149 – 162.
- Gaio, R. C. de S. (2013-2014). *Abuso e Negligência no Idoso*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.
- Gil, A.P. (2014). *Projeto Envelhecimento e Violência*. Lisboa: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge.
- Gomes, R. (2002). A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In M. C.S. Minayo (Ed.), *Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade* (pp.67-80). Brasil: Petrópolis.
- Gonçalves, C. A. (2006). Idosos: abuso e violência. *Revista Portuguesa Clínica Geral*, 22, 739-745.
- Gunther, H. & Júnior, J. L. (s.d.). Perguntas abertas versus perguntas fechadas: uma comparação empírica. *Psic.: Teor. e Pesq., Brasília*, 6(2), 203-2013.

- IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2013). *Projeto Rede em Prática – Relatório Final da Avaliação do Programa Rede Social -2010-2012*. Disponível em: <http://rede-social.cm-feira.pt/documentos-de-suporte/relatorio-final-da-avaliacao-do-programa-rede-social-2010-2012>
- ISS, IP – Instituto da Segurança Social, IP. (2014). *Guia Prático- Rede Social*. Disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/25898/rede_social
- Lei nº 129/2015 de 3 de Setembro. Diário da República nº 172- I série. Assembleia da República.
- Lopes, M., Gemito, M.L. & Pinheiro, F.T. (2013). *O Trabalho em rede e o combate à violência doméstica*. Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/10412>
- Maroco, J. (2007). *Análise Estatística – Com Utilização do SPSS*. Lisboa: Sílabo.
- Mateus, M. N. E. (2011). Metodologia de trabalho de projeto: Nova relação entre os saberes escolares e os saberes sociais. *EDUSER: Revista de educação*, 3 (2), 3-16.
- Mateus, M. N. E. (2012). O educador social na construção de pontes socioeducativas contextualizadas. *EDUSER: Revista de educação* 4 (1), 60-71.
- Ministério da Administração Interna (2017). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=9f0d7743-7d45-40f3-8cf2-e448600f3af6>
- Ministério da Administração Interna (2018). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=ad5cfe37-0d52-412e-83fb-7f098448dba7>
- Nações Unidas (2003). *Estratégias de combate à violência doméstica – Manual de recursos*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.
- Novo, R., Prada, A. R., Fernandes, T. & Cerqueira, V. (2016). *Violência contra a pessoa idosa no contexto familiar. Guia de apoio aos profissionais na identificação e sinalização*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação e Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança.
- Onda Livre (2019, Setembro, 19). Não ser investidos mais dez milhões de euros na área da violência doméstica. Acedido em 18 de setembro de 2019 em http://ondalivrefm.net/2019/09/19/vao-ser-investidos-mais-dez-milhoes-de-euros-na-area-da-violencia-domestica/?fbclid=IwAR0w-y1_Bj2owW13517BDdL6m4YtI44IXn6wzSbdY2jFlenjgsvaynL9yQk

- Pereira, M. S. R. (2016). *A Educação Social e a Violência Doméstica – Estudo exploratório na associação portuguesa de apoio à vítima*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve.
- Redondo, J., Pimentel, I. & Correia, A. (2012). *Manual SARAR – Sinalizar, Apoiar, Registrar, Avaliar, Referenciar: Uma proposta de Manual para profissionais de saúde na área da violência familiar / entre parceiros ítimos*. Coimbra: Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra. Hospital Sobral Cid Serviço de Violência Familiar.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/2019 de 19 de Agosto. *Diário da República n.º 157- série I*. Presidência do Conselho de Ministros. Aprova medidas de prevenção e combate à violência doméstica.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro. *Diário da República n.º 267 – I série B*. Presidência do conselho de Ministros. Procede ao reconhecimento público da denominada «rede social».
- Ribeiro, J. L. G., Carvalho, L.S., Pagliaro, P.B.S., dos Santos, P.C.F., Bonato, F.Z. & Aparecida, L.F. (2014). Percepção e conduta de profissionais da área da saúde sobre violência doméstica contra o idoso. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, 6 (1), 194-202.
- RIVS (2011). *Guia para o atendimento e intervenção em rede*. Sintra: Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV)
- Rodrigues, T.F. & Moreira, M.J. (2019). Ser Velho em Portugal Hoje: Conceitos e Representações. In M. Paulino & D. Costa (Eds.), *Maus-Tratos a Pessoas Idosas* (pp.3-19). Lisboa: PACTOR- Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Silva, A.H. & Fossá, M.I.T. (2015). Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. *Revista Eletônica Quali@s*, 17(1), 1-14.
- Silva, G.C.R.F. (2010). O Método Científico na Psicologia: Abordagem Qualitativa e Quantitativa. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0539.pdf>
- Silvestre, A.L. (2007). *Análise de dados e estatística descritiva*. Escolar Editora.
- Sousa, M. J. & Baptista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. (5ª edição). Lisboa: PACTOR- Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

- Vasconcellos, L. & Guedes, L. F. A. (2007). E-Surveys: Vantagens e Limitações dos Questionários Eletrônicos via Internet no Contexto da Pesquisa Científica. Disponível em:
<http://sistema.semead.com.br/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/420.pdf>
- Vidal, E. (2002). *Ensino a Distancia vs Ensino tradicional*. Trabalho Monográfico, Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Vieira, H. C., Castro, A. E. & Júnior, F.S. (2010). O uso de questionários via e-mail em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos respondentes. *XII SEMEAD – Seminários em Administração*.
- Wanderbroocke, A. C. N. S. & Moré, C. L. O. O. (2013). Abordagem profissional da violência familiar contra o idoso em uma unidade básica de saúde. *Cad. Saúde Pública*, 29 (12), 2513-2522.

ANEXOS

Anexo A – Calendarização Trabalho de Projeto

Fases:		2018				2019										
		Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maió	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.
Diagnóstico	Identificação do problema		■													
	Fundamentação do projeto		■	■	■											
	Levantamento de Necessidades						■	■								
	Interpretação do dados							■								
	Revisão bibliográfica	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		
Planificação	Defenição Objetivos				■											
	Estabelecimento de Protocolgos					■	■		■							
	Planificação do Referencial de Formação							■								
	Defenir Recursos							■								
	Elaboração dos Cartazes de divulgação							■	■							
	Divulgação da Ação de Formação								■							
	Elaboração dos instrumentos de avaliação								■							
	Recolha de Inscirções para a ação de formação								■							
	Planificação dos cronogramas da ação de formação								■							
Aplicação-Execução	Desenvolvimento da ação de formação									■	■	■				
	Aplicação dos inquéritos de satisfação									■	■	■				
	Entrega dos Certificados de Formação											■				
Avaliação	Análise e Reflexão dos Resultados do Projecto											■	■	■		

Anexo B - Termo de consentimento livre e esclarecido



Termo de consentimento livre e esclarecido

O meu nome é Ana Catarina Grácio Sequeira e encontro-me neste momento, a desenvolver um trabalho de projeto de intervenção cujo tema é **“Da compreensão à intervenção: Necessidades e especificidades na formação dos/as técnicos/as e Forças de Segurança para a sinalização e intervenção na violência doméstica contra pessoas idosas”**, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, tendo como objetivos auscultar as necessidades formativas dos/as técnicos/as e Forças de Segurança, que direta ou indiretamente atendem vítimas ou potenciais vítimas de violência doméstica contra as pessoas idosas, com vista a elaborar um referencial de formação específico e adaptado às suas necessidades e especificidades da problemática e implementar essa mesma formação no sentido de capacitar os/as técnicos/as e Forças de Segurança para a sinalização precoce e eficaz, o apoio e encaminhamento de vítimas idosas.

Desse modo, pretende-se uma recolha de dados através de um questionário de avaliação de necessidades, para o qual solicito a sua colaboração.

Todas as informações recolhidas serão confidenciais e os dados obtidos serão exclusivamente para usar neste projeto, tendo o entrevistado o direito de não responder a questões que considere ser de âmbito mais pessoal.

Assinatura: _____

Eu, _____ fui esclarecido/a sobre o projeto de intervenção e autorizo que a minha resposta ao questionário possa ser utilizada na realização do mesmo.

Bragança _____ de _____ de 2019.

Assinatura: _____

Anexo C – Pedido de Autorização formal para a implementação do projeto



Pedido de Autorização

Eu, Ana Catarina Grácio Sequeira, aluna do mestrado de Educação Social – Educação e Intervenção ao Longo da Vida da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, orientada pela Professora Mestre Teresa de Jesus Preto Fernandes, venho por este meio solicitar a autorização para entrevistar os/as técnico/as e/ou Forças de Segurança da V/ instituição, que direta ou indiretamente atendem vítimas ou potenciais vítimas de violência doméstica contra pessoas idosas, no âmbito do meu trabalho de projeto *“Da compreensão à intervenção: Necessidades e especificidades na formação dos/as técnicos/as e Forças de Segurança para a sinalização e intervenção na violência doméstica contra pessoas idosas”*.

O presente projeto tem como principais objetivos auscultar as necessidades formativas, dos/as técnicos/as e Forças de Segurança, nesta problemática complexa e cada vez mais atual dado o número significativo de casos com vista a desenvolver um referencial de formação adaptado às suas necessidades e especificidades da problemática da violência doméstica contra as pessoas idosas e implementar essa mesma formação no sentido de capacitar os técnicos/as e as Forças de Segurança, para a sinalização precoce e eficaz, o apoio e encaminhamento de vítimas idosas.

Atendendo ao Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD – Regulamento 2016/679, de 27 de abril) sublinhamos que, nos trabalhos desenvolvidos, não serão divulgados quaisquer nomes e os dados pessoais dos intervenientes, dos/as técnicos/as e/ou Forças de Segurança, e das instituições.

Agradecemos desde já a colaboração prestada e com o compromisso de cumprimento das normas éticas que presidem a este tipo de estudo, coloco-me à disposição de V. Ex.^a para qualquer esclarecimento que considere importante.

Bragança, 11 de Janeiro de 2018

Respeitosos cumprimentos,

(Ana Catarina Grácio Sequeira)

Anexo D – Questionário de Avaliação de Necessidades



Questionário de avaliação das necessidades

O presente questionário enquadra-se no âmbito da Unidade Curricular de Dissertação / Projeto/ Relatório de Estágio, do 2º ano do Mestrado Educação Social – Educação e Intervenção ao Longo da Vida, da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Bragança e tem como principal objetivo identificar as necessidades formativas dos/as técnicos/as e Forças de Segurança a exercer funções no distrito de Bragança, que direta ou indiretamente atendem as vítimas ou potenciais vítimas idosas, de forma a criar um referencial de formação adequado às suas especificidades e áreas de intervenção na problemática da violência doméstica contra a pessoa idosa.

Nesse sentido, a sua colaboração no preenchimento do questionário é de extrema importância para o nosso trabalho, sendo que a identidade do/a inquirido/a permanecerá anónima e todos os dados por si fornecidos são para uso exclusivo do nosso trabalho.

Agradecemos desde já a sua participação.

1. Dados sociodemográficos

1.1. Sexo:

a) Feminino b) Masculino

1.2. Idade: _____ (anos)

1.3. Área de formação: _____

1.4. Atividade profissional: _____

1.5. Instituição: _____

1.6. Concelho onde exerce funções: _____

1.7. Tempo de serviço: _____ anos

1.8. Costuma frequentar ações de formação?

a) Sim b) Não

2. Representações dos/as técnicos/as e Forças de Segurança face as especificidades da violência doméstica contra a pessoa idosa

Tendo em conta a seguinte escala, classifique cada uma das afirmações colocando uma cruz (X) na opção que melhor traduz a sua opinião.

1)Discordo totalmente,

2) Discordo,

3) Nem discordo Nem concordo,

4) Concordo,

5)Concordo totalmente,

	1	2	3	4	5
2.1.) A violência doméstica contra a pessoa idosa é um fenómeno ainda oculto em relação à violência doméstica conjugal e aos maus tratos contra crianças.					
2.2.) As dinâmicas relacionais entre o/a agressor/a e vítima e tipologias da violência doméstica contra a pessoa idosa são específicas e diferentes da violência doméstica conjugal.					
2.3.) A identificação e sinalização adequadas são imprescindíveis para a desocultação dos casos e consequente intervenção, terminando o ciclo da violência no sentido de proteger a integridade física e psíquica da vítima e, consequentemente, prevenir novos atos violentos.					
2.4) A violência doméstica contra a pessoa idosa é um crime público e como tal deve ser denunciado por todas as pessoas, quer sejam entidades judiciais e/ou policiais ou outros profissionais, que direta ou indiretamente atendem as vítimas ou potenciais vítimas idosas;					
2.5) É um dever ético e deontológico de todos os/as profissionais denunciar e notificar os casos de violência doméstica que tenham conhecimento.					
2.6) A identificação e a intervenção na violência doméstica contra a pessoa idosa são complexas e multifacetadas tendo em conta as suas especificidades e dinâmicas.					
2.7) A violência doméstica contra a pessoa idosa carece de respostas distintas e urgentes e, como tal, exige uma intervenção multidisciplinar e em rede sobretudo em casos de especial vulnerabilidade tendo em conta a idade, estado de saúde e grau de dependência.					

	1	2	3	4	5
2.8) A formação específica e contínua neste âmbito é uma mais-valia e essencial para os/as profissionais que direta ou indiretamente atendem as vítimas ou potenciais vítimas idosas no sentido da sua capacitação em termos de legislação, procedimentos de encaminhamento, respostas sociais e da comunidade.					
2.9) A formação específica e contínua, com um referencial adaptado às reais necessidades dos/as profissionais e ao território onde exercem funções é uma mais-valia na identificação precoce e no encaminhamento das vítimas.					
2.10) No âmbito da violência doméstica contra a pessoa idosa existem escassas formações, sendo que as ações existentes se direcionam sobretudo na área da violência doméstica ou de género.					
2.11) As ações de formação tendo em conta as necessidades dos/as profissionais e as especificidades desta problemática são um instrumento de qualidade para o exercício das funções dos mesmos, no seu posto de trabalho.					

2.12). Estaria disponível para frequentar uma ação de formação no âmbito da violência doméstica contra a pessoa idosa, tendo em conta as suas necessidades formativas e as especificidades do território onde exerce funções?

a) Sim b) Não

(Se a sua resposta é **Não** o seu questionário termina aqui. Obrigada pela sua colaboração.

Se a sua resposta é **Sim** continue para a pergunta **3.1 do grupo 3**).

3. Ação de formação para técnicos/as sobre violência doméstica contra pessoas idosas

Atendendo, à sua disponibilidade em realizar uma ação de formação no âmbito da violência doméstica contra as pessoas idosas, responda às seguintes questões:

3.1. Qual o horário que considera mais adequado para a realização das ações de formação?

a) Sábado

b) Laboral (durante a semana)

c) Pós-Laboral (durante a semana)

d) Misto

e) Não tem preferência

3.2. Quantas vezes por semana considera exequível que a ação de formação se desenvolva?

a) Uma vez por semana **b)** Duas vezes por semana **c)** Três vezes por semana

3.3. Quantas horas por semana deveria ter a ação de formação?

a) Duas horas **b)** Três horas **c)** Se for aos sábados seis horas

3.4. Indique os módulos/ temas que considera de maior interesse para o desenvolvimento da ação de formação, tendo em conta as suas necessidades e as funções/atividades:

Data: ____/____/____

Obrigado pela sua colaboração!

Anexo E – Tabelas relativas ao Questionário de Avaliação de Necessidades

Tabela 1.

Correlação entre a afirmação 2.1.2. e o Tempo de Serviço

Tempo de serviço (anos)	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Até 10	5(41,7%)	9(52,9%)	14(29,2%)	4(33,3%)	32(36,0%)	4,766 (0,585)
De 11 a 20	6(50,0%)	5(29,4%)	21(43,8%)	6(50,0%)	38(42,7%)	
Mais de 20	1(9,3%)	3(17,6%)	13(27,1%)	2(16,7%)	19(21,3%)	
Total	12(100%)	17(100%)	48(100%)	12(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 2.

Correlação entre a afirmação 2.1.3. e o Tempo de Serviço

Tempo de serviço (anos)	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Até 10	-	2(66,7%)	10(27,8%)	20(40,0%)	32(36,0%)	8,072 (0,054)
De 11 a 20	-	1(33,3%)	13(36,1%)	24(48,0%)	38(42,7%)	
Mais de 20	-	-	13(36,1%)	6(12,0%)	19(21,3%)	
Total	-	3(100%)	36(100%)	50(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 3.

Correlação entre a afirmação 2.1.4. e o Tempo de Serviço

Tempo de serviço (anos)	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Até 10	-	2(100%)	4(30,8%)	26(35,1%)	32(36,0%)	2,742 (0,657)
De 11 a 20	-	-	6(46,2%)	32(43,2%)	38(42,7%)	
Mais de 20	-	-	3(23,1%)	16(21,6%)	19(21,3%)	
Total	-	2(100%)	13(100%)	74(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 4.

Correlação entre a afirmação 2.1.5. e o Tempo de Serviço

Tempo de serviço (anos)	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Até 10	-	1(100%)	3(25,0%)	28(36,8%)	32(36,0%)	
De 11 a 20	-	-	7(58,3%)	31(40,8%)	38(42,7%)	2,982
Mais de 20	-	-	2(16,7%)	17(22,4%)	19(21,3%)	(0,642)
Total	-	1(100%)	12(100%)	76(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 5.

Correlação entre a afirmação 2.1.6. e o Tempo de Serviço

Tempo de serviço (anos)	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Até 10	1(50,0%)	2(28,6%)	18(36,7%)	11(35,5%)	32(36,0%)	
De 11 a 20	0(0,0%)	4(57,1%)	18(36,7%)	16(51,6%)	38(42,7%)	5,229
Mais de 20	1(50,0%)	1(14,3%)	13(26,5%)	4(12,9%)	19(21,3%)	(0,493)
Total	2(100%)	7(100%)	49(100%)	31(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 6.

Correlação entre a afirmação 2.1.7. e o Tempo de Serviço

Tempo de serviço (anos)	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Até 10	-	1(50,0%)	10(33,3%)	21(36,8%)	32(36,0%)	
De 11 a 20	-	1(50,0%)	14(46,7%)	23(40,4%)	38(42,7%)	1,094
Mais de 20	-	-	6(20,0%)	13(22,8%)	19(21,3%)	(0,962)
Total	-	2(100%)	30(100%)	57(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 7.

Correlação entre a afirmação 2.1.8. e o Tempo de Serviço

Tempo de serviço (anos)	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Até 10	-	1(100,0%)	12(40,0%)	19(32,8%)	32(36,0%)	
De 11 a 20	-	-	10(33,3%)	28(48,3%)	38(42,7%)	3,740
Mais de 20	-	-	8(26,7%)	11(19,0%)	19(21,3%)	(0,516)
Total	-	1(100%)	30(100%)	58(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 8.

Correlação entre a afirmação 2.1.9. e o Tempo de Serviço

Tempo de serviço (anos)	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Até 10	-	1(100,0%)	15(37,5%)	16(33,3%)	32(36,0%)	
De 11 a 20	-	-	16(40,0%)	22(45,8%)	38(42,7%)	2,167
Mais de 20	-	-	9(22,5%)	10(20,8%)	19(21,3%)	(0,845)
Total	-	1(100%)	40(100%)	48(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 9.

Correlação entre a afirmação 2.1.10. e o Tempo de Serviço

Tempo de serviço (anos)	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Até 10	3(75,0%)	5(50,0%)	14(34,1%)	10(39,4%)	32(36,0%)	
De 11 a 20	1(25,0%)	3(30,0%)	16(39,0%)	18(52,9%)	38(42,7%)	5,229
Mais de 20	-	2(20,0%)	11(26,8%)	6(17,6%)	19(21,3%)	(0,493)
Total	4(100%)	10(100%)	41(100%)	34(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 10.

Correlação entre a afirmação 2.1.11. e o Tempo de Serviço

Tempo de serviço (anos)	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Até 10	-	1(50,0%)	17(39,5%)	14(33,3%)	32(36,0%)	4,088 (0,713)
De 11 a 20	2(100,0%)	1(50,0%)	15(34,9%)	20(47,6%)	38(42,7%)	
Mais de 20	-	-	11(25,6%)	8(19,0%)	19(21,3%)	
Total	2(100%)	2(100%)	43(100%)	42(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 11.

Correlação entre a afirmação 2.1.1. com frequência de ações de formação

Frequenta ações de formação	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Sim	15(88,2%)	13(81,3%)	43(87,8%)	6(85,7%)	77(86,5%)	0,899 (0,925)
Não	2(11,8%)	3(18,8%)	6(12,2%)	1(14,3%)	12(13,5%)	
Total	17(100%)	16(100%)	49(100%)	7(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 12.

Correlação entre a afirmação 2.1.2. com frequência de ações de formação

Frequenta ações de formação	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Sim	11(91,7%)	15(88,2%)	41(85,4%)	10(83,3%)	77(86,5%)	0,544 (0,999)
Não	1(8,3%)	2(11,8%)	7(14,6%)	2(16,7%)	12(13,5%)	
Total	12(100%)	17(100%)	48(100%)	12(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 13.

Correlação entre a afirmação 2.1.3. com frequência de ações de formação

Frequenta ações de formação	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Sim	-	1(33,3%)	32(88,9%)	44(88,0%)	77(86,5%)	5,390 (0,076)
Não	-	2(66,7%)	4(11,1%)	6(12,0%)	12(13,5%)	
Total	-	3(100%)	36(100%)	50(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 14.

Correlação entre a afirmação 2.1.4. com frequência de ações de formação

Frequenta ações de formação	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Sim	-	1(50,0%)	12(92,3%)	64(86,5%)	77(86,5%)	2,632 (0,309)
Não	-	1(50,0%)	1(7,7%)	10(13,5%)	12(13,5%)	
Total	-	2(100%)	13(100%)	74(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 15.

Correlação entre a afirmação 2.1.5. com frequência de ações de formação

Frequenta ações de formação	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Sim	-	1(100%)	11(91,7%)	65(85,5%)	77(86,5%)	0,773 (0,999)
Não	-	-	1(8,3%)	11(14,5%)	12(13,5%)	
Total	-	1(100%)	12(100%)	76(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 16.

Correlação entre a afirmação 2.1.6. com frequência de ações de formação

Frequenta ações de formação	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Sim	2(100,0%)	6(85,7%)	45(91,8%)	24(77,4%)	77(86,5%)	3,673 (0,248)
Não	-	1(14,3%)	4(8,2%)	7(22,6%)	12(13,5%)	
Total	2(100%)	7(100%)	49(100%)	31(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 17.

Correlação entre a afirmação 2.1.7. com frequência de ações de formação

Frequenta ações de formação	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Sim	-	2(100%)	27(90,0%)	48(84,2%)	77(86,5%)	0,716 (0,651)
Não	-	-	3(10,0%)	9(15,8%)	12(13,5%)	
Total	-	2(100%)	30(100%)	57(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 18.

Correlação entre a afirmação 2.1.8. com frequência de ações de formação

Frequenta ações de formação	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Sim	-	1(100,0%)	26(86,7%)	50(86,2%)	77(86,5%)	0,665 (0,999)
Não	-	-	4(13,3%)	8(13,8%)	12(13,5%)	
Total	-	1(100%)	30(100%)	58(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 19.

Correlação entre a afirmação 2.1.9. com frequência de ações de formação

Frequenta ações de formação	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Sim	-	1(100,0%)	35(87,5%)	41(85,4%)	77(86,5%)	0,728 (0,999)
Não	-	-	5(12,5%)	7(14,6%)	12(13,5%)	
Total	-	1(100%)	40(100%)	48(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 20.

Correlação entre a afirmação 2.1.10. com frequência de ações de formação

Frequenta ações de formação	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Sim	3(75,0%)	10(100%)	37(90,2%)	27(79,4%)	77(86,5%)	3,873 (0,241)
Não	1 (25,0%)	-	4(9,8%)	7(20,6%)	12(13,5%)	
Total	4(100%)	10(100%)	41(100%)	34(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 21.

Correlação entre a afirmação 2.1.11. com frequência de ações de formação

Frequenta ações de formação	Discordo n(%)	Nem concordo, nem discordo n(%)	Concordo n(%)	Concordo Totalmente n(%)	Total n(%)	ET (p)
Sim	2(0,0%)	2(0,0%)	38(88,4%)	35(83,3%)	77(86,5%)	0,961 (0,750)
Não	-	-	5(11,6%)	7(16,7%)	12(13,5%)	
Total	2(100%)	2(100%)	43(100%)	42(100%)	89(100%)	

Legenda: ET – Estatística de teste; p- valor de prova

Tabela 22.

Análise Categorial não Apriorística

Categorias	Subcategorias	Respostas
A. Enquadramento Legal da Violência doméstica contra pessoas idosas	A1. Crime Público e Denúncia	<p>“Legislação específica sobre a violência contra a pessoa idosa” (I1).</p> <p>“ (...) Denuncia (...)” (I70).</p>
	A2. Medidas de Proteção à Vitima e Medidas de Coação	<p>“Procedimentos legais” (I31).</p> <p>“Identificação dos casos e procedimentos a tomar ao nível da ação policial” (I50).</p> <p>“Medidas de proteção aplicáveis (...)” (I73)</p>
	A3. Estatuto de Vitima Especialmente Vulnerável	<p>“Formação na ação do OPC em casos de violência doméstica de pessoas particularmente indefesas em razão da idade, deficiência e doença” (I62).</p>
	A4. Outros Processos legais associados à violência contra as pessoas idosas	<p>“Qual a diferença entre violência doméstica e os maus tratos no idoso (...)” (I8).</p>

B. Tipologias de violência, Fatores de Risco e Indicadores de abuso	B1.Sintomas/Sinais	<p>“Vários tipos de Violência (...)” (I7).</p> <p>“Violência verbal para com o idoso” (I12).</p> <p>“Tipos de violência Sinais de Alerta (...)” (I13).</p> <p>“Indicadores de maus tratos a idosos (...)” (I19).</p> <p>“Tipos de violência contra idosos (...)” (I21).</p> <p>“Identificar os contextos de vitimação (...)” (I23).</p> <p>“Violência verbal para com o idoso” (I30).</p> <p>“Avaliação dos sinais que comprovem os maus tratos” (I32).</p> <p>“Detecção de sintomas” (I45).</p> <p>“Violência e coação contra idoso” (I52).</p> <p>“Abandono das pessoas idosas” (I82).</p>
	B2.Consequências e impacto de vitimação	<p>“(...) Maiores problemáticas na violência doméstica nos idosos” (I8).</p>
	B3. Características da vítima e do/a agressor/a	<p>“(...) Contextos socioculturais de vitimação (...)” (I13).</p> <p>“Características da Vítima e do Agressor (...)” (I15).</p> <p>“(...) Perfil do agressor (...)” (I19).</p>

B. Tipologias de violência, Fatores de Risco e Indicadores de abuso	B3. Características da vítima e do/a agressor/a	<p>“Trabalho na área da violência doméstica com agressores e possuo formação, pelo que os módulos necessários seriam os relacionados com as especificidades da pessoa idosa” (I38).</p> <p>“ (...) Condições/espaco habitacional de pessoa vulnerável” (I74).</p>
	B4. Obstáculos na Identificação e na Intervenção	<p>“ (...) Obstáculos dos profissionais na identificação da vitimação” (I23).</p>
C. Instrumentos de Rastreo/Identificação	C1. Técnicas de entrevista/inquirição	<p>“ (...) Como identificar (...)” (I21).</p> <p>“Como identificar uma vítima idosa de violência doméstica? Perguntas específicas para eles e quem more com eles?” (I26).</p> <p>“Meios de diagnóstico para a detecção de casos de violência doméstica em idosos” (I37).</p> <p>“Interação e primeira abordagem com vítimas, métodos de inquirição e interrogatório para com as figuras processuais dos crimes de violência doméstica” (I49).</p> <p>“Como melhor comunicar com os idosos” (I58).</p> <p>“Interação com o idoso/Como lidar com a vítima; Identificar casos suspeitos; (...)” (I70).</p> <p>“Como comunicar com alguém fiável, sendo pessoa especialmente vulnerável. (...)” (I74).</p>

C. Instrumentos de Rastreio/Identificação	C1. Técnicas de entrevista/inquirição	<p>“(…) métodos para reconhecimento fácil (…)” (I74).</p> <p>“O primeiro contacto com a Vitima/Agressor na Violência Doméstica” (I76).</p>
	C2. Avaliação de Risco	<p>“(…) Fatores de risco” (I13).</p> <p>“(…) Avaliação/Intervenção” (I15).</p> <p>“Processo de avaliação e intervenção em maus tratos (…)” (I16).</p> <p>“(…) Meios de avaliação e intervenção” (I19).</p> <p>“Avaliação de riscos na terceira idade (…)” (I20).</p>
	C3. Relatórios e registos	<p>“(…) uso de instrumentos de avaliação de maus tratos” (I16).</p> <p>“(…) Instrumentos de rastreio/sinalização” (I28).</p>
D. Respostas e Apoio às vítimas idosas	D1. Situações de emergência e de crise	<p>“(…) Violência doméstica no idoso-quais as respostas sociais imediatas para uma intervenção ser bem-sucedida (…)” (I8).</p> <p>“Especificidades na intervenção (…)” (I28).</p> <p>“Apoio à vítima” (I54).</p> <p>“(…) poder de comunicação, linha de apoio 24h com disponibilidade imediata de deslocação para conforto da vítima, preferencialmente com a pessoa fiável da vítima (…)” (I74).</p>

<p>D. Respostas e Apoio às vítimas idosas</p>	<p>D2. Procedimentos de encaminhamento das vítimas</p>	<p>“Procedimentos a tomar quando há violência contra idosos” (I4).</p> <p>“ (...) Quais os encaminhamentos (...)” (I7).</p> <p>“O que devem fazer as instituições quando tem conhecimento de algum tipo de violência contra idosos” (I18).</p> <p>“ (...) Sinalização e Encaminhamento” (I20).</p> <p>“ (...) Como agir e encaminhar” (I21).</p> <p>“Procedimentos e encaminhamento para uma resposta imediata a salvaguarda de idosos vitimas de violência doméstica” (I46).</p> <p>“Encaminhamento da pessoa idosa” (I48).</p> <p>“ (...) encaminhamento/apoio às vitimas” (I73)</p>
---	--	--

<p>D. Respostas e Apoio às vítimas idosas</p>	<p>D3. Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica e Instituições Locais</p>	<p>“Respostas à problemática” (I2).</p> <p>“ (...) Respostas disponíveis na Comunidade” (I7).</p> <p>“Respostas nesta área para possível encaminhamento de situações de violência” (I11).</p> <p>“Respostas para as vítimas” (I22).</p> <p>“Soluções/resposta para a pessoa idosa no caso do agressor ser o único cuidador” (I25).</p> <p>“ (...) Apoios específicos (...)” (I28).</p> <p>“Conhecimento de redes de apoio e das respostas ação social e judicial” (I34).</p> <p>“A violência doméstica/ equipa multidisciplinar/ casas de acolhimento” (I43).</p> <p>“ (...) Dinâmica entre as instituições envolvidas” (I70).</p> <p>“Orientação e meios de apoio” (I77).</p> <p>“Saber como lidar com situações anteriormente descritas, nomeadamente, conhecer as instituições e entidades de apoio” (I80).</p>
<p>E. Modos de atuação na prevenção</p>		<p>“Ações de prevenção de violência domestica” (I14).</p> <p>“Violência e modos de atuação na sua prevenção” (I32).</p> <p>“Respostas sociais e sensibilização para o tema” (I33).</p>

E. Modos de atuação na prevenção

“Como intervir junto da comunidade no âmbito da prevenção da violência doméstica” (I35).

“Prevenção e sinalização” (I59).

“Violência doméstica, órgãos de articulação para o combate desse flagelo, medidas preventivas, acompanhamento das vítimas (I66) ”.

“Prevenção da violência” (I71).

Anexo F – Referencial de Formação

Conteúdos Programáticos:

Módulo 1: Enquadramento Legal da Violência doméstica contra pessoas idosas (4h)

- Crime Público e Denúncia
- Medidas de Proteção à Vítima e Medidas de Coação
- Estatuto de Vítima Especialmente Vulnerável
- Outros processos legais associados à violência contra pessoas idosas

Módulo 2: Tipologias de violência, Fatores de Risco e Indicadores de abuso (4h)

- Sintomas/Sinais
- Consequências e impacto da vitimação
- Características da vítima e do agressor

Módulo 3: Instrumentos de Rastreio/Identificação (4h)

- Técnicas de entrevista/inquirição
- Avaliação de Risco
- Relatórios e registos

Módulo 4: Respostas e Apoio às vítimas idosas (4h)

- Situações de emergência e de crise
- Procedimentos de encaminhamento das vítimas
- Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica e Instituições Locais

Módulo 5: Modos de atuação na prevenção (4h)

Módulo 6: Análise e discussão de casos práticos (5h)

Anexo G – Cronograma das Ações de Formação

Legenda:

	Sábados - 7 horas
	Pós Laboral - 3 horas
	Laboral- 7 horas

	08 de Maio	9 de Maio	11 de Maio	15 de Maio	16 de Maio	18 de Maio	22 de Maio	24 de Maio	25 de Maio	29 de Maio	30 de Maio
Bragança											
Mirandela											
Militares da GNR											
Macedo de Cavaleiros											
Mogadouro											

	1 de Junho	6 de Junho	8 de Junho	13 de Junho	15 de Junho	17 de Junho	19 de Junho	24 de Junho	26 de Junho	27 de Junho	29 de Junho	1 de Julho	3 de Julho	6 de Julho	8 de Julho	10 de Julho
Bragança																
Mirandela																
Militares da GNR																
Macedo de Cavaleiros																
Mogadouro																

Anexo H – Questionário de Satisfação

Questionário de Satisfação

Formação: Violência Doméstica contra a Pessoa Idosa

Duração: 25 horas

O inquérito tem como objetivo avaliar, de forma anónima, a satisfação dos/as formandos/as relativamente à formação, de modo a que esta possa ser melhorada posteriormente.

Responda de acordo com a escala de classificação apresentada, colocando um X no local pretendido:

Escala de Satisfação				
1	2	3	4	5
Nada Satisfeito	Pouco Satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	Totalmente Satisfeito

1. Avaliação geral da ação de formação

	1	2	3	4	5
1.1.Os objetivos propostos na planificação da formação foram cumpridos.					
1.2.A metodologia utilizada na formação foi adequada ao público-alvo.					
1.3.A duração da formação foi adequada aos conteúdos e aos objetivos definidos no questionário de necessidades.					
1.4.O equipamento informático foi adequado.					
1.5.A ação de formação foi ao encontro das minhas necessidades de formação					
1.6.Após a formação irei utilizar as competências adquiridas na minha prática profissional					

2. Avaliação dos/as formandos/as sobre os conhecimentos/conteúdos

	1	2	3	4	5
2.1.Os conteúdos foram adequados aos objetivos gerais e específicos da formação					
2.2.Os conteúdos foram explorados e aprofundados ao longo das sessões					
2.3.A articulação dos diferentes conteúdos temáticos foi concretizada					
2.4.O/A formador/a motivou a atenção e interesse dos/as formandos/as					
2.5.A quantidade de informação/tempo de trabalho foram adequadas					

3. Apreciação global (assinale com um X, na apreciação global que se enquadra na sua perspetiva global da formação).

Apreciação global:	
Nada Satisfeito	
Pouco Satisfeito	
Satisfeito	
Muito Satisfeito	
Totalmente Satisfeito	

3.1. Opinião / Observações

Obrigado pela colaboração!

Anexo I – Tabelas relativas ao Questionário de Satisfação

Tabela 1.

Caracterização profissional dos/as técnicos/as e agentes da PSP

	Bragança	Mirandela	Macedo de Cavaleiros	Mogadouro	n	%
Advogado/a	1 (3,4%)	-	-	-	1	1,2
PSP	2 (6,9%)	4 (18,2%)	-	-	6	7,2
Animador Sociocultural	3 (10,3%)	-	-	-	3	3,6
Assistente Social	3 (10,3%)	7 (31,8%)	1 (6,7%)	3 (17,6%)	14	16,9
Assistente técnica	-	-	-	1 (5,9%)	1	1,2
Diretor /a Técnico/a	3 (10,3%)	1 (4,5%)	1 (6,7%)	3 (17,6%)	8	9,6
Técnico Superior de Educação Social	5 (17,2%)	1 (4,5%)	7 (46,7%)	2 (11,8%)	15	18,1
Enfermeiro/a	2 (6,9%)	1 (4,5%)	2 (13,3%)	3 (17,6%)	8	9,6
Gerontólogo/a	5 (17,2%)	2 (9,1%)	-	-	7	8,4
Magistrado/a	1 (3,4%)	-	-	-	1	1,2
Psicólogo/a	2 (6,9%)	3 (13,6%)	-	4 (23,5%)	9	10,8
Sociólogo/a	1 (3,4%)	-	-	-	1	1,2
Fisioterapeuta	-	-	1 (6,7%)	-	1	1,2
Psicomotricista	-	-	1 (6,7%)	-	1	1,2
Política Social	-	-	1 (6,7%)	-	1	1,2
Terapeuta da Fala	-	-	-	1 (5,9%)	1	1,2
Ação Social (Câmara)	-	3 (13,6%)	-	-	3	3,6
Jurista	1 (3,4%)	-	-	-	1	1,2
Não respondeu	-	-	1 (6,7%)	-	1	1,2
n	29	22	15	17	83	

Tabela 2.

Caracterização profissional dos/as formandos/as da GNR

	n	%
SPC	13	30,9
Inquéritos	21	50
NIC	4	9,5
PT	1	2,4
NIAVE	3	7,1

Legenda: SPC- Seções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário; NIC- Núcleo de Investigação Criminal; PT- Patrulhamento; NIAVE- Núcleo de Investigação e de Apoio a Vitimas Especificas

Tabela 3.

Opinião e observações dos/as Formandos/as relativamente as ações de formação.

“Deveria haver mais pausas nas sessões das 20h30 às 23h” (F3).

“Integrar um módulo de atendimento/aconselhamento a vítimas no âmbito da capacitação dos técnicos” (F4).

“Parabéns pelo esforço. Não me custou assistir e participar (pouco) nesta ação de formação. Os idosos merecem” (F5).

“Excelente ação de formação! Recomendo! Excelente Ideia! Excedeu as minhas expectativas!” (F6).

“Uma muita agradável surpresa pelos conhecimentos jurídicos e a enorme capacidade de exposição e transmissão de conhecimentos. Excelente!” (F11).

“A formação foi motivadora, pois foram utilizados exemplos o que ajudou a captar a nossa atenção no tema apresentado, porém foi bastante informação para conseguir por vezes compreender” (F12).

“Demasiado tempo de formação. A Linguagem utilizada nem sempre foi a mais simples mas no global foi uma boa formação muito boa” (F13).

“Deveria inserir-se mais em prática não tanto em teórico. Muitas horas de formação e muito maçada” (F14).

“Excelente exposição de conteúdos pela formadora, com grande capacidade de captar a atenção dos formandos” (F15).

“Formação muito interessante e pertinente” (F23).

“Muito clara, Adquiri competências que vou utilizar na minha vida profissional” (F26).

“Muito pertinente e atual o tema. Deveriam existir mais no futuro” (F30).

“Tema muito interessante, e muito bem explorado” (F40).

“Recomendo esta formação, foi muito útil. Sugiro, contudo, que o público-alvo possa ser alargado aos demais colaboradores das instituições” (F42).

“Gostaria de sugerir que deviam concretizar este tipo de formação a todos os colaboradores de lares, centros de dia, entre outros, pois são estas pessoas que estão em contacto com os idosos diariamente” (F43).

“Formação muito bem elaborada, ajudou a esclarecer dúvidas sobre formas de atuação em situações de violência doméstica” (F44).

“Considero que é um tipo de formação pertinente e com bastante pertinência. De toda adequada as situações diárias que se apresentam durante o dia a dia” (F51).

“Foi uma formação muito produtiva, parabéns pela iniciativa. Devem continuar com este tipo de formações” (F58).

“Formação muito abrangente ao nível do serviço efetuado pelo SPC, nomeadamente no que diz respeito a idosos e crianças” (F59).

“Achei a formação muito interessante, importante para o meu trabalho e enriquecedora” (F62).

“A formação foi bastante completa e global” (F63).

“Foi uma ação muito útil, só faltou mais situações práticas. Chegamos à conclusão que as várias instituições de apoio a idosos ainda vão funcionar corretamente” (F64).

“Em geral foi muito bom, as competências adquiridas serão uteis para por em prática no dia a dia profissional” (F66).

“Muito bom, é preciso continuar a trabalhar, todos no mesmo sentido” (F69).

“A formação deveria ser alargada a um grupo mais abrangente de militares” (F70).

“A ação foi bastante satisfatória e esclarecedora. É minha opinião que este tipo de ações devem ser ministradas mais vezes” (F71).

“É muito positivo e muito bom estas ações para puder tirar dúvidas no caso do dia-a-dia, que cada vez mais complicadas” (F72).

“Excelente conhecimento teórico / prático foi notório, fazendo com que a interpretação chegasse aos formandos de forma mais consciente, para futuras práticas no terreno” (F75).

“É fundamental estas ações, sobretudo efetuadas por quem trabalha nestas problemáticas e domina as diversas estratégias de trabalho, nas diversas vertentes. De realçar os casos práticos” (F80).

“Da maneira que o tempo evolui esta formação deveria ser mais longa para tirar ainda mais partido da mesma” (F84).

“No geral a ação de formação foi ao encontro às minhas expectativas, a formadora capta a nossa atenção para o tema aplicado; Os casos práticos foram uma mais-valia para compreender o tema” (F89).

“Muito boa pela partilha de situações reais, para a compreensão dos conteúdos” (F90).

“Para além de ser um tema muito pertinente as formadoras conseguiram cativar a nossa atenção” (F93).
